

**O Processo de Paz no Kosovo:
Perceções dos Militares do Exército Português no
Teatro de Operações**

José António Duarte Rebelo da Cruz

Lisboa, 2014

Mestrado em Estudos sobre a Europa

**O Processo de Paz no Kosovo:
Perceções dos Militares do Exército Português no
Teatro de Operações**

José António Duarte Rebelo da Cruz

Orientador: Prof. Doutor José Fontes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Estudos Sobre a Europa

Lisboa 2014

Resumo

A guerra é um fenómeno que tem acompanhado os seres humanos através dos tempos e com eles tem evoluído. Os conflitos que ocorreram na região dos Balcãs, em particular no Kosovo, com os problemas políticos e nomeadamente étnicos que acarretam, representam, para a comunidade internacional, um enorme dilema. Neste contexto e com o objetivo de ajudar a criar as condições necessárias à obtenção de uma paz estável e duradoura, as operações de manutenção de paz assumem um papel insubstituível.

Assim, foram examinadas as perceções dos militares portugueses sobre o conflito do Kosovo. Consideramos três variáveis, nomeadamente, a categoria profissional, o vínculo contratual e o número de missões efetuadas.

De acordo com os nossos objetivos, desenvolvemos o estudo com uma amostra constituída por 169 militares do sexo masculino (50 Oficiais, 97 Sargentos e 22 Praças) que participaram em pelo menos uma missão no teatro de operações do Kosovo.

Trata-se de um estudo de cariz qualitativo e quantitativo que recorreu a diferentes técnicas de recolha de dados: pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e inquérito por questionário.

Após a análise realizada o estudo revelou que as variáveis categoria profissional, vínculo contratual e número de missões efetuadas tornaram-se preponderantes em alguns dos resultados obtidos.

Palavras-chave: conflitos, perceções, operações de manutenção de paz, Kosovo, força multinacional.

Abstract

War is a phenomenon which has accompanied human beings through the ages and with whom has progressed. Conflicts that have occurred in Balkans region and in Kosovo in particular, with the ensuing political and ethnical fallout represent to the international community an enormous dilemma. In this context and to help creating the necessary conditions to establish stable and lasting peace, the peace-keeping operations have an irreplaceable role.

Thus, the perceptions of Portuguese military towards Kosovo's conflict have been examined. We considered three variables, namely, professional category, labour relation and number of operations carried out.

According to our objectives, we developed the study with 169 male military (50 Officers, 97 Sergeants and 22 Soldiers) that have served at least in one peace-keeping operation in Kosovo.

This is a qualitative and quantitative study that made use of different techniques for the collection of data: literature research, semi-structured interviews and questionnaire survey.

After an analysis carried out the study shows that the variables – professional category, labour relation and number of operations carried out – have become preponderant in some of the obtained results.

Keywords: conflicts, perceptions, peace-keeping operations, Kosovo, multinational force.

*Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida
Pelo apoio e pelo amor incondicional*

À minha esposa Cristina

À minha filha Marli

Agradecimentos

Agradeço a todos que de uma forma ou outra contribuíram para este trabalho, especialmente:

- *Ao Prof. Dr. José Fontes*
- *Ao Exército Português*
- *Aos militares do Tactical Reserve Maneuver Battalion (KTM/KFOR)*
- *Aos militares do Regimento de Infantaria n.º 14 de Viseu*
- *Aos militares do Regimento de Infantaria n.º 13 de Vila Real*
- *Aos militares do Centro de Tropas de Operações Especiais*
- *Aos militares do Grupo de Operações Especiais Alfa*
- *À Cristina*
- *À Marli*

Índice

Introdução.....	13
Parte I - Enquadramento teórico	15
Capítulo I	17
1. Enquadramento	18
2. A origem das operações de paz.....	20
3. As Operações de Apoio à Paz pós Guerra Fria.....	23
4. As operações de paz de terceira geração	25
5. Classificação das Operações de Apoio à Paz	28
Capítulo II	35
1. Enquadramento	36
2. O conceito de conflito.....	37
3. A evolução do pensamento sobre os conflitos	40
4. A natureza dos conflitos na atualidade.....	41
4.1. Conflitos económicos.....	42
4.2. Conflitos ideológicos.....	43
4.3. Conflitos raciais	45
4.4. Conflitos estruturais	47
4.5. Conflitos multifatoriais.....	49
5. Os conflitos armados	50
5.1 Ciclos de um conflito.....	51
5.2 Prevenção de conflitos	53
5.3 Mediação de conflitos	55
5.4 Resolução de conflitos.....	59
Capítulo III	63
1. Caracterização do Kosovo	64
1.1 Kosovo a pátria de numerosos povos.....	65
1.2 Reclamações pátrias	65
1.3 A interrogação albanesa na Jugoslávia	67
1.4 O Governo de Slobodan Milošević.....	69
1.5 O Kosovo sob proteção internacional	72
1.6 A dificuldade nas negociações	73
1.7 A independência do Kosovo	73
Capítulo IV.....	75
Missão e a organização do Exército Português.....	76
Parte II – Estudo Empírico	81

Capítulo V.....	83
1. Problemática.....	84
2. Metodologia.....	86
2.1. Amostra.....	87
2.2. Instrumento.....	89
2.3. Análise de Resultados.....	91
2.3.1. Identificação inicial de fatores.....	91
2.3.2. Fiabilidade e Unidimensionalidade.....	94
2.3.3. Análises descritivas.....	96
2.3.4. Análises inferenciais.....	100
2.4. Procedimentos.....	105
3. Resultados.....	107
3.1. Procedimentos estatísticos.....	107
3.2. Fiabilidade.....	107
3.3. Unidimensionalidade.....	108
Discussão.....	110
Bibliografia.....	CXIX
Anexos.....	CXXVI

Índice de tabelas

Tabela 1 - Dados sócio demográficos da amostra em estudo.....	88
Tabela 2 - Distribuição dos militares por unidade.....	89
Tabela 3 - Quais são as suas perceções sobre o conflito do Kosovo (Q15).....	92
Tabela 4 - Na sua opinião, quais são os aspetos que podem contribuir para solidificar a paz no Kosovo (Q16).....	92
Tabela 5 - Partindo da sua experiência, após a retirada da Força Multinacional, os kosovares manterão a paz (Q17).....	93
Tabela 6 - Que importância atribui à satisfação de algumas dessas necessidades (Q20.1).....	93
Tabela 7 - Análise de fiabilidade e unidimensionalidade para os fatores da (Q15).....	94
Tabela 8 - Análise de fiabilidade e unidimensionalidade para os fatores da (Q16).....	95
Tabela 9 - Análise da fiabilidade e unidimensionalidade para os fatores da (Q17).....	95
Tabela 10 - Análise de fiabilidade e unidimensionalidade para os fatores da (Q20.1). 95	
Tabela 11 - Razões para a participação em missões de paz.....	96
Tabela 12 - Impacto da participação dos militares no Kosovo.....	97
Tabela 13 - Expectativa da população do Kosovo face à ação militar.....	98
Tabela 14 - Quais os diferentes projetos implementados pelo contingente português no Kosovo que mais se destacam.....	98
Tabela 15 - Aspetos positivos e os menos conseguidos a ressaltar da parceria para o desenvolvimento local.....	99
Tabela 16 - Participação em novas missões de apoio à paz no Kosovo.....	100
Tabela 17 - Matriz de correlações para todos os fatores calculados.....	101
Tabela 18 - Comparação dos fatores por categoria profissional.....	102
Tabela 19 - Comparação dos fatores por forma de prestação de serviço.....	103
Tabela 20 - Comparação dos fatores por número de missões realizadas.....	104

Índice de figuras

Figura 1 - Grau de sucesso atribuído à promoção do sucesso das relações entre as diferentes etnias pelos militares.....	97
Figura 2 - Avaliação do trabalho realizado em parceria, entre o contingente português e os outros contingentes presentes no Kosovo.....	99
Figura 3 - Comparação dos fatores por categoria profissional	103
Figura 4 - Comparação dos fatores por forma de prestação de serviço	104
Figura 5 - Comparação dos fatores pelo número de missões realizadas	105

Lista de siglas:

ACP – Análise em Componentes Principais
BTS – *Teste de Esfericidade de Bartlett*
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTOE – Centro de Tropas de Operações Especiais
DOE – Destacamento de Operações Especiais
DOMREP – *Dominican Republic*
EUA – Estados Unidos da América
EULEX – *European Union Rule of Law Mission*
FFAA – Forças Armadas
FMI – Fundo Monetário Internacional
FND – Força Nacional Destacada
HSD – *Método Tukey Honest Significant Difference*
IFOR – *Implementation Force*
KFOR – *Kosovo Force*
KMO – Teste Keiser-Meyer-Olkin
KTM/KFOR – Tactical Reserve Maneuver Battalion
LDK – Liga Democrática do Kosovo
LPK – Movimento Popular do Kosovo
MPF – *Multinational Protection Force for Albania*
NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBQ – Nuclear Biológico e Químico
NU – Nações Unidas
OAP – Operações de Apoio à Paz
OMP – Operações de Manutenção de Paz
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
ONUC – *United Nations Organization in the Congo*
OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA – Organização de Unidade Africana
QP – Quadro Permanente
RC – Regime de Contrato
RI 13 – Regimento de Infantaria n.º 13
RI 14 – Regimento de Infantaria n.º 14
SFOR – *Stabilization Force*

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*
TACP – Destacamento de Controlo Aéreo Tático
UÇK – Exercito de Libertação do Kosovo
UE – União Europeia
UN – *United Nations*
UNDOF – *United Nations Disengagement Observer Force*
UNEF I – *United Emergency Force I*
UNEF II – *United Emergency Force II*
UNFICYP – *United Nations Peacekeeping Force in Cyprus*
UNIFIL – *United Nations Interim Force in Lebanon*
UNMIK – *United Nations Mission in Kosovo*
UNMOGIP – *United Nations Military Observer Group in India and Pakistan*
UNOSOM II – *United Nations Operation in Somalia II*
UNPROFOR – *United Nations Protection Force – Former Yugoslavia*
UNSF – *United Nations Security Force in West New Guinea*
UNTAET – *United Nations Transitional Administration in East Timor*
UNTAG – *United Nations Transition Assistance – Operation in Namibia*
UNTSO – *United Nations Truce Supervision Organization*
UNYOM – *United Nations Yemen Observation Mission*
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

A guerra é um fenómeno que tem acompanhado os seres humanos através dos tempos e com eles tem evoluído.

A fragmentação da União Soviética e da República Socialista Federal da Jugoslávia deu origem a diversos conflitos no Sudeste da Europa com acentuada relevância na região dos Balcãs. Os conflitos bélicos que ocorreram nos anos 90 do século XX proporcionaram a desintegração da antiga Jugoslávia, isto é, Eslovénia em 1991, Croácia em 1991 e 1995, Bósnia Herzegovina de 1992 a 1995 e o Kosovo em 1998 e 1999 e expuseram uma mudança de sentido na história recente.

Depois da 2.^a Guerra Mundial, estes conflitos foram, sem dúvida, os mais violentos e os mais sangrentos que ocorreram na Europa. Os crimes de guerra ocorridos na Bósnia, em 1995, colocaram a descoberto a fragilidade da ONU em garantir a paz mundial e deram oportunidade à OTAN, pela primeira vez na sua história, de intervir num Estado em missões de combate, devidamente autorizadas pelo CSNU e que contribuíram sobremaneira para a assinatura dos acordos de paz de Dayton. Em sentido inverso, o conflito do Kosovo exhibe uma intervenção armada das forças da OTAN, sem autorização antecipada da ONU, contra um Estado soberano, a República Federal da Jugoslávia, com o pretexto de esta se ter recusado a encontrar uma solução para um problema interno que satisfizesse a comunidade internacional. Segundo Peres (2004, p. 143)

“(...) o precedente do Kosovo veio baralhar as cartas. Os Europeus estavam decididos a acabar com o ditador jugoslavo e na altura não fora necessário pedir luz verde à ONU para que os Americanos intervissem. Ora, o tributo americano na resolução do conflito jugoslavo foi essencial quando a participação europeia se revelou muito modesta. A guerra teve lugar, com os seus bombardeamentos intensos, sem que fosse necessário passar pelo Conselho de Segurança”.

Os conflitos que ocorreram na região dos Balcãs e a conseqüente divisão da Jugoslávia em diversos Estados, com os problemas políticos e nomeadamente étnicos que acarretam, representam, para a comunidade internacional, em especial para os Estados Europeus, um enorme dilema. Como afirma Pereira (2011-2012, p. 70)

“a intervenção militar e política dos EUA, da NATO e de outras instâncias internacionais pôs termo, para já, aos conflitos dos anos 1990, mas a situação da Bósnia ou do Kosovo parece longe de estabilizada. As feridas da guerra, os massacres de Srebrenica, o drama dos refugiados, e situações virtualmente irreversíveis como as grandes operações de limpeza étnica da Krajina, no Kosovo ou em várias regiões da Bósnia continuam a ensombrar as memórias e a impedir uma reconciliação na região”.

O presente estudo teve por finalidade aferir as percepções dos militares portugueses que estão ou estiveram a cumprir missões de apoio à paz. Perceber em pormenor as suas percepções e as suas atitudes em relação ao processo de paz e entender até que ponto as suas percepções e atitudes podem, ou não, contribuir para que o Kosovo viva numa situação de estabilidade e de paz. Para respondermos a este desafio articulamos o trabalho em duas partes distintas, embora interrelacionadas.

Na primeira parte efetuamos o enquadramento teórico. Para tal dividimo-la em três capítulos.

No primeiro capítulo efetuamos uma abordagem às OAP, e a forma como são aplicadas pelas NU. Analisamos o seu conceito e a forma como eram aplicadas antes da Guerra Fria e como são aplicadas atualmente. No final do capítulo tentamos, de forma sucinta, classificar as OAP.

Posteriormente, no segundo capítulo, tentamos caraterizar os conflitos. Analisamos diferentes conceitos, estudamos a evolução do pensamento e a natureza dos conflitos. Efetuamos, ainda, uma análise aos conflitos armados, observando os seus diferentes ciclos, a forma de os prevenir, mediar e resolver.

No terceiro capítulo, efetuamos uma breve caraterização do Kosovo, abordamos o conflito numa perspetiva histórica, desde as suas origens até à declaração de independência, em fevereiro de 2008.

Na parte final apresentamos o quarto capítulo, onde analisamos a missão e a organização da Força Nacional Destacada (FND) portuguesa no Kosovo.

A segunda parte do nosso estudo é composta pelo quinto capítulo que diz respeito ao estudo empírico.

Neste capítulo começamos por traçar a problemática do estudo, descrevemos e justificamos as opções metodológicas, a caraterização da amostra, apresentamos os instrumentos de medida utilizados e descrevemos os procedimentos adotados. Finalmente apresentamos a análise dos resultados, organizados de acordo com os objetivos de pesquisa.

Terminamos o nosso trabalho com a conclusão, onde os resultados serão discutidos.

Parte I - Enquadramento teórico

Capítulo I

1. Enquadramento

A utilização da violência em situações de extrema fragilidade é um fenómeno político, económico, social e cultural em contínuo crescimento, cunhando com a sua brutalidade diversas regiões do planeta, nos diversos períodos da nossa História.

Com o objetivo de ajudar a criar as condições necessárias à obtenção de uma paz estável, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece missões de manutenção e da consolidação da paz, em regiões sensíveis ou emergentes de conflitos, direcionando os seus esforços em diferentes lugares e diferentes momentos para a edificação de uma paz concreta, construindo uma posição forte e singular, demonstrando, assim, o seu insubstituível papel instrumental na construção da paz.

O termo *Paz* é originário do latim “pax”. No plano individual, usualmente refere-se a um estado interior desprovido de sentimentos negativos tais como o ódio e a raiva. Uma pessoa em paz é alguém tranquila consigo mesma e por conseguinte com os outros. No plano coletivo, o seu conceito pode dividir-se em dois sentidos, o negativo e o positivo. No primeiro caso, a paz é definida como a ausência de guerra ou violência entre nações, no segundo, a paz positiva não coloca apenas em destaque a ausência de guerra ou de conflitos violentos, mas também apresenta o desenvolvimento de fatores de cooperação e de integração entre esses grupos ou nações para promover uma paz duradoura. Segundo Galtung, (1996, citado por Pureza & Moura, 2004, p. 161) paz define-se

“enquanto ausência/redução de todos os tipos de violência e como transformação não violenta e criativa de conflitos. A paz é portanto a ausência de violência pessoal ou direta, de violência física e verbal, visível e manifesta (como a guerra) – a que chama paz negativa; e a ausência de violência estrutural e de violência cultural – ou paz positiva”.

No domínio político e no Direito Internacional, a paz é a condição e a relação mútua daqueles que não estão em guerra. Trata-se, nos dois casos, de uma paz social onde são mantidas boas relações entre diferentes comunidades. Por outro lado, o termo pode designar um tratado de paz ou acordo estabelecido entre governantes, no sentido de colocar termo a um conflito bélico.

No sentido de prevenir os diversos tipos de conflitos e, na tentativa de encontrar o percurso mais simples e mais rápido para alcançar uma paz sustentada, a ONU implementou uma série de medidas, de modo a operacionalizar as suas atividades. Na opinião de Branco (2004)

“a ONU tem levado a cabo as diferentes atividades daquilo a que convencionamos designar por Processo de Resolução de Conflitos –

diplomacia preventiva/prevenção de conflitos, *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding* – com resultados muito diferentes; tende a ser mais bem-sucedida numa atividades do que outras”.

As OAP são o instrumento que a ONU consagra para auxiliar países ou regiões em conflito, onde a situação de paz se encontra em grande risco ou onde atos violentos estejam a decorrer. São operações cuja finalidade primária é a resolução de conflitos violentos. Por outras palavras, estas operações devem criar condições para evitar esses conflitos ou, no caso de surgirem, efetuar uma gestão correta da sua conflitualidade de maneira a encontrar caminhos que levem à paz e evitem o ressurgimento de novos conflitos.

A Carta das Nações Unidas¹, no art.º 39, Capítulo VII, determina que o CSNU é o órgão responsável pela implementação das OAP quando estipula que,

“o Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, rutura da paz, ou ato de agressão e deverá fazer recomendações, ou decidir que medidas devam ser tomadas de acordo com os artigos 41 e 42, para manter ou restaurar a paz e segurança internacionais”.

Assim, ao CSNU é deixado à descrição a adoção das medidas prenunciadas na Carta. Estas medidas podem ser de carácter provisório, descritas no art.º 40, coercivas, nomeadamente as sanções económicas discriminadas no art.º 41 e a utilização da força, enumerada no art.º 42. Resumindo, é da responsabilidade do CSNU avaliar situações que possam ameaçar a paz e a segurança internacionais e estabelecer as medidas a tomar para assegurar que os Estados cumpram, no interior das suas fronteiras, as disposições que vierem a ser tomadas, para assegurar a paz, conforme prenúncio da Carta. O CSNU atribui a cada missão um mandato onde descreve as tarefas inerentes à missão. Para criar uma proposta de resolução de conflito, ou alterar uma já existente, o CSNU está condicionado ao voto favorável de pelo menos 15 dos seus Estados Membros. Contudo, o voto desfavorável de qualquer um dos 5 membros permanentes – China, EUA, França, Reino Unido e Rússia – é motivo para a rejeição da proposta.

Ao implementar um mandato através do CSNU, a ONU, usufrui de vantagens únicas no sentido de incrementar o processo de paz, das quais destacamos a legitimidade da sua ação e a partilha de tarefas. Estabelece e mantém nos locais de conflito, militares, polícias e funcionários civis, que garantem a segurança e o apoio político às partes beligerantes, auxiliando na transição do conflito para a paz.

¹ Carta das Nações Unidas disponível na Internet: <URL: <http://www.un.org/fr/documents/charter/chap1.shtml>, [Consult. 14 de JUL. 2013].

As OAP da ONU orientam-se segundo três princípios fundamentais, designados por diversos autores como a “santíssima trindade” das Operações de Paz, que são: a) a intervenção só é possível através do consentimento mútuo de todas as partes em conflito; b) a imparcialidade e c) o uso mínimo da força (Freire & Lopes, s/d).

Estes princípios caracterizam-se pela sua diversidade e pela sua múltipla dimensão. As atividades desenvolvidas na área de apoio à paz relacionam-se com a manutenção da segurança, o esforço levado a cabo em várias ações no incremento do processo político, a proteção de civis, o auxílio no desarmamento, na desmobilização e reintegração de ex-combatentes, apoio e organização de eleições livres, promoção e proteção dos direitos humanos e nas operações de instituição do Estado de Direito. Como afirma Monteiro (2000, p. 63)

“As operações de paz sob mandato dos capítulos VI ou VII da Carta das Nações Unidas (ou, numa formulação chinesa cautelosa, do capítulo “VI e meio”), cobrem uma ampla lista de tarefas que vão das funções clássicas de separação de forças armadas, à supervisão das linhas de cessar-fogo e ao exercício de administrações territoriais. Refletem assim a importância que lhes é atribuída como instrumento para resolver conflitos, restaurar a paz e a segurança e criar condições para a reconciliação e reconstrução nacionais”.

A ONU é, apenas, um dos atores internacionais que podem influenciar a manutenção da paz. Outras instituições regionais, parceiros bilaterais e instituições financeiras internacionais têm, necessariamente, de estar envolvidas nos processos de paz. Segundo Fontes (2007, p. 4) “com o processo de globalização, cada vez mais intenso e irreversível, emergem novos direitos da comunidade internacional cuja sede de legitimidade e validação deve ser as Nações Unidas”. Todavia, em nossa opinião, é talvez a ONU a única organização internacional que possui legitimidade para poder intervir nos diversos conflitos que, de forma contínua, vão surgindo em todo o mundo. Através das OAP, a ONU é a Organização Internacional com mais possibilidades de garantir e preservar a paz e a segurança internacional.

2. A origem das operações de paz

Com o objetivo de desenvolver as condições para o restabelecimento de uma paz duradoura, a ONU possui, na sua história, uma múltipla participação e apoio em operações de paz.

Denominadas muitas vezes de “manutenção de paz”, as OAP evoluíram consideravelmente desde a primeira missão de manutenção de paz moderna, há mais de 60 anos. Atualmente, englobam uma panóplia de operações que se inscrevem no

ciclo completo dum conflito, incluindo a manutenção, o restabelecimento, a reconstrução e o desenvolvimento da paz, sendo muitas destas operações compostas, em simultâneo, por várias destas atividades. Acrescenta-se a este facto, uma dimensão multidisciplinar, cada vez mais importante, pela simples razão das operações englobarem tarefas, militares, policiais e civis.

Desde a sua criação, as OAP evoluíram de maneira a poderem dar resposta aos diferentes conflitos e aos diversos cenários políticos. Surgiram num período em que rivalidades políticas inerentes à Guerra Fria impediam, de forma continuada, o modo de atuação do CSNU. Por este motivo, os seus objetivos eram, no início, limitados, estando reduzidos a operações de manutenção de cessar-fogo e alívio de tensões sociais, de modo a que as forças políticas encontrassem uma solução pacífica para a resolução dos conflitos.

No espaço de tempo decorrido entre o final da 2.^a Guerra Mundial e a década de 80 do século passado, a resolução de conflitos regionais estava condicionada pela ação de dois atores principais, os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As duas superpotências tinham vantagens política, económica e militar sobre todas as outras nações, de tal forma que as obrigavam a acordos e alianças, sujeitando pequenos e grandes países a aderir a um dos lados.

Segundo Aron (2002, p. 821)

“não há região do mundo que não seja afetada pelas relações entre os dois «grandes» – não há Estado que não seja ou não possa ser representado nas Nações Unidas. Simultaneamente, esse sistema é bipolar porque só as duas superpotências possuem – em 1961 mais ainda do que em 1945 – as armas fisicamente decisivas”.

Durante aproximadamente 50 anos, o conflito entre os EUA e a URSS, independentemente da inexistência de confrontação direta entre ambos, resultou numa verdadeira guerra, num conflito global e mundial. As políticas interna e externa, destes dois blocos, moldaram as realidades política, económica, social e cultural do mundo, estruturando toda uma época. Esta política constituiu o suporte ideológico que nos permite interpretar mundo durante este período.

A primeira geração das operações de manutenção de paz da ONU, – *peacekeeping operations* – resumia-se a pequenos grupos de observadores militares, equipados e armados com um conjunto de armas ligeiras, que serviam para defesa pessoal e não para o confronto direto com outras forças. A sua missão baseava-se na observação e vigilância de cessar-fogos e manutenção de acordos de paz delicados. A sua função, após o consentimento das partes em conflito, resumia-se à interposição

entre as forças, com a finalidade de impor um cessar-fogo que tinha sido anteriormente assinado. Neste contexto o uso da força não era permitido.

Oficialmente, as primeiras missões de operações de paz da ONU datam de maio de 1948 e de janeiro de 1949. Em maio de 1948, os primeiros militares desta organização deslocaram-se para o Médio Oriente numa missão de observação, a *United Nations Truce Supervision Organization*² (UNTSO), com a finalidade de efetuar vigilância e acompanhamento do cessar-fogo, controlar a aplicação dos acordos do Armistício e evitar o aumento de ações armadas isoladas entre Israel e os países árabes vizinhos (Egito, Jordânia, Síria e Líbano). Em janeiro de 1949, outro grupo de observadores militares da ONU integrou a missão *United Nations Military Observer Group in India and Pakistan* (UNMOGIP), na Índia e no Paquistão, com a finalidade de verificar o cessar-fogo entre as partes beligerantes na região de Jammu e Cachemira.

Apesar da missão dos membros da ONU ser sucessivamente alterada, nomeadamente, pelo apoio a outras operações de manutenção de paz e pela sua utilização como forças de reserva, estes observadores ainda se mantêm nessas regiões atualmente.

A primeira missão armada de manutenção de paz levada a cabo pela ONU ocorreu no Egito, em 1956, a *United Emergency Force I* (UNEF I), com a finalidade de resolver a crise do canal do Suez.

Em 1960, a ONU enviou 20000 militares para o Congo, numa missão designada *United Nations Organization in the Congo* (ONUC). Deste contingente, 250 pessoas perderam a vida, incluindo o secretário-geral da época, Dag Hammarskjöld, num acidente de avião. Esta missão, considerada como a de maior envergadura até então, teve como objetivo estabilizar as regiões devastadas pela guerra.

Até ao final da Guerra Fria, a ONU enviou os seus membros para mais 7 missões, espalhadas um pouco por todo o mundo.

Destas missões, três decorreram em curtos períodos de tempo. Entre outubro de 1962 e abril de 1963, os observadores da ONU estiveram na Nova Guiné (UNSF), de julho de 1963 a setembro de 1964, no Líbano (UNYOM) e, em 1965, a ONU enviou observadores para a República Dominicana (DOMREP).

As restantes missões decorreram por longos períodos de tempo, arrastando-se, algumas delas, até aos nossos dias. Em março de 1964, os observadores da ONU partiram para o Chipre na missão UNFICYP. Esta força de manutenção de paz foi formada para evitar os confrontos entre a comunidade cipriota grega e cipriota turca que levaria à divisão do país em duas partes.

² Disponível na Internet: <URL: <http://untso.unmissions.org/>. [Consult. 14 de JUL. 2013].

A UNEF II iniciou-se em 1973, depois da guerra do Yon Kippour, com a finalidade de observar o cessar-fogo entre o Egito e Israel. No ano seguinte, foi enviada para os montes Golan a UNDOF, para vigiar o cessar-fogo entre Israel e a Síria e, em 1978, a ONU enviou os seus militares para o Líbano (UNIFIL).

As operações de paz de primeira geração, segundo Pureza, Simões, José e Marcelino (2007, p. 1)

“obedeceram a um mandato implícito, pontuado pelos seguintes princípios: não emprego da força salvo em legítima defesa, contribuições voluntárias de pessoal militar e de apoio financeiro e logístico pelos Estados membros, imparcialidade, controlo das operações pelo Secretário-Geral ainda que com o apoio do Conselho de Segurança. E, acima de tudo, uma missão de pura interposição entre os contendores”.

Apesar de todas as quezílias, o sistema bipolar existente no mundo teve o seu ocaso entre 1987 e 1991 com a queda de uma das superpotências, a URSS. O fim da Guerra Fria ficou simbolizado com a queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, e com a reunificação da Alemanha.

Com o desaparecimento de uma das duas superpotências, as referências e as estratégias políticas são reformuladas, dando origem a novas formas de pensar e de agir, perante os novos conflitos.

3. As Operações de Apoio à Paz pós Guerra Fria

Com o fim da Guerra Fria, a nova forma de deliberar e atuar dos líderes mundiais deu origem a um maior otimismo e proporcionou à ONU retomar os seus objetivos e princípios: “manter a paz e a segurança internacionais. Com vista a atingir esse fim foi também possível tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer rutura da paz. O objetivo é, como tal, chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do Direito Internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz”³.

Segundo Branco (2003, p. 83) “O desanuviamento internacional facilitou o início da resolução de vários desses conflitos, passando a ONU a ser encarada como o ator privilegiado no apoio à implementação de processos de paz”.

³ Propósitos e princípios da ONU. Disponível na Internet: <URL: <http://unic.un.org/imucms/Dish.aspx?loc=64&pg=261>. [Consult. 14 de JUL. 2013].

As OMP de segunda geração assumiram, embora não substituindo totalmente as OMP convencionais, um papel preponderante a partir de 1989, com a implementação da UNTAG⁴.

Esta operação caracterizou-se pela restauração da paz – *peacemaking operations* – com a finalidade de manter condições de um cessar-fogo numa situação mais tensa do que nas OMP tradicionais. Para além do reagrupamento de forças, reinserção de combatentes na sociedade civil, destruição de armamento, desminagem, repatriação de refugiados e pessoas deslocadas, assecuração da assistência humanitária, organização das novas forças de segurança e assecuração do respeito pelos direitos humanos, as forças da ONU tinham também por missão manter e consolidar a paz – *peacebuilding operations* – com o objetivo de evitar o regresso às hostilidades, através de ações que visavam as reformas constitucionais, judiciais e eleitorais da Namíbia.

A partir da década de 90, os conflitos assumem características internas, na maioria das vezes de natureza étnica e religiosa. Estes conflitos surgem em ambientes não controlados geralmente com as funções de Estado no interior dos países a entrar em colapso. Perante estes novos dados, o CSNU sentiu necessidade de transformar e de alterar as missões das OMP.

Nos conflitos internos as ações de cessar-fogo não existem, pelo que a manutenção da paz é inviável. Neste contexto, as forças da ONU são obrigadas a adotar medidas efetivas de imposição e de implementação da paz, exigindo-se uma abordagem mais agressiva e mais intervencionista. O CSNU, perante esta situação, garante nos seus mandatos formas de atuação mais robustas, permitindo às suas forças empregar todos os meios necessários, de maneira a evitar qualquer tentativa de interrupção do processo de paz, garantindo a proteção das populações civis e auxiliando as autoridades locais na manutenção da ordem, ou seja, o CSNU permite aos militares da ONU, além da sua autodefesa, preservar o seu mandato. Como afirma Pureza *et al.*, (2007, p.3) “Isto significa que as missões de paz foram amplamente robustecidas enquanto instrumentos de resolução de conflitos, pois que já não lhes incumbe apenas congelar os conflitos mas construir e consolidar a paz negociada pelas partes”.

As OMP de segunda geração, ao contrário de manterem unicamente a paz, tendem a criar condições para que essa paz seja efetiva. Assim, apresentam características diferentes das da geração precedente. Desde logo, o ambiente hostil em que decorrem obriga o contingente a possuir um grande número de efetivos e a dispor de mais e melhor equipamento e armamento. As forças são dispostas no interior dos

⁴ Este Grupo de Assistência da ONU foi criado em 1978 e demorou cerca de uma década para ser implementado.

Estados com ou sem o consentimento do governo vigente. Destacam-se pela imponência do seu efetivo, constituído por inúmeros meios, quer humanos quer materiais. A força da ONU é constituída por militares e civis, que desempenham múltiplas e variadas tarefas. As suas missões evidenciam-se pelo seu carácter multidimensional, já que incluem, em simultâneo, as dimensões de manutenção, de restauração, de imposição e de consolidação da paz. Segundo Fride, (2007, citado por Pureza *et al.*, 2007, p.3).

“para lá do plano militar (supervisão do cessar-fogo, estabelecimento de zonas de interposição, mas também acantonamento, desmobilização, desarmamento e reintegração dos ex-combatentes, bem como manutenção da ordem pública interna), incluem-se preocupações de natureza política (a organização e monitorização de eleições, o apoio à formação e consolidação de partidos políticos e, em geral, a «capacitação institucional») e de natureza humanitária (assistência ao repatriamento de refugiados, estabelecimento e proteção de corredores humanitários, fiscalização do cumprimento de direitos humanos básicos, etc.)”.

Esta forma de atuar das forças da ONU provoca algumas sequelas. Para além do uso da força pôr em causa as noções de neutralidade e de imparcialidade, a intensa propagação geográfica dos conflitos e a manutenção dos grandes contingentes obrigam à utilização de grandes recursos financeiros.

O período que marca o decurso da empregabilidade das OMP de segunda geração poder-se-á considerar como uma fase sombria da manutenção de paz. O fator económico e a enormidade dos recursos empregues, adicionados às falhas da aplicação dos mandatos do CSNU, nomeadamente na Somália, no Ruanda e na ex-Jugoslávia, colocaram em causa a credibilidade da ONU. Estes erros obrigaram a ONU a adaptar-se e a reorganizar-se, criando mecanismos de resposta imediata para atuarem em situações de extrema emergência.

Os erros cometidos, e as novas realidades das missões de segunda geração, levaram a ONU a colaborar com organizações regionais, nomeadamente a OTAN, a OSCE e OUA para que, em conjunto, ou atribuindo-lhes as tarefas inerentes à resolução de conflitos, sejam capazes de garantir a manutenção da paz.

4. As operações de paz de terceira geração

As OMP de terceira geração, também designadas por missões de manutenção de paz multidimensionais, iniciaram-se em 1994, tendo permanecido até aos dias de hoje. Estas operações seguem os traços gerais das suas antecessoras contudo, a sua pedra angular reside na imposição da paz, sendo a sua principal preocupação a

reconstrução e a criação de infraestruturas capazes de manter a paz por longos períodos ou de forma irreversível.

As OMP de terceira geração da ONU descrevem-se pela incorporação de novas e mais complexas operações, assentes, por vezes, em pressupostos que colocam em causa o estatuto legal das suas próprias missões.

A flexibilidade destas operações é levada ao extremo, transpondo, por vezes, os limites mais elementares, desfigurando o seu carácter e a sua própria natureza. Na maioria das vezes, são-lhes atribuídas tarefas que, ao cumprirem-se, omitem o princípio fundamental da imparcialidade. Ao fazer uso da força para além da legítima defesa, perde-se, como é evidente, num contexto de conflito armado, a necessária confiança das partes beligerantes num terceiro elemento neutro e imparcial. Ocorrências de maior uso da força originam uma perceção de parcialidade e inclinam-se para a diminuição do grau de consentimento. O uso da força para além da legítima defesa pelos elementos da ONU é a ameaça fundamental ao consentimento. Podemos, contudo, afirmar, que o contrário também é verídico, ou seja, níveis reduzidos de imparcialidade e de consentimento são propícios ao maior uso da força.

A introdução deste novo elemento afastou as OMP das operações de natureza consensual que as caracterizavam, adicionando-lhes a natureza coerciva, ou seja estabeleceram-se operações de imposição de paz que respondem a princípios jurídicos distintos dos utilizados até então. Segundo Oliveira (2011, p. 57)

“isto altera o paradigma das tradicionais «operações de paz». Estas estão a passar a ser vistas não como uma especificidade resumida à aplicação de um conjunto de tarefas e técnicas específicas face ao instrumento adotado de acordo com a sistematização da ONU ou OTAN, mas sim como «operações militares» em sentido mais lato, admitindo-se que possam ser conduzidas e enformadas por princípios reservados para as operações de combate convencionais, envolvendo muitos meios, característicos das Operações de Defesa Coletiva da OTAN”.

Estas operações, devido à forte tensão vivida no interior dos Estados, normalmente são realizadas sem o consentimento das autoridades locais. A conduta, nestas operações de imposição de paz, é deixada, geralmente, à responsabilidade de organizações regionais, OTAN, OSCE, OUA ou outras diferentes da ONU. Todavia, a ONU e o seu CSNU, através dos seus mandatos ou resoluções, dão o seu aval para o desencadear das operações.

Os exemplos mais recentes deste tipo de operações são o uso da força por parte dos EUA no Haiti, em 1994, a intervenção da OTAN na Bósnia Herzegovina, em 1995, a intervenção da OTAN, em 1999, no Kosovo, o uso da força por parte da Austrália em

Timor Leste, no mesmo ano, e a intervenção dos EUA e da OTAN, em 2001, no Afeganistão.

Em 1988, surge pela primeira vez a expressão “droit d’ingérence”, direito de ingerência ou dever de intervir, pela voz de Mário Bettati, professor da Universidade de Paris II e jurista italiano e, por Bernard Kouchner, fundador da organização não-governamental (ONG) Médicos Sem Fronteiras e ex-ministro do Estado francês. O conceito utilizado por ambos previa o auxílio às vítimas e refugiados em conflitos violentos. Rapidamente, este conceito entrou no léxico dos políticos e, surge pela primeira vez em documentos da ONU, na resolução 688 de 1991, criada para proteger os civis do Norte do Iraque contra as atrocidades impostas pelo governo do país.

Com a discussão em torno do direito de ingerência, o quadro de manutenção de paz da ONU foi profundamente modificado. O direito de ingerência estabelece uma simetria e um comportamento possível na atual política internacional, que surge da permissão dos Estados para intervir em caso de violação humanitária. Este direito tem a obrigação de responder, pelas ações próprias, pelas dos outros ou pelas coisas confiadas, somente em relação aos direitos humanitários e não com as regras definidas pelo sistema internacional. Como afirma Coelho (2003, p. 115)

“O Direito Internacional Humanitário em tempo de guerra é composto pelo conjunto de regras destinadas a restringir a faculdade das partes num conflito armado utilizar os métodos e os meios à sua escolha que excedam os limites impostos pelos princípios gerais da humanidade, da necessidade, da proporcionalidade e da distinção entre vítimas civis e militares, entre outros princípios e regras de tutela humanitária aplicáveis quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz”.

Se por um lado, a ONU recorre à força com fins humanitários, invocando o capítulo VII, face à amplitude da apreciação da ameaça de paz e da segurança internacionais, por outro, emergem as operações de carácter coercivo em detrimento do anteriormente aplicado, ou seja, o uso da força unicamente em legítima defesa. Vulgarmente, a ONU delega a aplicação da força a contingentes nacionais, no seio de uma coligação designada especificamente para esse fim ou no quadro de uma organização regional. Estas operações, na maioria das vezes, não estão sob o comando direto da ONU, embora o CSNU seja, teoricamente, responsável pelas suas ações, porque a Carta da ONU, no seu artigo 24, atribui-lhe a responsabilidade principal da manutenção da paz e da segurança internacionais.

O desenvolvimento de operações militares de carácter humanitário surge, atualmente, com uma nova essência. Estas são, frequentemente, mobilizadas durante conflitos internos ou em situações de crise. Falamos, pois, de uma manutenção da paz

de terceira geração, distinta das antecessoras, em que a preocupação não é, unicamente, a manutenção, mas também o restabelecimento e a restauração da paz.

O restabelecimento e a restauração da paz não se encontram expressos na Carta da ONU, mesmo que no Capítulo VII se invoque o recurso à força.

As operações sob comando da ONU, geralmente são não coercivas, embora o uso da força seja autorizado em mandatos suplementares, como no caso de proteção de colunas humanitárias ou de proteção a civis. As suas forças são compostas, unicamente, por capacetes azuis – como no caso da UNPROFOR no início do conflito da Bósnia ou da UNOSOM II na Somália – ou ainda quando os soldados da ONU têm apoio, geralmente, aéreo, mas também no terreno, de forças militares de contingentes nacionais, como aconteceu com a Força de Reação Rápida na Bósnia apoiada por uma organização regional, neste caso, a OTAN. É neste enquadramento que a Agenda para a Paz propõe substituir os capacetes azuis por forças de imposição de paz.

Nas operações atribuídas pela ONU a outras organizações, estas não estão sob o seu comando direto. Contudo, essas forças recebem do CSNU um mandato em que o uso da força lhes é permitido, convertendo as suas missões em missões de carácter coercivo. Os militares que as constituem não são capacetes azuis. São militares de contingentes nacionais no seio de uma coligação internacional constituída arbitrariamente para o conflito. São exemplos os casos do sucedido na Somália, com a operação “RESTORE HOPE”, sob o comando dos EUA e da Turquia, ou por militares de uma coligação internacional, no quadro de uma organização regional, como no caso da IFOR e da SFOR na Bósnia, da KFOR no Kosovo, sob comando da OTAN, ou da MPF, na Albânia, sob comando da OSCE ou, ainda, da UNTAET, em Timor Leste sob comando da Austrália.

5. Classificação das Operações de Apoio à Paz

A forma de classificação das OAP, a sua terminologia e os conceitos utilizados não são consensuais entre os diferentes estudiosos desta temática.

A Assembleia das Nações Unidas, o CSNU e a Carta das Nações Unidas não fazem referência explícita a esta nomenclatura. Como afirma Branco (2003, p. 99)

“O facto de as Operações de paz não se encontrarem previstas no texto da Carta das Nações Unidas (Carta) não impediu que estas se viessem a revelar como um dos principais instrumentos da ONU no capítulo da paz e da segurança internacionais, ao ponto de se confundirem com a própria Organização”.

Descreveremos, contudo, aquelas que nos parecem mais consensuais tomando como referência dois documentos do secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, “Uma Agenda para a Paz” e o “Suplemento de Uma Agenda para a Paz”⁵.

No relatório Uma Agenda para a Paz, de 1992, surge a classificação das atividades incrementadas pelas UN, em relação à paz e à segurança internacionais. Boutros Boutros-Ghali, secretário-geral das UN na época, cataloga essas atividades em cinco categorias: diplomacia preventiva (*preventive diplomacy*), restabelecimento ou promoção da paz (*peacemaking*), manutenção da paz (*peacekeeping*), imposição da paz (*peace enforcement*) e construção ou consolidação da paz (*peace building*).

A diplomacia preventiva (*preventive diplomacy*) é descrita como a associação dos dois conceitos. Por um lado, os objetivos pretendidos e a prevenção e, por outro, os métodos utilizados, a diplomacia. A diplomacia preventiva pode-se explicar como o princípio da arte da negociação política, cuja finalidade é efetuar a gestão pacífica dos conflitos.

O conceito começou a ser utilizado no seio das UN nos anos 50 do século XX. As OMP foram implementadas em diferentes locais tendo como base a diplomacia preventiva. Esta foi frequentemente utilizada para evitar conflitos locais imbuídos de componentes da Guerra Fria, vítimas dos jogos de poder dos dois grandes inimigos, os EUA e a URSS. Na década de 80, aparece associado ao conceito a terminologia das zonas de alto risco e a necessidade do CSNU constituir a supervisão dessas áreas, com o objetivo de evitar a deflagração de conflitos potenciais.

A diplomacia preventiva visa prevenir conflitos através de informações e de alertas. Pode ser definida como a utilização, com o consentimento de todas as partes presentes no conflito, dum conjunto de procedimentos diplomáticos e operacionais, com o objetivo da gestão pacífica dos conflitos, através da deteção de sinais indicadores da eclosão de forma violenta de conflitos, de modo a permutar a gestão pacífica dos diferendos e das incompatibilidades e solidificar as relações sociais para que a paz seja consistente. Por outras palavras, segundo Boutros-Ghali (2001, p. 256) “A diplomacia preventiva é a ação de evitar litígios que surjam entre as partes, evitar disputas existentes que degenerem em conflitos e limitar a propagação destes últimos quando eles ocorrem”.

O restabelecimento ou promoção da paz (*peacemaking*) é o processo de resolução de diferendos, suscetíveis de degenerar em conflitos, através da diplomacia, mediação, negociação ou outras formas de solução pacífica. Numa OMP significa, por

⁵ Documentos apresentados na Assembleia das Nações Unidas pelo Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali, em 17 de Junho de 1992 e 03 de Janeiro de 1995. Disponível na Internet: <URL: http://www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=S/24111. [Consult. 14 de JUL. 2013].

exemplo, efetuar a vigilância e o acompanhamento de sanções económicas. Geralmente é uma fase de intensa atividade diplomática e precede a imposição da paz na eventualidade da diplomacia falhar. Compreende todos os meios de mediação e negociação para aproximar as partes, principalmente por instrumentos pacíficos. Implica que um contingente numa missão de paz das UN atue como mediador ou árbitro para reconciliar os beligerantes e ajudá-los a negociar uma solução política para o conflito entre eles existente. Estas diligências podem incluir a ação de forças militares para forçar os antagonistas a negociar.

Segundo Boutros-Ghali (2001, p. 256) o restabelecimento ou promoção da paz “é uma ação para levar as partes hostis a um acordo, essencialmente através de meios pacíficos, como os previstos no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas”.

A manutenção da paz (*peacekeeping*) entende-se como um conjunto de medidas levadas a cabo, pelas UN, com a finalidade de prevenção, limitação, moderação e extinção das hostilidades, entre, ou no interior de Estados, graças à intervenção duma terceira parte, organizada à escala internacional, que recorre a forças militares, forças de polícia e civis, para restaurar a paz. Essas medidas descritas na Carta das UN no seu artigo 33 (1945, p.8) mencionam o recurso à “negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais ou qualquer meio pacífico à sua escolha” estas são as soluções apontadas às partes em conflito para resolverem as suas divergências.

Na gestão da manutenção de paz podem ser incluídas outras entidades ou organizações internacionais, fora do quadro das UN.

Para Boutros-Ghali (2001, p. 256) a manutenção de paz consiste em

“estabelecer uma presença das UN no terreno, efetuada, até à data, com o consentimento de todas as partes interessadas. Normalmente envolve militares e/ou polícia das UN e, frequentemente, pessoal civil. É uma prática que aumenta as possibilidades tanto para a prevenção de conflitos como para a construção da paz”.

As operações de imposição da paz (*peace enforcement*) são operações militares que têm como finalidade restaurar a paz ou estabelecer condições numa zona de conflito ou de tensão. As partes em conflito geralmente não dão o seu aval para este tipo de intervenção, sendo este conseguido numa fase avançada, com os combates a desenrolarem-se.

Estas operações refletem-se na autoridade que o CSNU possui, através do capítulo VII da Carta das UN, de decidir ações coercivas em caso de ameaça, rutura da paz ou atos de agressão. As forças multinacionais devem fazer cumprir os acordos

estabelecidos e realizar ações armadas apropriadas caso a situação assim o exija. Geralmente, as forças de imposição de paz são atribuídas a organizações regionais.

Uma operação de imposição de paz é uma missão coerciva por natureza, conduzida sob a égide de uma organização internacional ou de uma coligação de Estados voluntários, onde os militares, sob o seu comando, podem utilizar a força para impor as suas resoluções. Estas missões são projetadas para restaurar a paz ou para fazer cumprir os termos do mandato, mantendo a operação de forma imparcial.

As UN têm vindo a distanciar-se deste tipo de missões nos últimos anos, pois muitos se questionam sobre a legitimidade destas operações, especialmente devido às falhas e aos fracassos obtidos na maioria das suas missões, designadamente na sua intervenção na Somália, Jugoslávia e no Ruanda. Como afirma Oliveira (2011, p. 54) “(...) por exemplo, em 1999, a intervenção da OTAN no Kosovo sem autorização prévia do CSNU, em vez de reforçar, acabou por pôr em causa a legitimidade e a jurisdição do edifício de resolução de conflitos previstos na Carta das NU”.

A construção e a consolidação da paz (*peace building*) pode ser definida como um campo que abrange diversas iniciativas, tomadas pelos diferentes atores, para se abeirarem das causas profundas da violência e proteger os cidadãos antes, durante e após conflitos violentos. Compreendem a prevenção de conflitos, a gestão de crises, a resolução de conflitos e a consolidação da paz. É o episódio que corresponde à etapa seguinte à assinatura de um acordo de paz ou, ao fim da violência generalizada, comprometendo todos os que desempenham um papel relevante no conflito a criar as condições que favoreçam uma paz e um desenvolvimento duradouros, nas situações de pós conflito e de Estados frágeis, num esforço global para impedir o regresso das hostilidades. Assim, a consolidação da paz está muito próxima do pós-conflito, reconstrução e normalização da vida social, política e económica de um Estado vitimado pela violência.

A consolidação da paz pode ser desenvolvida através da intervenção de uma organização sem autoridade política própria, mas que usufrua da confiança das partes em conflito. O seu objetivo é observar todos os aspetos relevantes e propor uma solução que não seja considerada obrigatória por ambos os lados. Deve responder, essencialmente, a três especificidades: possuir a confiança de ambos os contudentes, examinar todos os aspetos do problema e não impor (forçar) a solução preconizada.

A consolidação da paz é uma área que nos leva a uma variada gama de abordagens, de setores e de tipos de atividades que vão para além da simples intervenção em caso de crises. Podemos, todavia, identificar quatro grandes abordagens nas operações de consolidação da paz. A primeira relaciona-se com o compromisso não violento nos conflitos, de forma direta, através da diplomacia e da

ajuda humanitária e, de forma indireta, através da defesa dos direitos humanos, da justiça social e da implementação de condições necessárias para o restabelecimento do diálogo entre os beligerantes. A segunda refere-se à redução direta da violência, com vista a minorar o sofrimento imediato das vítimas da violência, geralmente traduzida pela intervenção militar, a preparação e assinatura de acordos de cessar-fogo, pela manutenção da paz civil e militar e programas de alerta antecipados. A terceira diz respeito à transformação pacífica e relações de reconciliação, isto é, dar oportunidade às vítimas de encontrar uma reparação dos danos causados e implementar soluções, que vão de encontro às suas necessidades de justiça. Estas ações visam o tratamento dos traumas causados pelo conflito, através de sistemas de justiça restaurativa e transitória, trabalho de memória e decisões políticas. Por último, o reforço de capacidades, em favor de uma cultura de paz duradoura. Esta reforma passa por uma intervenção não só nas estruturas institucionais, nomeadamente, reformas na justiça e segurança, mas também deve ser extensível à prevenção de conflitos, formação e educação para a cidadania das pessoas, bem como desenvolver políticas de luta contra a pobreza.

Para o cumprimento destas tarefas é fundamental que as UN se envolvam desde o início nas negociações de paz. Estas negociações vão nortear o acordo que, supostamente, as UN vão ajudar a implementar. Assim, devem conhecer atempadamente a realidade do conflito e do Estado onde irá decorrer a sua intervenção e, simultaneamente, deverão elaborar propostas e propor alterações aos assuntos inicialmente discutidos. Para tal as UN deverão ser flexíveis de forma a adaptarem-se e a anularem tensões entre os beligerantes. Finalmente, devem garantir, junto dos seus Estados membros, os recursos necessários para cumprir a sua missão, de forma equilibrada e adequada ao conflito.

A experiência reunida pelas UN na forma de lidar com os conflitos, especialmente no decurso dos anos 90, mostrou que, embora haja alguma dificuldade em definir o conceito de operações de consolidação de paz há, no entanto, atividades similares aos métodos de consolidação da paz, fundamentais para o sucesso do esforço levado a cabo pela comunidade internacional para a prevenção da ocorrência de conflitos, nomeadamente, em Estados em vias de colapso. A maior dificuldade, porém, está na capacidade de encontrar o limite das atividades originais de manutenção de paz e onde se iniciam as de consolidação de paz, de forma a clarificar os objetivos dos mandatos das operações e, reconhecer os agentes responsáveis para cada cargo e respetivas fontes de financiamento.

Educar para a paz é uma tarefa ambiciosa. Esta tarefa reclama a intervenção dos diversos atores dos vários níveis da sociedade. Ensinar as pessoas a ler e a

escrever não é suficiente se, em simultâneo, não lhes ensinarmos a respeitar os outros e o mundo em que vivemos. Se levarmos a cabo esta tarefa, certamente viveremos numa sociedade mais justa, mais aberta e mais harmoniosa.

A paz é um bem essencial em qualquer Estado, segundo Moreira (2011, p. 112)

“O futuro construído, grandemente diferente de todas as previsões, e o que os demónios interiores causaram, conduziu os ocidentais à condição de estarem obrigados a identificarem-se perante o mundo pelo património imaterial, a cuidarem da sua segurança sem falhas e não da sua agressividade sem limites, e finalmente a conseguirem colocar o diálogo no lugar do combate, o direito no lugar da força, e a ética na presidência da ordem mundial”.

Capítulo II

1. Enquadramento

Os conflitos são intrínsecos às relações humanas. Fazem parte da maneira como nos relacionamos uns com os outros, da forma como cooperamos ou nos evitamos. Como afirma Vasconcelos (2008, p. 19) “embora seja contingência da condição humana, e, portanto, algo natural, numa disputa conflituosa costuma-se tratar a outra parte como adversária, infiel ou inimiga”.

Existem uma diversidade de elementos que concorrem para a existência de conflitos, destacamos contudo a divergência de interesses, opiniões ou pareceres, a defesa da identidade territorial ou ética, o desejo de poder, de posse ou dominação, entre outros.

Embora por vezes sejam úteis e normais, os conflitos levam ao medo e, conseqüentemente, à tendência para os evitarmos. São ocorrências que geram sentimentos negativos tais como a ansiedade, a raiva, a violência, o medo da rejeição e a rutura das relações. Segundo Turner (2002, p. 232)

“o conflito enquanto forma, pode ser identificado em diversas situações, tais como a guerra, o amor ou a política e certas características comuns podem ser aí encontradas. Assim, enquanto os «conteúdos» variam, as «formas» emergem como características organizadoras da vida social”.

A agressividade remetida aos outros faz com que eles se sintam ameaçados, fazendo-os temer pela sua própria integridade ou pela dos que lhe são próximos. Assim, quando confrontados com sentimentos de perigo e emoções dolorosas, que geralmente acompanham os conflitos, muitos reagem guardando em silêncio as suas queixas, de maneira a evitar o confronto e apaziguar o conflito. Por outro lado, alguns vivem em permanente conflito de tal maneira que andam em permanente tensão e onde tudo é desculpa para recuperar uma luta que surja de um pequeno incidente.

Uma vez desencadeado o conflito, este tende a ser autossustentável. Os intervenientes, dominados pelas suas emoções, deixam de ter a distância e a clareza necessária à situação, logo, qualquer ataque por parte de uma das partes estimula a resposta da outra. Todos querem ter a última palavra no conflito. Segundo Vasconcelos (2008, p. 20) “o que geralmente ocorre no conflito processado com enfoque adversarial é a hipertrofia do argumento unilateral, quase não importando o que o outro fala ou escreve. Por isso mesmo, enquanto um se expressa, o outro já prepara uma nova argumentação”.

O conflito pode transformar-se num problema estrutural se não for encontrada uma solução rápida para sair dele. Criar bases de harmonia e equilíbrio sustentável, suprimir fontes de discórdia e aprofundar a discussão sobre o que afeta o

relacionamento podem caracterizar o conflito de forma positiva, promovendo mudanças reguladoras e ajustando proporções entre os intervenientes.

Nas ciências humanas o conflito deve ser discutido na sua vertente social e coletiva, nomeadamente entre nações, classes e grupos sociais, agentes económicos e políticos, bem como na sua dimensão interpessoal e psicológica. Os conflitos surgem do convívio social do Homem com as suas incoerências entre os diversos atos praticados, assim, devem ser entendidos como questões com elevada dificuldade de explicação onde, para além de ser necessário encontrarmos soluções para a sua resolução, também é necessário uma profunda análise na sua abordagem.

2. O conceito de conflito

Etimologicamente, conflito deriva do latim *conflictus*, que significa choque entre duas coisas, oposição entre pessoas, desentendimento, falta de harmonia, mas significa, igualmente, interação.

O conflito faz parte da existência e do desenvolvimento humano. É um modo de vida, umas vezes destrutivo, outras vezes construtivo e facilitador, visto que pode educar-nos e transformar-nos em indivíduos melhores. Caracteriza-se por uma situação em que dois ou mais atores interdependentes possuem propósitos diferentes, defendem valores contraditórios, têm interesses divergentes ou opostos, que competem e perseguem o mesmo objetivo.

É uma situação multidimensional que deve ser vista e considerada de uma forma multidisciplinar. Segundo Giddens (2000, p. 688), o conflito é uma

“rivalidade ou antagonismo entre indivíduos ou grupos de uma sociedade. O conflito pode assumir duas formas: uma ocorre quando há um confronto de interesses entre dois ou mais indivíduos ou grupos; a outra ocorre quando há pessoas ou coletividades envolvidas em luta direta entre si. O conflito de interesses nem sempre leva à luta declarada, enquanto os conflitos diretos podem, por vezes, ocorrer em grupos que acreditam erradamente que os seus interesses são opostos aos dos outros grupos”.

A propagação de um conflito está sujeita a diferentes variáveis. Dessas variáveis destacamos as características e as relações existentes entre os intervenientes antes do conflito, a natureza do problema, o ambiente social em que o conflito se desenvolve, a população alvo e as suas relações com o tema do conflito, as estratégias empregues e as consequências do conflito para ambos os lados a curto e médio prazo.

A origem dos conflitos encontra-se normalmente nas tensões criadas entre atores detentores de interesses contrários e rivais. As situações de conflitualidade não

se referem a um único modelo. Caracterizam-se por uma variedade infinita de níveis de intensidade e de desafios.

Um conflito pode descrever um diferendo entre diferentes atores, iguais ou diferentes a todos os níveis, internacional, nacional, regional ou mesmo local. Não designa necessariamente guerra aberta com confronto militar entre os diferentes atores.

As situações de conflito expressam-se por um emaranhado e uma multiplicidade de fatores que se estabelecem quer do ponto de vista espacial quer do ponto de vista temporal, não só no passado mas também no presente. É por conseguinte, composto por situações dinâmicas que evoluem com maior ou menor rapidez e que por vezes podem levar a situações dramáticas.

Com o fim da Guerra Fria, os confrontos adquiriram novas formas. Os conflitos entre Estados são cada vez menos frequentes, proliferando contudo, os conflitos locais com origem em rivalidades étnicas, separatismos regionais, rebeliões contra a tomada do poder por um grupo ou facção, tribo ou etnia, etc. Os conflitos locais podem, no entanto, afetar áreas maiores, que podem ir para além da região ou do território nacional. Na realidade, um grande número de conflitos locais caracteriza-se pela formação de níveis, que vão desde o local ao global.

A diversidade de fontes de tensão e as diferentes questões que conduzem aos conflitos têm origem em distintos fatores, principalmente: territórios estratégicos, lugares simbólicos ou sagrados, locais de grande valor económico (normalmente ricos em recursos naturais, particularmente petróleo e minerais), etc. Estas questões passam sobretudo por contendas de origem estratégica, ideológica, de influência e económicas.

Na origem das contendas estratégicas distinguimos o papel privilegiado de alguns territórios (estreitos, passagens, desfiladeiros, etc.) que podem constituir uma vantagem estratégica entre dois ou mais poderes políticos que desejam ter ou manter o seu controlo. Como exemplo, citamos alguns estreitos marítimos (canal do Suez, canal do Panamá, estreito de Bab el-Mandeb, entre outros) que são lugares sensíveis, porque representam os principais locais de passagem do comércio internacional.

Durante a Guerra Fria, os principais confrontos ideológicos residiam nos confrontos entre os sistemas comunistas e os sistemas capitalistas ou liberais. A ameaça nuclear, que trivialmente diversos autores apelidam de política de dissuasão, permitiu evitar o confronto direto das duas principais potências, embora estas se tenham oposto em conflitos regionais e locais, tornando-se protagonistas em conflitos, como na Coreia, no Vietname ou em Angola.

Atualmente, outras formações ideológicas assumiram como fator primordial e referência da sua luta o fundamentalismo religioso.

As ideologias religiosas manifestam-se por rivalidades territoriais. O conflito mais mediático é o que opõe o islamismo ao cristianismo, denominado pensamento judaico-cristão Ocidental por alguns Árabes. Este nome reflete a regionalização da representação, uma vez que se refere aos Estados Unidos, à Europa, envolvendo no seu seio Israel. Estes fundamentalistas estão convencidos que a “sua” religião é a única verdadeira e provocam perturbação nos fanáticos da religião rival. Para Maalouf (2002, p. 103) se a

“ascensão do religioso se explica, em parte, pela queda do comunismo, em parte, pelo impasse em que se encontram muitas das sociedades do Terceiro Mundo, e em parte ainda, pela crise que afecta o modelo ocidental, a amplitude do fenómeno e a sua tonalidade só podem ser compreendidas com referência à evolução recente, tão espectacular, no domínio das comunicações, e ao conjunto do que se convencionou chamar mundialização”.

Uma mesma causa de origem de conflito, em diferentes locais, não conduz necessariamente a um conflito de idêntica intensidade. Na maioria das vezes os conflitos permanecem latentes até que algum acontecimento relevante, uma provocação ou agravamento da situação conduza à ofensiva e faça desencadear o confronto e dar origem a uma crise. Estas situações podem, contudo, ser rapidamente controladas se a reação for célere e criteriosamente medida.

A extensão de zonas de influência passa, muitas vezes, pelo financiamento de grupos políticos, sociais, religiosos e culturais utilizados como intermediários de determinadas ações, ou seja, a capacidade que os diferentes atores têm em conseguir o mesmo objetivo através do consentimento, utilizando a sua capacidade de convencer os outros a fazer algo através da influência económica, cultural e ideológica. Esta estratégia conhecida como *soft power* traduz-se, como afirmam Flambó e Ramos (s/d, p. 51)

“na capacidade de atingir os objetivos através da persuasão. Pretende-se atuar de forma a atrair os outros, para produzir um determinado comportamento, para seguirem ou concordarem com determinadas normas. Ou seja, um Estado poderá não utilizar os recursos militares e financeiros se conseguir que os outros vejam a sua atuação como legítima, servindo-se de instituições internacionais que possam condicionar ou limitar as suas próprias atividades”.

As razões económicas são apontadas amiúde como uma das causas da origem dos conflitos. Algumas regiões possuem recursos naturais causadores de diversas rivalidades no seu controlo originando vários tipos de conflitos. A posse desses recursos facilita o financiamento da guerra ou a rebelião, conduzindo os diferentes intervenientes à tomada de poder ou separação regional, por outras palavras, o objetivo final é,

normalmente, de origem política. Quando esses recursos são abundantes originam a avidez de diferentes atores e desencadeiam guerras com intervenção externa direta ou indireta.

Os conflitos diferem na sua intensidade, isto é, podem desencadear-se conflitos armados entre Estados, guerras civis, insurreições momentâneas, violências de origem criminal, etc., na sua extensão, que resulta da repartição dos recursos desejados e na sua duração, de alguns meses a diversos anos.

Segundo Giddens (2000, p. 675)

“o poder, a ideologia e o conflito estão sempre relacionados de modo estreito. Muitos conflitos são sobre o poder, devido às vantagens que ele pode trazer. Aqueles que detêm mais poder podem depender principalmente da influência da ideologia para manter o seu domínio, mas têm habitualmente capacidade para usar a força, se necessário”.

3. A evolução do pensamento sobre os conflitos

A queda do muro de Berlim e o conseqüente fim da Guerra Fria pareciam trazer ao mundo uma redução no número de conflitos. A Agenda para a Paz do antigo Secretário-geral das UN Boutros Boutros-Ghali aparentava conduzir nesse sentido. Contudo, assim não aconteceu e os conflitos continuaram a desenrolar-se em catadupa até aos nossos dias. Alguns conflitos armados, nascidos da ideia da libertação e da independência continuam a sobreviver com a percepção no horizonte da ideia de alcançar a democratização, como o caso dos recentes conflitos em África ou aqui bem mais próximo na Europa como é a ocorrência do conflito do Kosovo. De duração prolongada no tempo e no espaço, alternando entre períodos de conflito e períodos de acalmia estes conflitos descontínuos mantêm as suas frentes em permanente movimento. Os conflitos periféricos, os conflitos de baixa intensidade e, sobretudo, as crises⁶ sem fim à vista caracterizam, atualmente, a nova desordem internacional.

⁶ A OTAN define que as crises podem ser de natureza política, militar ou humanitária. As suas causas são devidas a conflitos políticos ou armados, incidentes tecnológicos ou catástrofes naturais.

As operações de gestão de crises da OTAN reúnem-se à volta do termo genérico de Operações de Manutenção de Paz.

A OTAN reage às crises conforme a sua natureza, a sua amplitude e a sua gravidade. Recorre a diferentes meios para anular as crises, nomeadamente meios diplomáticos ou a ação militar, quando as crises requererem medidas mais robustas para a sua solução.

Esta organização socorrer-se de diversos tipos de operações de gestão de conflitos. As operações de resposta às crises podem realizar-se a coberto do seu art.º 5 quando acontece um ataque ou uma agressão a um dos seus membros. Ou leva a cabo um conjunto de operações militares não cobertas pelo artigo 5, quando as operações comportam um apoio a um processo de paz numa zona de conflito. Estas operações podem classificar-se de Operações de Apoio à Paz. Um exemplo da intervenção da OTAN em operações não cobertas pelo art.º 5 são as levadas a cabo recentemente no Afeganistão, nos Balcãs e na luta contra a pirataria no Corno de África.

As Operações de Apoio à Paz da OTAN integram a manutenção de paz, a imposição de paz, assim como, o restabelecimento da paz, a consolidação da paz e as operações humanitárias. As Operações de Apoio à Paz são operações multifuncionais com caráter imparcial com o objetivo de apoiar um mandato das Nações Unidas, da OSCE ou a pedido de um governo soberano. Estas operações envolvem forças militares bem como organizações diplomáticas e humanitárias, são projetadas para obter uma solução política a longo prazo ou para fazer respeitar as condições precisas do mandato. Disponível na Internet: <URL: http://www.nato.int/cps/fr/natohq/topics_49192.htm?selectedLocale=fr. [Consult. 14 de SET. 2014].

Estas crises prolongam-se no tempo geralmente pela falta de vontade dos atores nacionais e internacionais em fazer face ao número elevado de crises simultâneas resultantes das suas escolhas, preocupados unicamente consigo próprios, preferindo uma crise aguda e mediática, a uma de baixa intensidade, levada até à exaustão de maneira a cansar a opinião pública.

Sucedem muitas vezes que os conflitos têm uma duração interminável devido às suas causas profundas e muito complexas, politicamente difíceis de colocar em prática e financeiramente onerosas. Devemos procurar nas raízes da sua história, nos enredos da distribuição das riquezas e na igualdade de acesso aos diferentes recursos a chave do problema. Como afirma Peres (2004, p. 70)

“o mundo inteiro está dividido por interesses particulares, mas pode unificar-se graças a uma visão comum. Compreendo a existência destes interesses divergentes e destas divisões. Mas convém encontrar uma visão mundial. É o único objetivo suscetível de gerar esperança e de unificar os indivíduos e os povos”.

Certamente estas crises persistem porque existem interesses obscuros que necessitam da contínua desordem e debilidade dos Estados. As crises e os conflitos alimentam-se de dinâmicas internas apoiadas, na maioria das vezes, por influências externas, perturbam profundamente as dinâmicas sociais, modificam sociedades e culturas. Os conflitos dos anos 60 do século passado, caracterizavam-se pelo seu potencial de irradiação regional, pelo peso das rivalidades étnicas, pela frequência das revoltas populares, pelos movimentos em massa para o interior e exterior das fronteiras. Para além das causas referidas, nos conflitos dos anos 90 acrescentamos a ausência da decisão política dos beligerantes, mais preocupados com a exploração em seu proveito dos recursos das suas regiões, a privatização dos atores diretos ou indiretos da guerra. Como afirma Joxe (1992, citado por Moreira, 2013, p. 277) “um corolário deste credo do mercado é a privatização das forças de segurança, de que vários Estados abusam, e cujos elementos mortos não constam das estatísticas”, a expansão da criminalidade para além das suas fronteiras, a magnitude da violência genocida e delinquência e o colapso do Estado.

4. A natureza dos conflitos na atualidade

As situações de fragilidade e conflito continuam a desenvolver-se por todo o mundo e a exercer a sua influência sobre a vida de milhões de pessoas. É por isso que desenvolvemos esforços de maneira a criar alguma luz sobre os catalisadores, a dinâmica e as interconexões existentes em países que vivem em situação de fragilidade.

A resolução de conflitos entre Estados é uma faculdade da política internacional. Esta atividade pode ser pacífica, ou não, resultando do exercício, da natureza, da veemência e do campo de ação desses conflitos. Devido às diferentes rivalidades existentes nas diversas latitudes é arriscado abranger toda a sucessão de conflitos internacionais, uma vez que, na atualidade, os conflitos são cada vez mais “regionais”.

As teorias de conflito mais evidentes são as que assentam em bases económicas, raciais ou ideológicas do conflito e as que põem em destaque a luta pelo poder e pela segurança. As primeiras estão relacionadas com a própria essência do Estado e as segundas referem-se mais à edificação do sistema internacional. Como afirma Bouthoul (1966, p. 24)

“cada guerra é ao mesmo tempo, política, porque os governos nela desempenham um papel; religiosa, porque nas guerras interferem, de uma maneira ou de outra, crenças, dogmas e princípios; demográfica, porque a guerra utiliza massas humanas, e, quanto mais não seja, deixa rasto nas estatísticas da mortalidade; económica, porque não há guerras sem deslocação e destruição de riquezas, mesmo quando entre os contendores não exista uma prévia rivalidade económica. Em vão se buscaria um exemplo de conflito de alguma importância que não apresente todas estas características”.

4.1. Conflitos económicos

A diversidade de conflitos resulta de uma modificação das estruturas sociais. Como corolário dão origem a movimentos reformistas muito fragmentados de envergadura micro-social. Este novo conceito envolve regras (defesa ou imposição de normas) e legitimidade (reconhecimento de valores). O campo cultural torna-se, assim, numa questão pertinente que rivaliza com o campo económico.

Estas mutações são consequência de uma sociedade sempre em mudança. Longe de desaparecerem, os conflitos económicos adotam contornos multifacetados, que não assentam no antagonismo de classes mas, cada vez mais, colocam em causa as hierarquias tradicionais e a distribuição do poder de decisão. São estes os propósitos que representam os quesitos mais singulares das classes médias.

Assim, novos conflitos crescem noutros campos da vida social, com a principal particularidade de mobilizarem pessoas com diferentes origens sociais, para compromissos muitas vezes limitados no tempo. Reclamam a sua participação na vida pública através de uma relação pautada pela promoção do individualismo. Como resultado do fortalecimento dos grupos de pressão promove-se o desenvolvimento da cidadania ativa. Como refere Moreira (2013, p. 45)

“no centro do relativismo em que se vai deteriorando a identidade e a capacidade dos ocidentais para sustentarem uma posição igual na coexistência em liberdade em áreas culturais que antes dominaram em regime imperial, parece estar a questão da relação entre *valor* e *preço*, em que este serviu de eixo a um *credo de mercado* que conduziu à crise financeira e económica atual”.

Os conflitos normalmente estão ligados a fatores económicos. A competição entre países produtores de mercadorias similares, as medidas criadas pelos diferentes governos de modo a proteger a venda dos seus produtos em detrimento dos de outros países, ou mesmo, a proibição da entrada desses produtos nas suas fronteiras, retaliações e concorrência entre nações numa grande parte dos ramos do comércio internacional, são alguns dos fatores que originam conflitos económicos entre Estados. Como afirma Fontes (2013, p. 63)

“nos nossos dias, a *estabilidade* económica de um Estado, de uma região ou de um *espaço* é um elemento preponderante e que, ao inexistir, pode ter efeitos diretos na vida quotidiana dos cidadãos. Para esta estabilidade estar assegurada é importante o papel do Estado e da ordem jurídica”.

As lutas comerciais entre Estados não se apoiam exclusivamente nos diversos negócios privados, estes concebem, também, em paralelo, perigosas crises políticas. A política dos obreiros económicos que são a causa dos principais problemas comerciais nacionais criam igualmente graves perturbações nas relações externas. Os governos impelidos pelos distintos interesses dos produtores e dos intervenientes na exploração de mercadorias e de negócios concorrenciais geralmente unem-se perigosamente a esta fonte de conflitos.

Nos nossos dias, subsiste um conflito de interesses económicos entre os países do Norte, mais desenvolvidos e com mais poder económico, e os países do Sul, menos desenvolvidos e com menos recursos financeiros. Porém, como afirma Silva (2012, p. 191)

“a afirmação de que a oposição económica Norte-Sul é o principal conflito do sistema internacional carece de efetiva consistência porque ignora o carácter essencialmente político de muitas exigências do Terceiro Mundo e minimiza irrefletidamente o efeito corrosivo que os conflitos políticos entre os seus membros produzem sobre a «solidariedade de classe» no seio do Terceiro Mundo”.

4.2. Conflitos ideológicos

A evolução do mundo atual mostra-nos que a questão estratégica é amplamente determinada por tensões ideológicas e expetativas de vida, de acordo com o modo como

antecipamos ou atendemos os sucessos ou os fracassos. Os conflitos geoestratégicos são, na sua essência, políticos e militares, ideológicos e tecnológicos, contudo, não nos podemos esquecer da sua vertente religiosa. Estes porém, são conduzidos de maneira transversal com a finalidade da opinião pública descurar o seu lado psicológico. Portanto, e como os enviesamentos cognitivos e emocionais são numerosos a sua articulação continua na sombra dos diferentes elementos da arte da guerra.

Nos últimos anos, uma nova variável surgiu: a presença de esferas de influência religiosa associadas a grupos terroristas. Assim, a leitura psicológica destas questões torna-se complexa e a multiplicação de distorções interpretativas (cognitivas) ameaçam a eficácia do diagnóstico estratégico.

As ideologias, observadas como visões globais, forçosamente descomplicadas, facultam respostas às questões mais complexas. A ideologia é uma resposta intelectual a uma solicitação afetiva. É um complexo de ideias ou de representações que surgem perante um individuo como forma de se perceber a si próprio, ou de interpretar o mundo, representa uma verdade absoluta, cria uma ilusão que lhe serve de abrigo onde se refugia e onde, de uma maneira ou de outra, procura retirar em seu proveito um benefício imediato. Daí o seu poder e a sua manutenção ao longo dos tempos e para além das fronteiras físicas e disciplinares. Naturalmente, o espaço político encontra-se todos os dias invadido não só pelas grandes ideologias políticas, atualmente em permanente declínio no que ao poder diz respeito, mas por microideologias que proliferam à volta das questões pós-modernas.

O período da Guerra Fria deixou-nos um legado de ideologias em decadência, contudo, nada nos indica que as ideologias outrora seguidas não possam rejuvenescer das cinzas, será pois tudo uma questão de reivindicações afetivas. As anciãs oposições reformulam-se, reprimem anteriores questões e assumem novos desafios, nomeadamente despertam novas teologias, surgem novas questões relacionadas com o ambiente, há um regresso aos ideais nacionalistas, ressurgem o neopopulismo, deflectindo em grande parte em atos terroristas. As elocuições ideológicas misturam, na sua essência, o orgulho, o excesso, a vingança e a hegemonia, sendo que estas são características principais da conduta dos líderes que as pronunciam. Estas novas formas intrincadas relembram os grandes momentos de mudança de época. Se relembrarmos que a rivalidade ideológica contrapõe os pedidos emocionais, então é nos conhecimentos que adquirimos, na leitura psicológica dos eventos ocorridos e no confronto dos homens, que surge a faculdade de anteciparmos o futuro. Uma análise efetuada sobre este ponto de vista permite-nos concluir que a razão tecnológica não responde suficientemente à história nem à cultura, muito menos à psicologia das cidades. Não necessitamos de rebuscar a História para efetuarmos um diagnóstico de

modo a compreender que em situações de conflito ou de crise, as populações, apesar de comprometidas, submetem-se à influência e à manipulação por parte de chefes políticos, militares ou religiosos, pouco preocupados com a democracia e que se sentem à vontade no seio da luta armada.

Atualmente, os impulsos ideológicos oscilam num enredo malicioso, por vezes despertando nacionalismos, ou provendo-se de antagonismos religiosos. Seguramente, podemos concluir que, a grande maioria, gira em torno de movimentos populistas que, tradicionalmente, conduzem a ditaduras, como afirma Silva (2012, p. 194)

“o nacionalismo pode inspirar irredentismo, ou seja, a tentativa de alargar as fronteiras do Estado de tal forma que absorve o restante território, com sérias consequências para as relações entre todos os interessados. Finalmente o nacionalismo pode provocar um conflito particularmente cáustico e delicado quando uma nação reclama todo o território ocupado por outra nação”.

Todavia, as democracias não são ideologicamente puras, admitimos nelas as suas próprias visões e os seus próprios valores.

O populismo não é uma doutrina de massas, mas sim a resposta à expectativa emocional dum movimento de classes conduzido por um ou mais líderes. São líderes de multidões, cujos movimentos e palavras trespassam profundamente a memória individual e coletiva destas. A tipologia destas figuras é difusa (maquiavélica, carismática, populista e autoritária) e o seu carácter forte e variado. No entanto, caracterizam-se por um traço incontornável, o de serem capazes de se livrar das elites, consideradas pelas massas como incompetentes e corruptas.

4.3. Conflitos raciais

As principais guerras na história do mundo moderno têm como causa principal conflitos raciais ou religiosos. Aparentemente, existe no interior do ser humano a tendência para acumular ódio contra indivíduos de outras raças ou credos. O ódio racial é tradicional e é incitado desde a nascença e ao longo dos anos até se tornar uma obsessão. Uma das razões para a existência de conflitos raciais é apontada à liderança. Grande parte dos líderes políticos onde ocorrem conflitos raciais são conhecidos pela ausência de escrúpulos, capazes das maiores atrocidades para manter o poder.

O conflito racial tem sido um acontecimento frequente no período pós Guerra Fria, traduzido em limpezas étnicas na Bósnia e no Kosovo, no Ruanda, no Camboja, no Iraque e em muitas outras partes do mundo. Na realidade o conflito racial refere-se

ao controlo demográfico de grupos étnicos específicos, religiões ou classes sociais, com o objetivo de manter a condição de minoria desses grupos.

Quando abordamos o assunto da raça (racismo simbólico) referimo-nos ao racismo à moda antiga, ou seja aproximamo-nos do conceito de racismo no sentido limitado, que significa a teoria da diferença biológica, o preceito biológico da desigualdade das raças. No racismo podemos distinguir dois focos, o biológico, caracterizado pelas relações de causa efeito, ou seja, as leis biológicas dos expedientes sociais e culturais, o resultado biológico das categorias sociais dos agrupamentos humanos, das identidades e das diferenças coletivas, das ações recíprocas entre indivíduos (conflito de raças) e, a desigualdade entre os seres humanos, mais precisamente, entre as diferenças supostamente naturais, designadas raças, apresentando-se como uma classificação hierarquizada dos grupos humanos. A desigualdade implica a superioridade de uma raça e a subordinação das inferiores.

Embora as teorias do racismo não se tenham começado a formular explicitamente no século XIX, ocorrendo com o auge do imperialismo, podemos dizer que as suas raízes remontam à época das conquistas e domínios coloniais.

O facto de se atribuir a outras raças determinados traços de inferioridade tem por objetivo justificar o uso da força contra elas, a sua exploração e inclusive o seu extermínio.

Os indivíduos que cultivam as ideias racistas procuram nos conceitos de Darwin (sobrevivência do mais habilitado, a luta pela vida e a seleção natural) uma justificação científica para os seus ideais. Apresentam a evolução da humanidade ao longo da história como, uma luta de raças em que as de índole superior se vão impondo às mais fracas.

Também na 2ª Guerra Mundial, a representação falsa e simplista do povo de origem ariana, na glorificação dos nazis, incrementou a ideia de que a raça está destinada a destruir os que se opõem ao seu domínio universal. Apesar das ideias da raça ariana serem arbitrarias e delirantes, a aplicação particular que delas fizeram os seguidores do nazismo, explicando o ariano como não judeu, teve um efeito assustador e real com o holocausto. Como afirmava Hitler (1987, p. 342) “o princípio orgânico da humanidade ariana é substituído pelo princípio destruidor dos judeus. O judaísmo torna-se assim um «fermento de decomposição» dos povos e raças e, em sentido mais vasto, de ruína da cultura humana”. O tremendo impacto destes feitos que mancharam a consciência da humanidade teve como repercussão o declive do velho conceito do racismo depois da 2.ª Guerra Mundial.

O mundo, tal como existe, ainda não consegue ultrapassar o legado difícil de extirpar do domínio colonial, do apartheid e da segregação. Não obstante as mudanças

que limitam e diferenciam as condições nacionais, a evolução histórica, os papéis do mercado internacional, as tendências políticas e as normas culturais, as sinergias raciais ainda operam como no século passado, como uma forma de restringir a influência política dos grupos raciais, sociais e economicamente subordinados. Nos nossos dias, as crenças e práticas raciais tornaram-se muito mais contraditórias e complexas, o sistema racial do “velho mundo” não desapareceu mais foi seriamente desafiado e alterado. Como afirma Silva (2012, p. 196) “na atualidade, embora a raça possa exacerbar conflitos, só muito raramente parece ter sido uma razão decisiva para a sua eclosão”.

4.4. Conflitos estruturais

O conflito é a exteriorização da maioria das pessoas que compõe a sociedade e que de modo natural se exprimem por uma quantidade de posições de interesses e objetivos que se podem revelar contraditórios e incompatíveis. O conflito surge dessa incompatibilidade. O conflito é frequente na vida das sociedades. O estado frequente deste fenómeno social exige uma ação, caso contrário, os riscos são maiores que o próprio poder destrutivo do conflito. O conflito nem sempre é violento, indica um desequilíbrio, desigualdade, uma injustiça, ou seja é uma assimetria reveladora de relações de poder por vezes pouco visíveis, por vezes interiorizados.

O conflito visto como um fenómeno social de rutura com uma ordem estabelecida, apresenta como efeito uma contestação, um pedido de mudança social. O conflito não termina quando a mudança social modifica as perceções (cultural), as relações (relacional) e as estruturas (estrutural) são reparadas. Apenas estas mudanças sociais podem responder de modo adequado ao pedido de mudança expresso pelo conflito. O processo que enceta o fenómeno de expansão súbita e violenta do conflito pode assentar em períodos longos, antes de ser encontrada uma resolução para a sua saída. Todo este processo não é linear, pode conhecer oscilações, regressões, fases eventualmente violentas porque, como em todas as situações de contestação à ordem estabelecida, as forças de resistência à mudança são numerosas e em posição dominante. Isto explica porque é que o conflito é um processo geralmente doloroso onde a incerteza prevalece sobre o futuro e onde as posições são fragilizadas. A longevidade do processo persiste devido à negação e à evasiva dos grupos preponderantes.

Os conflitos estruturais decorrem de circunstâncias externas às partes comuns e estão relacionados com questões de poder, propriedade e controlo de recursos. Para Moore (1998) os conflitos estruturais resultam de padrões destrutivos de comportamento ou interação, controlo, posse ou distribuição desigual de recursos,

poder e autoridade desiguais, fatores geográficos, físicos e ambientais que impeçam a cooperação e pressões do tempo.

As rivalidades, na sua grande maioria, geram violência. É primordial, para um Estado que deseja impor a sua supremacia definir antecipadamente uma posição de força, para limitar as hipóteses dos seus rivais de reagirem à agressividade das suas atividades. Os meios empregues, sejam eles políticos, económicos ou militares deverão restringir as margens de manobra do adversário. Os conflitos cultura-civilizacionais, ou os conflitos de poder e de interesses, entre os Estados do Ocidente e do Leste, são uma questão de confronto sem reconciliação possível e, somente as suas forças económicas e militares, permitem manter a sua supremacia.

O sistema internacional vive em permanente insegurança. A inexistência de uma administração mundial com capacidade para impedir a violência entre Estados e, na presença desta situação contraditória, a primazia dos Estados vai no sentido da redução dessa insegurança, através da defesa e salvaguarda dos interesses nacionais recorrendo para isso a dispositivos militares próprios. A tensão internacional conduziu a maior parte dos países a aumentar o seu poderio militar. Os problemas de defesa nacional têm precedência sobre todos os outros e atualmente entraram numa nova fase económica que é a do rearmamento.

Cada país, para garantir a segurança nacional, proteger os interesses do Estado e criar um ambiente internacional, com base nos seus valores e nos seus interesses, esforça-se, naturalmente, por impor a sua supremacia. Atualmente, os EUA ultrapassam todos os seus concorrentes em todos os domínios e são capazes de resolver todos os desafios lançados pelas outras forças (Díez, 1999). Com o fim do período da Guerra Fria, o fundamento da aliança ocidental ficou fragilizado. Embora se verifique uma proximidade entre os valores dos EUA e dos restantes países ocidentais, os antagonismos políticos e económicos irão continuar a aumentar ainda que nos conflitos os opositores sejam inimagináveis. Por esta razão é frequente a luta para deter a supremacia.

A busca persistente do equilíbrio de capacidades em relação ao armamento é o princípio primário onde assentam este tipo de conflitos. A enorme panóplia de equipamento militar e de segurança produzido ou obtido por um Estado no sentido de garantir a defesa das suas fronteiras e dos seus interesses, geralmente é entendido por outros Estados como uma ameaça à sua integridade e segurança, conduzindo estes últimos a aumentar as suas possibilidades militares de defesa, como argumento a um possível ataque dos primeiros. Como derradeiro subterfúgio, este procedimento conduz ao aumento exponencial do grau de letalidade dos armamentos construídos.

A ausência de segurança origina uma luta pelo poder, da qual surge como último facto a guerra, porque num determinado espaço de tempo o Estado, ou aliança de Estados, entende que tem vantagem sobre os seus adversários e sente necessidade de atacar os seus rivais para cessar essa mesma falta de segurança.

É nesta fundamentação que se apoia o conceito de segurança coletiva. A imagem de segurança coletiva, apresentada pelas diferentes organizações internacionais, que nos dá uma perceção de ordem, solidez e durabilidade, nunca se concretizou embora se encontre no seu âmago. A segurança coletiva, para além de concorrente e fundamentalmente militar aporta, igualmente, dimensões económicas, sociais, ambientais, entre outras. Porém, este conceito tem assumido, nos nossos dias, a forma de segurança cooperativa, de uma diplomacia preventiva, assinalando que num universo com diversos pólos, marcado por uma imagem opaca e uma geometria variável, novas formas de refletir e de agir são prementes. Como afirma Nye Jr. (2011, p. 202)

“o impasse em torno da segurança coletiva deu origem ao conceito de diplomacia preventiva da ONU. Em vez de identificar e punir o agressor, que é o conceito básico de segurança coletiva, as Nações Unidas reuniram forças independentes e interpô-las-iam entre as forças rivais”.

4.5. Conflitos multifatoriais

O conflito tem causas multifatoriais, dificilmente hierarquizadas ou reduzíveis a um ou dois aspetos. A dimensão política, institucional, competições regionais e internacionais pelo controlo de uma zona de fatores de influência, competição pelo poder e pela segurança, lutas diversas pela supremacia económica, aversão espontânea e instintiva por determinada ideologia, bem como sentimentos hostis relativamente às origens étnicas, são terminantemente os principais fatores que têm dado origem aos conflitos no nosso tempo. A maior, ou menor gravidade dos conflitos está seguramente relacionada com a conjugação de dois ou mais destes pressupostos.

Segundo Nye Jr. (2011, p. 34)

“o estudo do conflito internacional é uma ciência inexata que combina história e teoria. À medida que desbravamos o nosso caminho através das teorias e dos seus exemplos, tentamos ter presente tanto o que mudou como o que permaneceu constante, para que melhor sejamos capazes de compreender o nosso passado e o nosso presente e melhor possamos navegar nos baixios desconhecidos do futuro”.

5. Os conflitos armados

O conflito é a indagação contínua de objetivos, na sua maioria políticos, contraditórios e inconciliáveis, por dois ou vários indivíduos ou grupos. Um conflito indica características específicas em consonância com uma tipologia de relações e interações cuja resolução pode efetuar-se de forma pacífica ou através da força e da violência. Como refere Fernandes (2011, p. 26) “os conflitos são, pois, fenómenos sociais muito complexos, que resultam sempre de uma decisão (ato político), comportam vários elementos e apresentam simultaneamente muitos aspetos”.

Entendemos por conflito armado as guerras, não só na sua multiplicidade, mas também, nos diferentes atos violentos de contestar, os quais empregam armas mortíferas, que opõem grupos sociais entre si ou grupos sociais entre Estados.

O conflito armado é, pois, um processo dinâmico de confronto violento entre dois ou mais lados opostos, levado a efeito por grupos regulares ou irregulares com a perceção de objetivos contrários em que o uso contínuo e planificado da violência provoca um elevado número de vítimas, gera um grave impacto no território, designadamente na deleção de infraestruturas e destruição do ambiente, na segurança da população, em aspetos relacionados com o elevado número de feridos e desalojados, violência sexual, insegurança alimentar, tem, também, um forte impacto na saúde mental e no tecido social e na interrupção dos serviços básicos. Destinam-se à consecução de objetivos diferenciados dos da delinquência comum e estão, na maioria dos casos, vinculados a disputas de autodeterminação, autogoverno ou aspirações identitárias, oposição ao sistema político, económico, social ou ideológico de um Estado ou à política interna ou internacional de um governo, no que em ambos os casos motiva a luta para aceder ou corroer o poder, ou ainda ao domínio dos recursos do território.

Poderemos reconhecer diversos tipos de conflito armado, nem sempre claramente identificáveis e permeáveis uns aos outros.

Um dos conflitos armados é a própria guerra, na sua plenitude, entre Estados que reconhecem a existência de legitimidade nas guerras travadas entre si. Segundo Aron (2002, p. 52)

“a guerra não pertence ao domínio das artes e das ciências, mas ao da existência social. É um conflito de grandes interesses resolvido pelo derramamento de sangue e somente nisto difere dos outros tipos de conflito. Seria mais apropriado compará-la ao comércio, que é também um conflito de interesses e de atividades, do que a uma arte qualquer. Ela se aproxima mais da política, que pode ser comparada por sua vez, pelo menos em parte, uma espécie de comércio de larga escala”.

Desta distinguimos as guerras civis, que diferem das anteriores pela ausência de forças armadas regulares do Estado, são em parte a forma mais disseminada de conflito e as mais mortíferas da atualidade.

O Direito Internacional define dois tipos de conflito armado que são, os conflitos internacionais e os conflitos não internacionais⁷. Proferimos o conceito de conflito internacional, quando nos referimos a desacordos entre dois Estados, que provocam a intervenção das suas forças armadas, independentemente dos resultados, número de vítimas ou duração. O conflito é não internacional, quando as hostilidades se desencadeiam entre as forças armadas de um Estado e grupos armados que se organizam no interior do território desse Estado.

A durabilidade dos conflitos é variável e pode estender-se a várias décadas. Alguns deles atravessam períodos irregulares ao longo do tempo, acalmando em determinadas épocas para recomeçarem mais tarde. As causas contíguas e remotas dos conflitos armados podem reduzir-se a benefícios antagónicos relativamente ao controlo e utilização de recursos disponíveis no território, a divergências de objetivos e à decepção causada pela não satisfação das expectativas de realização desses objetivos. Os efeitos nefastos destes conflitos atingem todas as faces da sociedade, incluindo a economia, as relações sociais e o ambiente. Na maioria dos casos, estas consequências reduziram, a valores ínfimos, décadas de desenvolvimento, destruindo o capital humano, social e económico dos Estados. Segundo Fernandes (2011, p. 43)

“os conflitos armados, mobilizam o esforço das camadas jovens da população para o combate, e traduzem-se sempre na destruição de recursos humanos e materiais necessários para incrementar o desenvolvimento económico e social, atrasando, por isso, o processo de evolução natural das sociedades e, conseqüentemente, da comunidade humana”.

5.1 Ciclos de um conflito

Os conflitos são situações dinâmicas, que se caracterizam por uma intensidade que varia com o tempo, de acordo com o período do seu ciclo de vida, com uma fase de escalada de tensão que se transforma em violência e uma fase descendente de tensão, no caminho da consolidação da paz.

O estudo dos fenómenos inconscientes do comportamento humano ao longo de um conflito assenta em diferentes fases, que apresentam vários aspetos ou características equivalentes à materialização dum confronto em volta de um ponto de

⁷ Os conflitos internacionais são definidos nas Convenções de Genebra de 1949 e nos Protocolos adicionais de 1977. Os conflitos de caráter não internacional são definidos no art.º 3 comum às Convenções de Genebra e aos Protocolos adicionais de 1977. Disponível na Internet: <URL: <http://www.icrc.org/por/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/>. [Consult. 11 de MAI. 2014].

discórdia, segundo um encadeamento progressivo de coação física e moral, entre rivais, que recorrem à violência coletiva estruturada.

Assim, o conflito inicia-se com o surgimento de pontos de discórdia e ausência de ações imediatas de prevenção e de êxito através de um eventual diálogo. Cada parte em conflito persegue uma meta ou defende um interesse considerado incompatível com os objetivos ou interesses da outra parte. Estes diferendos podem ser objeto de mediação através dos canais normais de regulação de conflitos no sistema considerado, ou seja, os órgãos de Estado no caso de confrontações civis, ou os órgãos internacionais, no caso de diferendos entre partes sujeitas ao direito internacional. Segundo Nye, Jr. (2011, p. 199) “nos grandes conflitos de interesses, o Direito Internacional pode não refrear os estados, mas ajuda muitas vezes a moldar o carácter de uma política. O direito é parte de uma luta de poder”. A escalada de tensão resultante entre as partes é aceitável, quando é devidamente gerida através dos mecanismos reguladores das normas em disputa. Estas contrariedades, na maioria das vezes, resultam em violência e afetam, numa escala de crescimento, as esferas políticas, sociais e económicas. A situação de paz pré-existente é alterada, a crise começa com uma intensidade crescente e os episódios de violência são cada vez mais frequentes.

A fase seguinte na escalada do conflito inicia-se quando uma das partes envolvida no conflito toma consciência de que não obterá sucesso através dos métodos habituais e decide recorrer à ameaça do uso da violência para obrigar o seu opositor a ceder. Nos conflitos armados internacionais, esta ameaça traduz-se geralmente numa pressão diplomática suportada por uma demonstração de força, com a colocação em alerta, movimentação de unidades, mobilização de capacidades críticas e mudança de dispositivos no teatro de operações das suas Forças Armadas. Relativamente aos conflitos não internacionais, as configurações da ameaça traduzem-se nesta fase, pelo início de manifestos sociais contra o governo, através de manifestações, greves, obstrução e desobediência civil e movimentos organizados para divulgar ou publicitar determinados assuntos desfavoráveis ao governo na imprensa.

O conflito prossegue a sua escalada e considera-se aberto, quando esta última etapa de bloqueio é ultrapassada. O desconforto da etapa de bloqueio persiste, genericamente, até que aconteça um evento que faça despoletar o conflito. Este evento surge, geralmente, sob a forma de um ato físico violento, um desentendimento ou uma troca verbal de ofensas mútuas.

Quando a prevenção falha, o conflito deve ser gerido até que as partes em oposição cheguem a um acordo de paz.

Assinados os acordos de paz, o processo de construção e consolidação da paz pode começar de acordo com as condições estabelecidas nesses acordos.

A compreensão do ciclo de um conflito ajuda a planificar e a coordenar esforços de prevenção, de alerta precoce, a gestão e a resolução do conflito e a construção e a consolidação da paz. A grande maioria dos investigadores na área dos conflitos constataram também que, com base nos estudos empíricos, os ciclos são recorrentes, até que uma paz duradoira seja alcançada e as partes adversárias sejam capazes de cooperar e resolver os problemas de fundo que desencadearam o conflito. Fisas (2004, p. 41) propõe como sequência geral para análise do conflito as “raízes e causas, iniciadores, eclosão, desenvolvimento, consequências e tratamento do conflito”, as primeiras três dizem respeito à prevenção e as restantes à gestão de conflitos. Por sua vez Byrne (1996, p. 8) decompõe em quatro etapas o conflito “o caminho para a guerra (pré-conflito), o conflito propriamente dito, o processo de paz (ou resolução do conflito) e a reconstrução e reinserção ou o pós-conflito”.

Na maioria das vezes, os ciclos obedecem às regras clássicas dos conflitos, isto é, têm início numa fase de frustração, evoluem para uma fase de tensão e dão origem posteriormente à fase de confrontação e violência, em cenários que têm em conta as origens, a natureza dos problemas e das controvérsias, os atores em presença, o contexto e o momento.

A duração e a intensidade do conflito são variáveis consoante os países e a procura de soluções para a saída da crise, depende da tomada de consciência e da capacidade dos atores nacionais para fazer face e assumir coletiva e individualmente as suas responsabilidades patrióticas, políticas e de cidadãos.

5.2 Prevenção de conflitos

A prevenção de conflitos é o centro das preocupações de todas as organizações regionais e internacionais que trabalham no sentido de garantir um ambiente de paz internacional. Esta tarefa é, contudo, muito difícil de concretizar, uma vez que, a realidade do nosso quotidiano apresenta-nos, com frequência, a eclosão de diversos conflitos armados.

As medidas adotadas para evitar a escalada de conflitos ou as que são tomadas depois de estes eclodirem constituem a ação preventiva. Esta ação consiste em compreender a situação do conflito, ou seja, possuir um bom conhecimento do terreno, dos fatos e das tendências mundiais sobre o assunto e antecipar possíveis incidentes. Este conceito de prevenção de conflitos não é novo porque tem uma história que traduz os diferentes instrumentos e estruturas em que se sustenta. Instituições diversas, como a Tribunal Permanente da Arbitragem (1899), a Sociedade das Nações (1919), o Tribunal Permanente de Justiça Internacional (1922), foram criadas para evitar que as

diversas tensões entre Estados desencadeassem em conflitos armados. Estas organizações não impediram, mesmo assim, o surgimento da 2.^a Grande Guerra. Com a criação da ONU (1945), o conceito de prevenção de conflitos retoma outra dinâmica no sentido da sua evolução.

A ideia de prevenção sintetiza um conjunto de medidas e ações para evitar o surgimento de um conflito e manter o equilíbrio social, político e económico.

Uma das normas para evitar um conflito armado é impedir o início do seu processo. Em determinadas circunstâncias, não existe alternativa à ação militar para responder a ameaças diretas de outros Estados ou, no caso de crises domésticas, como nos Balcãs ou no Ruanda, assegurar o direito à proteção das pessoas. Segundo Loureiro dos Santos (2012, p. 14)

“além do objetivo original ou fundador – o bem-estar -, haverá que considerar um outro objetivo essencial para o Estado, tendo em vista as populações por que é responsável. Trata-se do objetivo segurança, pelo qual lhes é garantida uma situação que impede os outros Estados de tomarem o que nos pertence ou nos é indispensável para o nosso bem-estar, para o que se decidem as ações adequadas, incluindo o uso da violência pela força militar que o próprio Estado organiza, se tal for necessário”.

Contudo, a ação militar só deve ser utilizada em casos muito graves, como último recurso e somente quando é capaz de produzir através da sua ação mais efeitos positivos que negativos.

Outra norma fundamental é compreender as causas políticas, económicas, culturais e pessoais de cada situação de risco. Estabelecer, assiduamente, uma análise detalhada, ou caso a caso, do contexto, isto é, não tirar conclusões a partir de outras experiências, mas sim estudar os factos apresentados.

Saber e estar pronto a aplicar as ferramentas disponíveis, de forma flexível, em situações de escalada dos conflitos, tais como, medidas, de curto ou longo prazo, suscetíveis de serem implementadas, especialmente, medidas políticas e diplomáticas (negociação de um novo poder ou acordos de partilha de recursos); medidas legais e constitucionais (proteção dos direitos humanos); medidas económicas (medidas a favor do desenvolvimento, correção de desigualdades e aplicação de sanções) e medidas de cariz militar (reformas no setor da segurança, implementações preventivas e, em casos extremos, ameaça do uso da força). Como afirma Fontes (2007, p. 16)

“a via negocial e diplomática, os meios e a resolução pacífica das disputas devem ser estruturalmente a regra de resolução de conflitos e as formas mais eficazes de os prevenir. O Direito e, designadamente, o Direito Internacional Público deve servir também o *Bem Comum da Humanidade*”.

Outras normas são essenciais na prevenção dos conflitos. Uma delas relaciona-se com a competência da utilização de recursos nacionais e internacionais, onde e quando necessário, especialmente nas fases iniciais da crise, quando a prevenção é ainda possível, quando os custos podem ser contidos a um nível abaixo da ação militar, da assistência humanitária ou de programas de reconstrução pós-conflito, contudo a comunidade internacional demonstra mais apetência para falar do que propriamente para agir. A capacidade de alerta precoce e a resposta imediata são essenciais para a prevenção. Como afirma Bernardino (2008, p. 1533) “importa reter que com a prevenção, pretende-se acima de tudo, evitar o eclodir do conflito, atuando-se nas suas potenciais causas base e ocorre por norma antes de este deflagrar (pré-conflito) ou nos seus estágios iniciais”.

Por último, os Estados devem esforçar-se por aproveitar e utilizar todos os recursos colocados ao seu dispor pelas organizações não-governamentais e da sociedade civil em geral, cumprir os seus compromissos e viver em paz com os outros. Como afirma Peres (2004, p. 32),

“a paz unilateral não existe. A paz só pode ser bilateral. Não há paz imposta, mas apenas consentida. Não há uma muralha segura. Só as fronteiras consentidas o são. Porque o unilateral, o imposto e o enclausuramento são o seguimento disfarçado da guerra. É um facto: não há substituto para o diálogo e para o compromisso”.

5.3 Mediação de conflitos

A utilização da força não é seguramente o modo ideal de resolver um conflito. A confrontação de ideias, a negociação e a mediação entre os diferentes intervenientes num conflito, numa mesa de negociações, com o apoio de diferentes negociadores são na maioria dos casos os métodos mais eficazes e certamente menos adversos, na resolução de contendas entre adversários.

O capítulo VI da Carta das Nações Unidas menciona no seu artigo 33, que as partes em diferendo devem procurar uma solução pacífica nomeadamente através “da negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer meio pacífico à sua escolha”. Embora, a mediação surja como modo de regulação pacífica de diferendos na Carta das Nações Unidas, esta não nos dá uma definição precisa do termo, deixando em aberto a discussão sobre o seu exato significado.

Segundo o conceito de reforço das capacidades de mediação e diálogo da UE⁸ a mediação é um meio de conduzir as negociações entre as partes envolvidas num conflito com o apoio de uma terceira parte. O objetivo geral da mediação é permitir que as partes em conflito alcancem acordos satisfatórios e que estejam dispostas a implementá-los. Os objetivos específicos dependem da natureza dos conflitos e das expectativas das partes envolvidas, bem como do mediador. O objetivo principal é, na maioria das vezes, prevenir ou acabar com a violência através da cessação das hostilidades ou de acordos de cessar-fogo. Com a finalidade de assegurar a paz e a estabilidade a longo prazo, a mediação deve estar ciente das causas do conflito e, conforme o caso, combatê-las.

Para Guillame-Hofnung (2007, p. 71) o conceito de mediação é definido como

“um processo de comunicação ético, que assenta na responsabilidade e na autonomia dos participantes, em que um terceiro – imparcial, independente, sem poder vinculativo ou consultivo, unicamente com a autoridade que se reconhece aos mediadores – promove através de entrevistas confidenciais, o estabelecimento, a restauração dos vínculos sociais, a prevenção ou o normal regulamento da situação em causa”.

Assim, podemos afirmar que a mediação envolve a intervenção de uma terceira parte, independente, cuja finalidade primária é encontrar uma solução justa para as partes envolvidas nas negociações para a resolução de um conflito. Para que a mediação se efetue, é necessário que ambas as partes participem no processo de forma voluntária, e não violenta. O mediador, ou seja, a terceira parte, não tem poder de decisão, serve simplesmente como um elo de ligação entre os acordos interpessoais alcançados e uma ação prática, real, a nível político. Como afirma Ban Ki-moon nas Diretrizes das Nações Unidas para uma mediação eficaz (2012, Prologo)

“a mediação é um dos métodos mais eficazes de prevenção, gestão e resolução de conflitos. Não obstante, para que um processo de mediação seja eficaz não é suficiente nomear uma pessoa importante que atue como terceira parte. Muitas vezes é necessário convencer os antagonistas dos benefícios da mediação, e os processos de paz devem contar com um apoio político, técnico e financeiro sólido. As iniciativas de mediação improvisadas embora se iniciem com a melhor das intenções, não contribuem para o objetivo de alcançar uma paz duradoura”.

Utilizar a mediação num conflito armado é um processo político, em que as partes envolvidas aceitam livremente a indigitação de um terceiro, que trabalhe de forma

⁸ Concept on Strengthening EU Mediation and Dialogue Capacities. Disponível na Internet: <URL: http://eeas.europa.eu/cfsp/conflict_prevention/docs/concept_strengthening_eu_med_en.pdf. [Consult. 10 de AGO. 2014].

imparcial com elas, com a finalidade de propiciar de forma voluntária um acordo para colocar termo ao conflito e alcançar uma paz justa e sustentável.

As soluções políticas encontradas para a resolução de conflitos nem sempre têm como desfecho um acordo de paz. No decurso de um processo de paz podem surgir diferentes acordos que vão desde os mais simples aos mais complexos. Destes acordos destacamos, pela sequência que entendemos ser a mais lógica, os acordos alcançados para que as partes iniciem as conversações, isto é, a forma inicial das partes alcançarem um consenso para se reunirem. Os acordos de cessar-fogo, em que as partes interrompem os confrontos durante períodos de tempo acordados, geralmente entre as negociações. Os acordos de cessação das hostilidades, em que todos os envolvidos nos confrontos chegam a acordo para parar integralmente com a violência armada, não cometerem atos de agressão e por vezes permitem, ainda, a libertação de prisioneiros, como meio de solucionar o conflito. Existem ainda os acordos de transição, em que são definidas as mudanças políticas necessárias a implementar para alcançar a decisão política definitiva. E por último, os acordos gerais, em que se estabelecem de forma pormenorizada todas as normas para a deliberação absoluta dos conflitos.

A mediação e as atividades de apoio à paz assumem formas distintas nas diferentes fases do processo de paz. Numa primeira fase, ou seja, antes de terem início as conversações o mediador estabelece os primeiros contactos bilaterais com cada uma das partes, em funções de avaliações sensíveis e confidenciais. Na fase de conversações, o mediador serve-se de uma combinação de ações diplomáticas empregando meios de conversação diretos e indiretos entre os intervenientes no conflito. Na terceira fase, isto é, na fase dos acordos, o mediador necessita de ter a faculdade para concluir acordos específicos e delinear mecanismos próprios para a sua implementação. Na fase de implementação dos acordos, o mediador necessita de competências para manter permanentemente o diálogo entre as partes, efetuar a monitorização, a verificação e encontrar os instrumentos para a resolução de controvérsias que possam surgir.

Os processos de paz não se apresentam como uma tarefa simples e, por vezes, a sua maioria apresenta ao mediador, aos técnicos e aos partidários da paz um contíguo de impasses e questões. Os problemas mais comuns que se expõem num processo de paz são a assimetria nos propósitos e nas habilidades entre as partes, ou seja, uma das partes pode estar a utilizar o processo mais na lógica da guerra do que da paz, como forma de preservar a aparência, obter ou preservar a notoriedade internacional ou como forma de ganhar tempo para organizar novas ações militares em fase de debilidade no teatro de operações. Outro dos problemas que surgem aos mediadores é a negação de uma das partes em discutir determinados assuntos como forma de encobrir o seu

objetivo final. Os conflitos no interior dos grupos são outros dos problemas apresentados, uma vez que, genericamente, são um obstáculo maior às negociações do que propriamente os conflitos entre os grupos. Surgem, ainda, problemas aos mediadores com as personalidades negativas das partes em conflito, isto é, as personalidades políticas carismáticas que apresentam uma postura irregular e que usualmente colhem diferentes simpatias e por vezes são causadores de interrupção das negociações. Por último, um problema que surge amiúde aos negociadores diz respeito às capacidades físicas, intelectuais e técnicas dos próprios, que tendem a favorecer os mais fortes em detrimento dos mais frágeis nos processos de paz.

Os mediadores e os técnicos envolvidos nos processos de paz devem reger-se por valores, princípios e regras fundamentais. Qualquer interesse moral da sua parte deve ser comunicado a todos os intervenientes no início do processo, sendo esta uma das suas preocupações básicas. Os valores, os princípios e as regras basilares dos processos de paz devem passar por atenuar o sofrimento humano, colocar em primeiro plano o diálogo rejeitando qualquer tipo de violência, manter as suas obrigações com ambas as partes envolvidas no conflito, colocar como objetivo principal uma solução justa e pacífica, assegurar-se que os acordos alcançados foram obtidos de forma voluntária, certificar-se que a sua escolha foi aceite por todos e preservar uma atitude neutra em todo o processo.

Os mediadores devem dirigir todo o processo de paz num contexto de neutralidade, equidade e imparcialidade, sem afetar a decisão das partes. Para tal, devem possuir determinadas características, próprias da sua atividade. Assim, os mediadores devem obter a confiança das partes em conflito de maneira a que todo o processo seja conduzido com ética e alcance o êxito previsto. Devem abordar o processo de paz, colocando especial atenção na sua essência, nas relações, no processo e nos resultados. Antecipar deliberações complexas e organizar-se para poder solucioná-las. Manter a confidencialidade dos assuntos tratados e partilhá-los unicamente com as partes interessadas no processo, ser competente e possuir qualificações específicas para desenvolver a sua atividade são outras das características necessárias. Para além de respeitarem a sua profissão devem ser exemplares, transparentes, percebidos e aceites pelas partes, devem evitar publicidade em seu proveito e devem retirar-se quando os factos se encaminham para situações não compatíveis com a mediação. Um mediador deve assumir a responsabilidade final das suas escolhas, ações e deliberações durante todo o processo de paz. Segundo Monteiro (2000, p. 60)

“Expandir e aumentar a flexibilidade dos meios tradicionais da diplomacia pode ser uma estratégia útil para a mediação de uma crise que se está a agravar. O recurso a enviados especiais, à chamada *shuttle diplomacy*, a missões de avaliação factual – *fact-finding missions*, ou de bons ofícios e a promoção de medidas de construção de confiança podem constituir os canais necessários para ajudar a reduzir as tensões e a evitar a intensificação da violência. Há toda uma gama de diplomacia paralela, “silenciosa” ou não, que pode ser activada para atenuar confrontos, sem prejuízo de, em simultâneo, se manterem os canais da diplomacia tradicional, multilateral ou bilateral”.

5.4 Resolução de conflitos

Os conflitos armados devastam um número considerável de países e representam para toda a comunidade internacional um sério e grave problema. Estes conflitos, na sua maioria, caracterizam-se pela sua forma irregular, característica comum à forças que se confrontam nos mesmos. Segundo Garcia (2004, p. 108),

“nas guerras irregulares os principais atores já não são os Estados e as suas Forças Armadas. Os Estados podem entrar em guerra contra uma rede terrorista, uma milícia étnica, um movimento independentista, um exército rebelde ou ainda contra o crime organizado. As guerras irregulares podem ainda ser travadas entre estas últimas entidades, não envolvendo nenhum Estado”.

A origem dos conflitos abrange um vasto círculo que vai desde a economia à discriminação, com a finalidade de desenhar de novo a história, conservar ou impor identidades étnicas, religiosas ou nacionais, reaver territórios outrora perdidos, ter debaixo do seu domínio recursos naturais, alcançar um lugar nos mercados internacionais, ou assegurar o acesso ao auxílio internacional. Estes conflitos causam danos irreparáveis, quer para os atores quer para as sociedades em que se desenvolvem, bem como para Estados terceiros.

A comunidade internacional encontra-se perante guerras não declaradas que dão origem a diversas crises humanitárias, com um aumento considerável de refugiados e deslocados, crises alimentares e graves consequências ambientais, por conseguinte, são a causa de debates profundos no interior de diversas sociedades sobre a forma correta de responder a estas tragédias.

Os conflitos armados, segundo a sua tipologia, podem ser classificados em internos, internos internacionalizados e internacionais. Como afirma Garcia (2005, p. 8)

“São inúmeras as tipologias que se podem adoptar. As mais usuais entre os militares usam o tradicional espectro da guerra, onde estas ou são internas ou internacionais, e depois com inúmeras formas de guerra variando as internacionais em função do grau de intensidade de emprego da violência.

Estas formas possuem características políticas, psicológicas e técnicas específicas e o espectro subdivide-se entre guerra-fria e guerra quente (como guerra convencional, convencional sob ameaça nuclear) ”.

São internos quando o confronto é estabelecido entre atores armados dum mesmo Estado e que operam exclusivamente no interior do seu próprio território. O conceito de conflitos internos internacionalizados descreve-nos um contíguo de hostilidades internas que se transformam em internacionais. As causas em que surgem são várias e na maioria das vezes muito complexas. Este conceito inclui as guerras entre duas facções internas apoiadas por Estados diferentes, as hostilidades diretas entre dois Estados estrangeiros que intervêm militarmente num conflito armado interno apoiando grupos inimigos e as guerras em que ocorre uma intervenção estrangeira para apoiar um grupo rebelde que luta contra um governo estabelecido. Segundo Deyra (2001, p. 45)

“Trata-se de um conflito inicialmente interno que adquire progressivamente, na sequência de intervenções estrangeiras (desde o apoio financeiro e logístico até à intervenção militar), as características de um conflito armado internacional. As diversas hipóteses de conflitos internos internacionalizados estão em constante desenvolvimento, podendo-se indicar a título de exemplo as guerras por procuração, as guerras latentes, as guerras civis internacionalizadas ou os conflitos mistos”.

Por sua vez, conflito internacional designa o confronto entre atores que pertencem, ou não, aos Estados de dois ou mais países.

É importante sublinhar que a maioria dos conflitos armados atuais tem dimensão e influência regional ou internacional relevante, graças, entre outros fatores, aos desmedidos fluxos de pessoas refugiadas, ao negócio do armamento, aos interesses económicos ou políticos que os países vizinhos têm no conflito, ao envolvimento de combatentes estrangeiros ou ao apoio logístico e militar colocado à disposição por outros Estados.

Durante a Guerra Fria, a multiplicação das armas nucleares e os efeitos inibidores que elas carregavam, colocavam nos diferentes opositores um obstáculo às agressões diretas. Embora, durante este período, tenham existido um grande número de conflitos armados, o conceito de conflito internacionalizado era incessantemente atenuado traduzindo-se frequentemente em conflitos internos, ou seja, eram conflitos por procuração ou por interpostos países que se desenrolavam no território de um Estado, mas com a intervenção encoberta de países estrangeiros.

Com o fim da Guerra Fria, com a maior autonomia económica dos países, a proliferação do terrorismo nos países ocidentais, a falta de recursos naturais e a capacidade nuclear alcançada por alguns países, atualmente ocorre, com maior

frequência, a intervenção estrangeira nos diversos conflitos internos. Como reflexo desta realidade, os conflitos armados são, hoje em dia, em maior número, mais violentos e mais nocivos do que os internacionais, embora pertença ao Estado o principal destaque no conflito. Portanto, para o Direito Internacional subsiste como pano de fundo uma mistura de constituintes políticos internos e internacionais, cujo efeito agrupado é o fenómeno da internacionalização do conflito, isto é, existe com obstinação a ingerência de um terceiro Estado no conflito armado. Assim, nos conflitos armados internos, existe invariavelmente algum tipo de participação estrangeira.

Do ponto de vista humanitário, existe uma grande dificuldade em aplicar qualquer regulamento ou norma aos conflitos armados internacionalizados, devido à sua complexidade e às suas características especiais, uma vez que não existe nenhuma base para um regulamento intermédio entre a lei aplicável em conflitos armados internos e a que rege os conflitos internacionais. Como resultado, a aplicação do Direito Internacional nestes conflitos implica determinar se o conflito é absolutamente internacional ou não, em função das diversas provas identificadas nas Convenções de Genebra, nos seus Protocolos e no Direito Internacional Consuetudinário.

Estudar os conflitos armados, pesquisar, efetuar a sua análise, envolver-se na sua gestão, mudança ou resolução, necessita de um trabalho cauteloso, persistente, facilmente adaptável e essencialmente humilde. As vias para a resolução de conflitos podem ser exógenas ou endógenas. Das exógenas destacamos a via judicial, a arbitragem e a mediação, das endógenas, têm especial relevância a confrontação e as hostilidades. Assim, segundo Bernardino (2014, p.4)

“a resolução de conflitos ocorre em etapas mais avançadas da curva do conflito, quando este ultrapassa o limite da violência e cresce para uma situação de potencial crise, chegando a um conflito armado – a guerra. Neste âmbito, são necessárias medidas mais urgentes, mais robustas e realizadas normalmente por uma terceira entidade internacional, regional ou sub-regional credível. Uma terceira parte que faz de mediador no conflito, ao mesmo tempo que é um interlocutor privilegiado da sociedade internacional para a região, assumindo a liderança conjunta das dinâmicas pacificadoras no contexto conflitual e contribuindo para a sua resolução”.

As formas de intervenção nos conflitos armados são distintas, atuar de modo preventivo sobre as causas que lhe deram origem ou exercê-lo de forma reativa; agir por diligência própria ou reagir por pressão da comunidade internacional; e tentar obter segurança através da cooperação do diálogo e da justiça, ou por meio da força, do rearmamento ou através da organização militar. Tudo isto, está relacionado com os diferentes pontos de vista que se têm sobre os conflitos, a lógica entre os fins que se pretendem atingir e os meios empregues para a obtenção dos mesmos. Assim, o Direito

Internacional Público antecipa diversos meios de resolução de conflitos internacionais quer através de meios pacíficos diplomáticos (negociação, bons ofícios, mediação, investigação e conciliação), quer por meios pacíficos jurídicos (arbitragem e os tribunais permanentes) ou ainda por meios violentos ou coercivos (retaliação, rutura de relações diplomáticas, represálias, bloqueios, ultimato e guerra) para o desfecho do conflito que se lhe apresenta.

Ao longo dos anos, particularmente a partir dos anos noventa do século passado, o instrumento militar tem sido utilizado, de forma enérgica e empenhada, na aplicação dos acordos de paz, na gestão das tarefas de reconstrução pós-conflito, nas operações de ajuda humanitária e na luta contra a pirataria. Os Estados colocam, assim, este instrumento, ao serviço dos direitos humanos, da cooperação, do desenvolvimento e da paz. O emprego das Forças Armadas deve ser entendido, segundo o conceito de construção da paz (*peacebuilding*), que numa visão alargada contempla a prevenção de conflitos violentos, a gestão de crises, resolução de conflitos e a consolidação da paz, ajustando-se este último parecer à etapa posterior à assinatura dos acordos de paz ou ao fim da violência generalizada, com um esforço comum, de forma a prevenir o surgimento de novas hostilidades. Como afirma Garcia, no posfácio do livro de Oliveira (2011, p. 157)

“no âmbito da resolução de conflitos, a actuação das Forças Armadas pode ocorrer: de forma preventiva, antes da sua eclosão; durante o conflito, procurando o fim das hostilidades violentas; e, no pós-conflito, para participar no restabelecimento da normalidade da vida pública e privada”.

Capítulo III

1. Caracterização do Kosovo

O Kosovo é um pequeno Estado da Europa com 10.908 km² de superfície, situado na região dos Balcãs. Encontra-se encaixado nas placas tectónicas do Kosovo Polje e da Metohija e nas regiões montanhosas de Prokletije e Šar Planina. Faz fronteira a Sudoeste com a Albânia, a Oeste com a República do Montenegro, a Norte e a Este com a Sérvia e a Sudeste com a Macedónia. A sua capital é Priština.

Segundo uma estimativa efetuada em 2006 pelas forças da OTAN, tem 2.126.708 habitantes, na sua grande maioria de origem albanesa. Para além desta maioria, junto da capital e na região Norte, em Kosovska Mitrovica, o território é habitado por um pequeno número de sérvios. Os habitantes de origem albanesa são maioritariamente muçulmanos enquanto os de origem Sérvia são cristãos ortodoxos. Nas margens do rio Drin, junto de Klinë, encontramos algumas povoações cujos habitantes praticam a religião católica romana.

Em 2008, este território proclamou a independência unilateral do território sérvio. Desde essa data, é uma República de regime parlamentar, tendo adotado a sua constituição a 9 de Abril de 2008, que entrou em vigor a 15 de Junho do mesmo ano. Esta independência foi reconhecida por um número considerável de países, na sua grande maioria ocidentais.

O conflito que se iniciou em 1999, originou numa primeira fase o êxodo dos kosovares de origem albanesa para a Albânia. Depois da entrada dos militares da OTAN no conflito, a situação viria a inverter-se, ou seja efetuou-se o regresso da população de origem albanesa e a saída dos kosovares de origem sérvia para o Montenegro e para a Sérvia. Esta situação de guerra originou, no território, um agravamento da situação económica, com uma população muito numerosa a viver com um nível de vida muito baixo e com uma taxa de desemprego muito elevada. Esta situação fez do Kosovo o país mais pobre da Europa. No presente, vive da ajuda internacional.

Antes da guerra, o território possuía alguma indústria metalúrgica, nomeadamente a extração de chumbo e zinco na região de Kosovska Mitrovica e de carvão, na zona de Pristina. O artesanato encontra-se presente nas regiões de Prizren e Peć constituído, essencialmente, por tapetes, latão, prata e filigrana. A região do Kosovo dispõe de abundantes reservas de lenhite, bauxite e níquel, muito pouco exploradas.

Muitas são as instituições internacionais que têm responsabilidades no Kosovo, destacamos porém a *United Nations Mission in Kosovo* (UNMIK), responsável pela administração do território desde 1999, tendo reconfigurado a sua missão após 2008, a Força de Manutenção de Paz no Kosovo (KFOR), com a missão de assegurar a

segurança da população e a *European Union Rule of Law Mission* (EULEX), a missão europeia estabelecida para garantir a lei em três sectores chave da sociedade kosovar: a justiça, a polícia e os serviços aduaneiros. A força militar da OTAN, a KFOR, é composta por 5.500 soldados com a missão de proteger os cidadãos do Kosovo, em particular os da região Norte onde os sérvios estão em maioria.

1.1 Kosovo a pátria de numerosos povos

Atualmente é possível encontrar, albaneses, sérvios, ciganos, *ashkali*, turcos, bosníacos, *gorani* e croatas a viver no Kosovo.

Durante largos anos estas comunidades viveram em paz, mantendo boas relações de vizinhança. Apoio mútuo e solidariedade eram norma nas aldeias do interior do Kosovo. Na cidade de Prizren a população ainda se exprime em quatro línguas, o albanês, o sérvio, o turco e o romani. Porém, com os conflitos do final do século passado esta multietnicidade foi fortemente abalada.

No império Otomano, por volta de 1912, as diferentes etnias do lado turco europeu eram diferenciadas pela sua religião e não pela sua nacionalidade, por isso a sua identidade sofreu variadas transformações. Com base neste critério de escolha da identidade (religião e condição socioprofissional do indivíduo) omitindo-se a nacionalidade, todos os muçulmanos da Romélia Oriental e da zona europeia da Turquia, eram identificados como “turcos”.

Os Balcãs, ao adotarem o conceito de Estado-nação no século XX, e a consequente manifestação de ideologias nacionalistas, obrigaram as diferentes populações do Kosovo a definir o seu grupo de pertença nacional. Nesta procura de nacionalidades surgem os primeiros conflitos entre os nacionalistas albaneses e sérvios, que disputam a região do Kosovo como berço da sua nacionalidade. As pequenas comunidades étnicas que coabitavam com estas duas etnias foram obrigadas a escolher o grupo de pertença, sendo que as opções finais eram a assimilação por um dos grupos ou a extinção. Refira-se como exemplo, os bosníacos e os *gorani*, que vivem atualmente no Kosovo. Estes dois pequenos grupos étnicos desapareceram perante a assimilação dos kosovares de origem albanesa, contudo estes dois grupos para os sérvios são considerados “sérvios islamizados”.

1.2 Reclamações pátrias

Com o fim do domínio Otomano nos Balcãs, no início do século XIX, as populações residentes iniciam o processo de afirmação das suas identidades nacionais.

A procura das identidades apoiou-se em “mitos históricos”, na forte oposição entre povos vizinhos, tendo sido construída com base na descoberta de heróis nacionais e na afirmação de direitos históricos.

Para os sérvios, o Kosovo é o “berço da nação Sérvia”, terra sagrada onde se encontram os mosteiros ortodoxos mais importantes. O Patriarcado da sua Igreja encontra-se na cidade de Peć, existem porém outros locais de peregrinação, como Visoki, Decani e Gracanica, entre outros. O principado de Nemanjić, do século XII a XIV, estava cravado no coração de Kosovo Metohija. Em 1209, a igreja sérvia obtém a autorização da Igreja Ortodoxa de Constantinopla, para se constituir independentemente, não ficando, assim, sob jurisdição de outro patriarca (autocéfala). Cria, então, o seu próprio patriarcado na cidade de Peć, onde permanece até aos nossos dias. Segundo Reis (2003, p. 57)

“os sérvios haviam logrado manter um pequeno principado virtualmente independente na região periférica montanhosa do Montenegro e uma Igreja ortodoxa nacional, autocéfala, - independente do Patriarcado de Constantinopla – com sede em Peć (Kosovo), durante praticamente todo o período turco”.

Em 1346, foi proclamado imperador do Império Bizantino, o czar Dusan de Nemanjić, definindo como capital Prizren. Os tempos dourados deste reinado terminaram com a derrota do exército sérvio frente ao exército Otomano, na batalha do Kosovo, em 1389.

Durante a permanência do Império Otomano, a província do Kosovo formava um Sanjak, ou seja, uma divisão administrativa separada. A presença Otomana converteu a população ao islamismo. Este acontecimento foi gradual, contudo, foi-se espalhando lentamente pelo território, alastrando-se até à Bósnia. Porém as maiores transformações religiosas aconteceram durante o século XIX. Atualmente, cerca de 95% da população do Kosovo de origem albanesa é muçulmana sendo os restantes católicos.

No sentido inverso, os albaneses afirmam ser o único povo autóctone da região. Chegaram às terras do atual Kosovo entre o século VI e VII d.C.. Afirmam ser descendentes dos Illyrian, povo antigo muito pouco conhecido, o que lhes permite todas as imagens identitárias e todas as suas apropriações.

A Liga de Prizren é para os Albaneses o seu primeiro movimento de afirmação nacional sobre o Império Otomano. Foi criada com a principal intenção de resistir à transferência dos territórios habitados por albaneses para a província de Montenegro, após o congresso de Berlim, em 1878.

Em 1690, os sérvios durante a “Grande Migração”, saem do Kosovo para escapar às represálias otomanas, após a derrota sérvio-austríaca de Kačanik, em Janeiro desse ano. Dirigem-se para terras controladas pelas forças austríacas em Vojne Krajina, uma zona da Croácia, atual Krajina. Esta situação implica uma drástica redução dos sérvios na região.

Os albaneses acusam os sérvios de os “colonizarem”, enquanto os sérvios evocam uma “invasão” albanesa que submergiu o Kosovo, nos séculos XVII e XVIII, alterando o equilíbrio demográfico. Uma verdade que parece irredutível é que esta região foi sempre habitada por estas duas etnias desde há mais de mil anos. Estudos indicam que entre os séculos XVIII e XIX, a população sérvia e albanesa estava relativamente equilibrada, no entanto temos de salientar que as identidades nacionais nesta altura ainda não estavam bem definidas.

1.3 A interrogação albanesa na Jugoslávia

Para os nacionalistas sérvios, o Kosovo é a origem da sua nação. O Estado sérvio, na Idade Média, tinha a sua localização no território atual do Kosovo estendendo-se para lá das suas fronteiras. Na povoação de Kosovo Polje, decorreu a batalha do Kosovo, em 15 de julho de 1389. Esta batalha opôs o exército sérvio comandado pelo príncipe Lázaro e o exército Otomano liderado pelo sultão Murat I. Desta contenda saiu vencedor o exército Otomano. Todavia, o aniversário desta derrota é o dia mais importante do calendário nacional da Sérvia. Não deixa de ser interessante o facto de os albaneses terem lutado ao lado dos sérvios.

A presença da população de origem albanesa no Kosovo foi variando ao longo dos anos. Durante a época de esplendor sérvio, os albaneses geralmente encontravam-se em minoria, mas por largos períodos foram sempre a população dominante.

O nacionalismo moderno albanês foi fundado na cidade de Prizren no Kosovo, em 1878. A Liga de Prizren, nome que a converteu para a história, tinha como principal objetivo manter o povo albanês unido num só Estado, defrontando todos os que pretendiam partilhar as suas terras.

Depois da primeira guerra balcânica e da vitória das tropas sérvias, gregas, búlgaras e montenegrinas face ao exército Otomano, as grandes potências, França, Inglaterra, Rússia e Áustria-Hungria, acordaram a independência da Albânia na conferência de Londres de 30 de Maio de 1913. O Kosovo, maioritariamente habitado por população de origem albanesa, é partilhado pela Sérvia e pelo Montenegro. Após a 1.ª Guerra Mundial é integrado no novo Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, futura Jugoslávia. No período que decorreu entre as duas Guerras Mundiais, a província não

auferiu de nenhum desenvolvimento económico e educativo considerável. Foi submetida a uma política de colonização agrária pelas autoridades sérvias.

Dois acontecimentos que contribuíram para a edificação do Kosovo ocorreram em 1941 e 1945. Em 1941, a Albânia aprova, por maioria, a constituição duma “Grande Albânia” sob o domínio italiano. Durante a 2.^a Guerra Mundial a maior parte da península dos Balcãs esteve controlada pelas potências do eixo, nomeadamente a Alemanha e a Itália. O Kosovo, assim como, a parte ocidental da Macedónia e a Albânia estiveram sob domínio italiano. Após a derrota das tropas de Hitler e Mussolini na Grande Guerra, o Kosovo voltou para a posse da Jugoslávia.

Em 1945, os militares do Marshal Josip Broz Tito preocupados em estabilizar outras regiões da República Socialista Federativa da Jugoslávia, encontram-se em menor número no território do Kosovo. Assim, no final da 2.^a Guerra Mundial, o Kosovo obtém o estatuto de província autónoma, dentro da República Sérvia, e goza de prerrogativas políticas e económicas bastante ampliadas.

Com a demissão do chefe da polícia política, Aleksandar Ranković, em 1966, e com a nova constituição de 1974, o território do Kosovo sofre uma evolução cultural considerável. Um dos elementos que contribuiu para esse desenvolvimento foi a abertura de uma Universidade na sua capital. Pristina é, então, a principal capital intelectual do povo albanês.

Contudo, a província continua submersa numa profunda carência de desenvolvimento, mesmo quando, o Fundo Federal, alimentado pelas províncias mais ricas, Croácia e Eslovénia, efetua importantes contribuições económicas para a região. Com exceção do complexo mineiro de Trepča e do complexo termoelétrico de Obilić, a população vive no limiar da pobreza, sendo a agricultura de subsistência o único modo de vida da região.

Devido a esta condição degradante, nos anos 60 efetua-se uma grande diáspora da população albanesa do Kosovo para a Europa, especialmente para a Alemanha e Suíça.

Com o agravamento da crise económica e a morte do Marechal Tito começa-se a notar o aumento do descontentamento social impelindo consigo inúmeras reivindicações políticas.

As forças de segurança da Jugoslávia começam, em 1981, a reprimir estas manifestações. A população do Kosovo de origem albanesa reclama a alteração do estatuto de autonomia da província para República Federada da Jugoslávia à semelhança do Montenegro e da Sérvia, sofrendo a repressão violenta, por vezes sangrenta, das forças políticas e policiais de Belgrado.

A situação de paz vai-se degradando dia após dia, o clima de tensão é cada vez maior e atinge o seu ponto mais elevado de tensão nos anos 90. As duas comunidades entram em permanente conflito. Os kosovares de origem albanesa reclamam igualdade social, cultural e política, os sérvios por sua vez denunciam violência e pressões de que são alvo.

1.4 O Governo de Slobodan Milošević

Slobodan Milošević, estadista sérvio de origem montenegrina, militante zeloso do partido comunista, encontrou nas reivindicações dos sérvios do Kosovo o enfoque necessário para atingir as suas ambições pessoais. Apoiando-se num memorando da Academia de Ciências e das Artes de Belgrado, que denunciava o genocídio físico, político, jurídico e cultural da população sérvia do Kosovo, decide reunir-se, em 25 de Abril de 1987, com os sérvios do Kosovo. Segundo Oliveira (2011, p. 115) o estadista sérvio confrontado com uma manifestação “de sérvios locais que protestavam do facto de se terem tornado vítimas dos albaneses” decide alterar esta situação. Milošević livra-se de toda a oposição e da sua principal figura, Ivan Stambolic, Presidente da Sérvia, acusando-os de abandonar e ignorar a população do Kosovo.

Em Fevereiro de 1989, a autonomia do Kosovo foi fortemente abalada. O parlamento sérvio decide alterar a sua constituição aprovando um conjunto de emendas que retiravam determinados poderes às autoridades Kosovares, nomeadamente, o controlo sobre a polícia, a defesa civil e os tribunais. Assim, às autoridades kosovares restava-lhes, simplesmente, a autonomia financeira e as políticas sociais. Como afirma Oliveira (2011, p. 116),

“O Parlamento da Sérvia aprovou, uma semana mais tarde, a nova constituição da República, a qual, mantendo a autonomia territorial do Kosovo e da Vojvodina, reduzia a um papel meramente formal os poderes legislativo, judicial e administrativo destas províncias, retirando-lhes assim a autonomia política que lhes havia sido reconhecida pela Constituição Jugoslava de 1974”.

Uma enorme multidão de sérvios celebrava assim, no 600º aniversário da derrota em Kosovo Polje, no local da batalha, com o seu novo herói, o presidente Milošević.

As políticas de censura à imprensa escrita em albanês e as políticas laborais de despedimentos aumentaram substancialmente no Kosovo. Os kosovares de origem albanesa são demitidos dos cargos públicos, especialmente da televisão, da educação e perdem o direito à compra de terras. A população é despedida dos seus trabalhos. Estima-se que, em 1989, cerca de 80.000 pessoas foram afastadas dos seus postos de

trabalho. Também começaram as repressões policiais em massa e os membros das elites políticas e culturais albanesas são detidos em prisões do Estado.

A população albanesa do Kosovo respondeu às atitudes provocatórias do presidente sérvio, e os seus líderes propuseram o abandono da cooperação com a República Sérvia. Em setembro de 1991, organizaram, de forma semiclandestina, as primeiras eleições, promulgaram uma Declaração de Independência e proclamaram, de forma unilateral, o estabelecimento de uma República do Kosovo, reconhecida unicamente pela Albânia.

Ibrahim Rugova, antigo presidente da União de Escritores do Kosovo, criou a Liga Democrática do Kosovo (LDK). Este intelectual aconselhou a população a utilizar métodos pacíficos na luta contra os sérvios e convenceu o seu povo de que a comunidade internacional forçaria a Sérvia a proclamar a independência do Kosovo.

O LDK forma um verdadeiro Estado paralelo, segundo Oliveira (2011, p. 116) “com o seu Presidente, Parlamento, Governo no exílio e um orçamento financiado em mais de 50% por contribuições da diáspora albanesa transferidas para o interior do Kosovo”. Esta política revela-se rapidamente ineficaz e perante o impasse aparecem cada vez mais grupos de contestação a Rugova, apelando à independência da província através do uso da força.

O desencadear da guerra da então Jugoslávia, em 1991, não trouxe os objetivos políticos tão desejados pelos albaneses-kosovares. Os acordos de Dayton que colocavam fim à guerra da Bósnia-Herzegovina não abordaram a situação do conflito do Kosovo.

A forte contestação ao regime de Belgrado continuou no território do Kosovo. Em 1997, as emboscadas e os ataques contra as forças sérvias sediadas no Kosovo multiplicaram-se e deram a conhecer um novo grupo armado. Estes dissidentes partilhavam com Ibrahim Rugova as mesmas ideias: a independência e a junção posterior à Grande Albânia. Contudo optaram por uma tática diferente do Presidente do Kosovo: a luta armada.

Este grupo armado, autodenominado o Exército de Libertação do Kosovo (UÇK), surgiu a partir do Movimento Popular do Kosovo (LPK), tendo surgido como um movimento clandestino, financiado principalmente pela diáspora albanesa, opondo-se à política de abertura de Rugova, a quem acusam de cobardia e corrupção. Formado por vários grupos de ideologia marxista-leninista, próximos do modelo da Albânia de Enver Hoxha, beneficiam desde a sua fundação, da ajuda financeira dos imigrantes albaneses que se encontram na Suíça e na Alemanha, com inúmeras redes espalhadas pela Albânia.

A guerra civil, que se iniciou na Primavera de 1997, provocada pelo colapso financeiro, transformou a Albânia numa enorme anarquia. Durante os motins, os depósitos de armamento foram diversas vezes pilhados, fazendo circular pela mão de insurretos mais de um milhão de armas. É no bastião Norte deste país, nas mãos do seu ex-presidente Sali Berisha, que o UÇK instala as suas bases logísticas.

Após algum êxito no início da sua campanha, os guerrilheiros do UÇK encontram algumas dificuldades em manter abertos os corredores de abastecimento das suas bases albanesas. A falta de coordenação das suas chefias e a morte em Dreniça em abril de 1998, lançaram o Exército da Sérvia, melhor equipado e dirigido por profissionais altamente habilitados, numa enorme ofensiva sobre o Kosovo e os territórios ocupados pelo UÇK. Segundo Oliveira (2011, p. 117)

“em abril de 1998, perante a reclamação do UÇK na libertação de cerca de 40% do território do Kosovo, o qual se encontrava efetivamente sob o seu controlo, Belgrado interveio militarmente para submeter ao controlo do Estado as zonas libertadas pelo UÇK, dando início de facto a um desastre humanitário”.

Os massacres sucediam-se no Kosovo, quer por parte do exército sérvio, quer pelos guerrilheiros do exército kosovar albanês. Slodovan Milošević é colocado sob forte pressão da comunidade internacional, nomeadamente da OTAN. Após visita, em 2000, do enviado dos EUA, Richard Holbrooke à região, o presidente sérvio concorda em retirar alguns militares e aceita a colocação no território kosovar de 2.000 observadores da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), no contexto da missão atribuída – Missão de Verificação do Kosovo – para controlar o cessar-fogo entre as partes envolvidas.

Em janeiro de 1999, o chefe da missão da OSCE, Christopher Walker, visita o Kosovo. Numa encenação do UÇK é colocado perante 45 cadáveres de civis albaneses kosovares, supostamente assassinados com tiros na nuca pelos militares sérvios. As imagens correm mundo e precipitam a intervenção da OTAN. Contudo, os sérvios insistem que os cadáveres são de guerrilheiros do UÇK, mortos em combate, como afirma Oliveira (2011, p. 118)

“em fins de fevereiro de 1999, os peritos jugoslavos, bielorrussos e finlandeses que efetuaram as autópsias aos 45 civis albaneses mortos em Raçak concluem que as investigações «demonstram formalmente que as vítimas foram mortas por balas disparadas à distância e que os seus ferimentos ocorreram quando estavam vivos, não tendo sido, portanto, alvos de execução ou massacre». A conclusão reúne a «unanimidade de pontos de vista» dos peritos”.

Perante ameaças de novos combates, os países ocidentais propõem uma solução política, baseada no estabelecimento de uma autonomia substancial para o Kosovo com supervisão do grupo de contacto das seis nações (Alemanha, EUA, França, Itália, Rússia e Reino Unido) criado em 1992, na conferência de Londres, para a antiga Jugoslávia. Esta solução é aceite de imediato pelos albaneses-kosovares, porém os sérvios colocam alguns entraves ao acordo.

Relutante em aceitar a análise dos peritos aos 45 cadáveres de Raçak e perante o impasse das negociações, a OTAN desencadeia a 29 de março de 1999, um poderoso ataque sobre as infraestruturas económicas e militares da República Federal da Jugoslávia. Contudo, segundo Oliveira (2011, p. 118)

“esta ação é executada à revelia do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ou seja «sem qualquer mandato internacional legítimo». É invocado o «direito de proteger» da maioria kosovar albanesa, face à atuação no terreno do instrumento militar do Estado contra um segmento significativo da população deste território”.

Inicia-se de imediato um êxodo de albaneses kosovares, calcula-se que cerca de 850.000 para a Albânia, Macedónia e Montenegro, expulsos pelos sérvios. Ao fim de 78 dias de ataques aéreos da OTAN, a Sérvia aceitou a presença de forças da OTAN no Kosovo e colocou a província sob jurisdição provisória da ONU.

1.5 O Kosovo sob proteção internacional

Após a assinatura do acordo de Kumanovo – *Military Technical Agreement* – entre a *Internacional Security Force* (KFOR), e os Governos da República Federal da Jugoslávia e da Sérvia é executada a resolução 1244 do CSNU.

Esta resolução salienta a incumbência da administração interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK), que instalará um protetorado provisório naquela província.

Apesar da presença das forças da OTAN no terreno, a maioria dos sérvios e dos ciganos do Kosovo foram, após o regresso dos albaneses kosovares, vítimas de uma violenta limpeza étnica. Após o seu regresso, o Alto Comissariado das Nações Unidas⁹ estimou que, em 1999, 250.000 kosovares não albaneses deixaram o território do Kosovo sem perspetivas de regressarem.

Em 2007, a presença de sérvios kosovares na região, estimava-se entre 80.000 a 160.000 indivíduos, distribuídos pelas regiões de Zubin Potok, Zvečan, Leposavić e

⁹ Disponível na Internet: <URL: <http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/search?page=search&query=kosovo&x=11&y=13> [Consult. 10 de JAN. 2013]

Mitrovica-nord. A maioria destas pessoas encontrava-se em enclaves, cercados e guardados pelos militares da OTAN.

Atualmente habitam no Kosovo duas sociedades paralelas. Os sérvios, que recusam chamar-se de kosovares sérvios, que vivem nos enclaves, a quem Belgrado paga em dinares o seu vencimento e cuida dos serviços administrativos e, os albaneses do Kosovo, que se afirmam kosovares e utilizam o euro como moeda, que estão sob autoridade do Governo do Kosovo, enquadrado pela UNMIK.

1.6 A dificuldade nas negociações

A ONU, a partir de janeiro de 2006, organizou reuniões frequentes, onde colocou frente a frente sérvios e albaneses, com a finalidade de definir um estatuto para o Kosovo. As posições de Pristina e de Belgrado são diametralmente opostas, ou seja, os albaneses só aceitam negociar depois de concedida a independência da província, os sérvios, por sua vez, resistem a essa mesma independência. Nenhum líder sérvio quer correr o risco político de “ceder” o Kosovo. A sua constituição, datada de outubro de 2006, prevê o Kosovo como parte integrante da república e nos termos do seu juramento, o Presidente da Sérvia deve proteger a integridade do Kosovo e Mettohija.

Os líderes políticos albaneses, oriundos na sua maioria do UÇK, desejam a independência formal do Kosovo e a saída das forças internacionais do território que começam a ser encaradas como uma força de ocupação colonial.

Numa tentativa final de pôr termo ao impasse, o enviado da ONU, o finlandês Martti Ahtisaari, em 2007, elabora um documento que serviu de sustentação à resolução do CSNU. Este documento prevê, para o Kosovo, a elaboração de um hino, uma bandeira e a sua adesão às organizações internacionais, nomeadamente à ONU. Para os sérvios, estes podem continuar a usufruir da descentralização administrativa “especial” com a Sérvia. O documento entregue na ONU, em 26 de março, aponta para uma independência do Kosovo supervisionada internacionalmente.

1.7 A independência do Kosovo

O documento de Ahtisaari não convenceu todos os membros do CSNU e foi liminarmente rejeitado pelo Governo Sérvio. A Rússia utilizou o seu poder de veto e as negociações mantiveram-se num impasse até ao verão de 2007.

Perante o impasse, o Governo do Kosovo, proclama a independência do Kosovo a 17 de fevereiro de 2008, com o assentimento de alguns países ocidentais, designadamente os EUA, a França, a Inglaterra e a Eslovénia, que presidia na altura a

União Europeia. Fatmir Sejdiu, Presidente do Kosovo e o seu Primeiro-ministro Hashim Thaci anunciam oficialmente o Kosovo como um novo país. Esta atitude gerou uma forte contestação na Sérvia.

A independência do Kosovo foi reconhecida pela União Europeia, com exceção de 5 países. Na região dos Balcãs e dos países que formavam a antiga federação jugoslava, apenas a Sérvia e a Bósnia-Herzegovina não reconheceram a independência do Kosovo.

Em 2011, 75 Estados-membros da ONU tinham reconhecido a sua independência, porém este número revela-se insuficiente para que seja admitido na ONU. Assim, o Kosovo continua a ver-lhe vedada a entrada nas instituições desportivas internacionais e nas instituições europeias, nomeadamente a Organização para Segurança e Cooperação da Europa (OSCE), ou no Conselho da Europa, visto necessitar da unanimidade dos Estados-membros para ser admitido como novo Estado.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial foram, todavia, duas instituições internacionais que aceitaram o Kosovo no seu seio, em 2009.

Atualmente, a República do Kosovo é reconhecida nos meios diplomáticos por 109 nações. Dos 193 Estados-membro das UN 55,4% reconheceram o estatuto de Estado Independente ao Kosovo (107). Contudo, dos atuais Estados que constituem a UE só 23 lhe reconhecem tal estatuto (Espanha, Grécia, Chipre, Eslováquia e Roménia não reconheceram a independência do Kosovo). Relativamente aos países que compõem a OTAN, 28 Estados reconhecem o Kosovo como Estado independente e 60% dos Estados que constituem a Organização para a Cooperação Islâmica (34) reconhecem-lhe tal estatuto.

Dos países que fazem fronteira com o Kosovo, a Albânia, a República da Macedónia e Montenegro reconhecem o Kosovo como Estado independente, a Sérvia, não lhe reconhece esse direito.

No seio das UN, nomeadamente nos membros que têm direito de veto no CSNU, a França, o Reino Unido e os EUA reconheceram a declaração de independência do Kosovo, ao passo que a Rússia considera ilegítima essa declaração. A República Popular da China mostrou desconfiança em relação às negociações desencadeadas.

Missão e a organização do Exército Português no Kosovo

A tradição das nossas Forças Armadas (FFAA) atuarem fora do território nacional já vem de há muitos anos. A experiência adquirida ao longo dos anos nos conflitos africanos e, mais recentemente, no Kosovo, na Bósnia-Herzegovina, no Afeganistão, no Líbano, como elementos integrantes das organizações internacionais de que somos membros, em operações de estabilização e/ou imposição de paz, fazem com que as FFAA mantenham elevados padrões de qualidade e profissionalismo nos Teatros de Guerra por onde têm passado. Segundo Loureiro dos Santos (2012, p. 19)

“as Forças Armadas são um instrumento de grande importância para apoiar a política externa do Estado a que pertencem: ou agindo isoladamente face às ameaças que o atingem (defesa nacional); ou no âmbito de alianças para a segurança, em operações combinadas com Forças Armadas de Estados seus parceiros (defesa coletiva); ou em cooperação com outros Estados que se sentem igualmente ameaçados (defesa cooperativa)”.

As missões de paz são uma realidade e Portugal não se pode manter afastado dela. Estas missões constituem ocasiões privilegiadas para afirmar o nome de Portugal além-fronteiras. Para além disso, Portugal tem compromissos com as instituições internacionais a que pertence, nomeadamente as Nações Unidas, a União Europeia e a OTAN, que deve honrar e cumprir.

No âmbito da missão de imposição de paz do Kosovo, Portugal, honrando os seus compromissos, participou com uma força militar, na operação terrestre da OTAN, inserida na *Kosovo Force* (KFOR).

Os militares portugueses iniciaram a sua missão no Teatro de Operações do Kosovo em julho de 1999.

A força militar portuguesa era constituída por uma unidade de escalão Batalhão, um Destacamento de Operações Especiais (DOE) e um Destacamento de Controlo Aéreo-Tático (TACP)¹⁰.

A Unidade do Exército de escalão Batalhão, o Agrupamento Bravo, nome que o denominava, designada para este tipo de operações como Agrupamento, visto possuir na sua estrutura uma variedade de meios que o Batalhão tipo não possui, era oriundo da Brigada Aerotransportada Independente. Era constituído por um esquadrão de reconhecimento (unidade equivalente a companhia), uma companhia de atiradores paraquedistas e uma companhia de comando e apoio de serviços. Da sua estrutura faziam também parte pequenas unidades de escalão pelotão e secção que lhe prestavam apoio nas áreas de manutenção de equipamentos e armamento,

¹⁰ Disponível na Internet: <URL: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/missoes/fnd-kosovo>. [Consult. 12 de JAN. 2013]

transmissões e comunicações, defesa nuclear biológica e química (NBQ), apoio sanitário, reabastecimento, entre outras. O seu efetivo era de, sensivelmente, 300 militares.

O Agrupamento Bravo permaneceu durante 6 meses no Kosovo, desde agosto de 1999 até fevereiro de 2000. A rendição destas unidades era semestral, tempo estimado para manter o empenho operacional em níveis aceitáveis de rentabilidade.

O Comando e Estado-maior da força, assim como o seu aquartelamento, estavam situados na região de Klina, no sector da Brigada Multinacional East de comando italiano, à qual pertenciam. As forças estavam equipadas com viaturas ligeiras de transporte de Infantaria e de reconhecimento que lhes permitiam grande mobilidade e armamento adequados à missão que lhes foi atribuída.

O TACP que chegou ao Kosovo, para desempenhar a primeira missão neste território, em julho de 1999, era constituído por um pequeno grupo de militares, com efetivo semelhante a uma secção (12 militares). Estava equipado com duas viaturas de combate com equipamentos próprios e adequados ao tipo de missão específico que desempenhavam no Teatro de Operações. Da mesma forma, esta unidade possuía armamento ligeiro característico deste tipo de grupos. Estas unidades permaneciam no Kosovo sensivelmente 4 meses sendo que após esse período eram rendidas. Foram integrados no Agrupamento Bravo após a chegada desta unidade ao Kosovo.

O DOE era uma força do Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE), do Exército. Constituída por 12 elementos de operações especiais com valências em várias áreas. Os militares deste destacamento, iniciaram a sua atividade no Kosovo no início de julho. O armamento, o equipamento e os meios de transporte deste destacamento são específicos deste tipo de unidades, essencialmente ligeiro, de modo a permitir grande mobilidade. O grau de eficácia e sobrevivência destes pequenos grupos depende essencialmente do seu treino operacional e da modernização dos seus equipamentos, como afirma Loureiro dos Santos (2012, p. 69)

“se, a curto prazo, não houver decisões no sentido de se recuperar rapidamente o ritmo desejável da modernização do nosso material militar, deixaremos de ter condições para continuar a ser um país produtor de segurança no âmbito das Nações Unidas e ao lado dos nossos aliados na NATO e UE”.

As missões atribuídas a este tipo de unidades, pela especificidade que as caracteriza, são conferidas pelos mais elevados escalões. Assim, permaneceram sob o Comando da Brigada Multinacional Oeste e em coordenação com o Estado-Maior do Exército. O seu comando estava instalado numa pequena aldeia Banja próxima de Peć.

Estas unidades mantiveram-se no Kosovo até abril de 2001, data a partir da qual o Estado português mandou retirar o seu efetivo daquele território. Contudo em janeiro de 2005, as FFAA iniciaram uma nova atividade no Kosovo, onde se mantêm até à presente data.

A KFOR foi reduzindo ao longo dos anos o seu efetivo. Portugal, à semelhança da KFOR, também reduziu o seu, passando de 300 para 157 militares. Atualmente as unidades que desempenham missões no Kosovo estão conforme a Estrutura Operacional de Pessoal do Exército. São compostas por um Comando e Estado-maior, elementos de ligação, um módulo de apoio de operações especiais, uma companhia de apoio com as valências em transmissões, apoio sanitário, manutenção, reabastecimento e serviços e uma companhia de manobra, normalmente composta por uma companhia de atiradores.

A missão inicialmente atribuída à força portuguesa destacada no Kosovo estava distribuída pelas três forças presentes de forma distinta. Assim, ao Agrupamento Bravo foi atribuída a missão de constituir uma presença contínua em toda a região pela qual era responsável, com o intuito de verificar e, se necessário, aplicar os acordos estabelecidos entre a OTAN e a República Federal da Jugoslávia para a retirada das forças militares sérvias do Kosovo e a desmilitarização do exército de libertação do Kosovo. Para além desta missão geral, o Agrupamento manteve em funcionamento a enfermaria das suas instalações para prestar apoio médico e sanitário a toda a população kosovar, especialmente aos residentes na área de Klinë. Efetuava, continuamente, missões de reconhecimento, busca e revista em aldeias adstritas à sua área de operações, garantia a proteção de igrejas e mosteiros ortodoxos que se encontravam dentro da sua zona de jurisdição e colocava, nas estradas da região, diversos postos de controlo para controlar o trânsito e o conseqüente transporte de armamento e equipamento militar não autorizado.

O TACP apoiou essencialmente a Brigada Multinacional Oeste, em operações de apoio aéreo próximo, quer em situações de treino de aeronaves da Aliança, quer em situações reais de ataque.

O DOE cumpria missões atribuídas pelo Comando da KFOR em todo o território do Kosovo. Essas ações eram essencialmente de vigilância e controlo de zonas de fronteira, reconhecimento de itinerários, montagem de sistemas e dispositivos anti sniper, entre outras que lhe eram atribuídas.

Quando necessário, e à ordem do Comando da KFOR estas forças cumpriam missões fora das zonas atribuídas, geralmente como reforço de outras unidades da OTAN, em Mitrovica, no sector sob comando dos franceses.

A partir de 2005, a missão do Agrupamento foi alterada, passando este a constituir uma força de reserva da KFOR, o *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion*. O seu comando e instalações passaram para *Camp Slim Lines*¹¹, em Pristina. Para Loureiro dos Santos (2012, p. 125),

“em funções de comando, nos estados-maiores internacionais, nas unidades e destacamentos operacionais, os militares portugueses mostram todos os dias a sua elevada qualidade e competência, muito apreciadas e elogiadas por todos quantos têm oportunidade de os observar ou de com eles contactar. Salientam-se também pelo seu elevado grau de conhecimentos, pela grande coragem física e moral que demonstram, pelo profundo sentido de missão e do cumprimento do dever. No Líbano, no Kosovo, no Afeganistão, no oceano Índico, em operações aéreas diversas, todos arriscam a vida permanentemente”.

¹¹ Quartelamento deixado pelo Exército Inglês, composto por edifícios pré-fabricados e contentores. O seu nome é uma homenagem ao Marechal de campo Sir William Joseph Slim (1891-1970), militar de carreira e escritor, combateu nas duas Guerras Mundiais, cumpriu também tarefas diplomáticas como governador-geral da Austrália.

Capítulo V

No presente capítulo apresentamos a problemática, bem como toda a metodologia de trabalho subjacente à nossa investigação empírica, definindo os objetivos e enumerando as questões da investigação. De seguida, apresentamos os resultados e a discussão da presente pesquisa.

1. Problemática

Nas últimas décadas, os processos de apoio à paz têm adquirido grande importância, ao nível da opinião pública, dos *media* e do interesse científico, não sendo alheia a preocupação política na procura de soluções ou resoluções alternativas de conflitos de modo a minimizar os danos físicos, psicológicos ou económicos que estes podem causar nos seres humanos.

Nem sempre foi assim. Nos diferentes períodos da nossa História, o papel das forças armadas e a aplicação da força militar desempenharam um papel preponderante no jogo estratégico dos Estados, quer como instrumento de coação, quer de dissuasão. Segundo Oliveira (2011, p.27) “A aplicação deste instrumento militar foi essencial para materializar conquistas, assegurar a expansão territorial ou ainda defender o território”.

A Carta das Nações Unidas trouxe à luz novas conceções. O emprego da violência passou a ser considerado como um ato ilegal nas relações internacionais. Embora ainda se possa recorrer à violência é quase improvável e, esta só deve ser empregue com a finalidade de dissuasão perante eventuais adversários.

Atualmente, os conflitos viraram-se para o interior das fronteiras dos Estados, passando a ter uma aparência regional, local e social. Desta maneira o contexto estratégico apresenta-se de forma cada vez mais imprevisível, intrincado, arriscado e dando origem a conflitos entre fações que não são Estados.

A resolução destes conflitos passa por uma intervenção imparcial da Comunidade Internacional, particularmente das Nações Unidas em colaboração com organizações regionais, da qual destacamos a OTAN,

“o direito de intervenção e o direito de ingerência não devem ser instrumentos da superpotência sobranceira mas uma manifestação da vontade, esclarecida e reta, da comunidade internacional, expressa pelas competentes instâncias internacionalmente reconhecidas com o único fim de alcançar a justiça na ação” (Fontes, 2007, p. 5).

Perante esta situação, o uso da força armada não tem como objetivo final alcançar a vitória militar, mas sim, a aplicação de um propósito marcadamente político, uma vez que assenta na ação de reformar, reorganizar, desenvolver e democratizar os territórios em conflito.

Contudo, nem todos os autores estão em consonância com a aplicação destes objetivos. Diversos autores questionam-se sobre a legitimidade e legalidade das intervenções militares. Outros vão mais longe e questionam-se mesmo, sobre as verdadeiras razões da intervenção, argumentando que as razões humanitárias são um pretexto das grandes potências para imporem os “princípios reguladores do sistema internacional, tais como a soberania, a não-intervenção e a autodeterminação” (Nogueira, 2000, p. 144) a países mais fracos.

A guerra do Kosovo representou uma intervenção armada da OTAN, sem autorização prévia da ONU, dirigida contra um Estado soberano, a nova Jugoslávia, devido à recusa da mesma a dar solução a um problema interno.

Em Portugal a intervenção das Forças Armadas Portuguesas no Kosovo foi decidida pelo governo do PS, liderado por Ferro Rodrigues, sendo apenas feita uma comunicação na Assembleia da República quando as operações militares dos Aliados já se encontravam em marcha. Não se pode afirmar que existisse um amplo consenso entre a população e os seus representantes políticos acerca da participação e envio de militares para o conflito no Kosovo.

No entanto, o trabalho desenvolvido pelos militares é extremamente pertinente, já que sobre a sua prática recai a capacidade de criar consensos, gerando laços de cooperação, de análise, de negociação, de confrontação e de apreço com as populações e, conseqüentemente, com os beligerantes nos diversos conflitos. Logo, são os militares que têm um papel de mediação nas relações entre as etnias albanesa, sérvia e cigana, assim como, na maioria das vezes, constituem o elo de ligação entre a situação vivida e a Comunidade Internacional.

Assim, tendo em consideração o reduzido número de investigações com militares, nomeadamente ao nível das suas perceções sobre OAP, o presente estudo pretende atingir os seguintes objetivos:

- Identificar os motivos que levam os militares a participar em missões de apoio à paz.
- Verificar em que medida é que a presença dos militares no Kosovo promove o sucesso das relações de convivência entre as diferentes etnias.
- Identificar o impacto da participação dos militares no Kosovo na estabilidade da região.
- Saber qual é a avaliação dos kosovares face ao contingente português no terreno.
- Aferir quais dos projetos implementados pelo contingente português no Kosovo aqueles que se destacam.

- Saber qual é a avaliação dos militares sobre a sua atuação em parceria com outros contingentes presentes no Kosovo.
- Apurar os aspetos positivos e os negativos que se destacam desta parceria para o desenvolvimento local.
- Identificar os motivos que levam os militares a participar, ou não, em missões de paz, no futuro.

Assim, em função do quadro teórico considerado e dos objetivos mencionados, formulamos as seguintes hipóteses de investigação:

1. A categoria profissional influencia as suas perceções do conflito no Kosovo.
2. O vínculo contratual influencia as suas perceções do conflito no Kosovo.
3. O número de missões efetuadas influencia as suas perceções do conflito no Kosovo.

2. Metodologia

Qualquer estudo é seletivo, pois implica a escolha de uma metodologia capaz de contribuir para um melhor conhecimento da problemática e conseguir resultados concretos e fiáveis “(...) o pesquisador deve estar sempre atento à acuidade das informações que vai obtendo, ou melhor, construindo. Que ele coloque nessa construção toda a sua inteligência, habilidade técnica e uma dose de paixão para temperar” (Ludke & Andre, 1986, p. 9).

Também Quivy e Campehoudt (2003, p. 19) referem que a investigação científica tem por base as seguintes premissas “compreender melhor os significados de um acontecimento, de uma conduta, fazer inteligentemente o ponto da situação, captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, refletir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações”.

A investigação teve como suporte o paradigma qualitativo e quantitativo, de modo a obter um quadro mais completo, realista e aprofundado do fenómeno estudado. A articulação destes métodos não são incompatíveis nem permutáveis (Fonseca, 2008) mas sim complementares (Cook & Reichard, 1997) já que o uso de diferentes técnicas permite diferentes respostas (Delgado & Gutiérrez, 1995).

Os métodos quantitativos exprimem características diferentes dos métodos qualitativos, relativamente ao processo de recolha de dados e ao modo como estes são analisados (Bullock, Little & Milham, 1992; Delgado & Gutiérrez, 1995).

A investigação qualitativa pretende obter dados reais, ricos e profundos, tendo como objetivo a interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações num determinado contexto. Pretende, igualmente, interpretar, em vez de mensurar e, procura compreender a realidade tal como ela se apresenta, vivida pelos sujeitos ou grupos, a partir do que pensam e como agem (Carmo & Ferreira, 1998).

Já a investigação quantitativa consiste “essencialmente em submeter o objeto de estudo à influência de certas variáveis, em condições controladas e conhecidas pelo investigador, para recolher os resultados que a variável produz no projeto” (Gil, 1999, pp. 33-34). Este paradigma assume-se como “uma conceção global positivista, hipotética-dedutiva, particularista, orientada para os resultados” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 178) permitindo através da análise estatística “sintetizar dados referentes a uma amostra de grande dimensão e generalizar esses dados a toda a população” (Fernandes, 1991, p. 65).

A estratégia metodológica adotada foi a realização de seis entrevistas semiestruturadas a uma amostra que não se pretendia que fosse, aleatória e numerosa, mas sim criteriosa ou intencional, neste tipo de estudo (Vale, 2000) de modo a que possibilite “revelar determinados aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras” (Quivy & Campebhoudt, 2003, p.69).

Após a análise dos dados recolhidos procedemos à preparação de um inquérito por questionário, com perguntas abertas e fechadas, que foi aplicado no CTOE em Lamego, no Regimento de Infantaria 13 (RI 13) em Vila Real, no Regimento de Infantaria 14 (RI 14) em Viseu e no *Tactical Reserve Maneuver Battalion* (KTM/KFOR) em Pristina no Kosovo.

Como refere Gil (1999, p.128), o questionário pode definir-se

“como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc”

geralmente, possibilita avaliar algumas grandezas absolutas, avaliar grandezas relativas, descrever uma população ou sub-população (Ghiglione & Matalon, 1993).

Para esta análise recorreremos a *software* estatístico.

2.1. Amostra

Este estudo contou com a participação de 169 militares, que cumpriram ou estão a cumprir missão no Kosovo, todos do sexo masculino. O militar mais jovem tinha 20

anos e o mais velho 52 anos ($M= 36.58$ anos, $dp= 8.40$). Relativamente às habilitações literárias a maioria dos militares tinha o ensino secundário completo (54%); 41% tinham formação superior (Bacharelato – 7%; Licenciatura – 25%; Mestrado - 9%). Apenas 5% da nossa amostra possuía habilitações literárias correspondentes ao ensino básico. O posto de sargento foi o mais frequente (57%), seguido por oficial (30%) e praça (13%). A nível do serviço 14% dos militares estavam em regime de contrato (RC) e 86% pertenciam ao quadro permanente (QP). A participação voluntária na missão foi referida por 82% dos militares, 15% foram nomeados e 3% participaram por outras razões. Relativamente ao número de missões, 40% dos militares referiram a sua participação em três ou mais missões, 33% numa missão e 27% em duas missões. No que diz respeito ao tempo de serviço, a média foi de 197.80 meses ($dp= 97.40$), com amplitude de variação entre 11 e 396 meses.

Tabela 1 - Dados sócio demográficos da amostra em estudo.

Dados sócios demográficos	n	%
Habilitações literárias		
2º Ciclo	2	1%
3ª Ciclo	7	4%
Secundário	92	54%
Bacharelato	11	7%
Licenciatura	42	25%
Mestrado	15	9%
Posto		
Praça	22	13%
Sargento	97	57%
Oficial	50	30%
Serviço		
Regime de contrato	24	14%
Quadro permanente	145	86%
Participação		
Nomeação	26	15%
Voluntário	139	82%
Outra	4	3%
Missões		
Uma	56	33%
Duas	46	27%
Três ou mais	67	40%
Tempo de serviço (M±dp)	197.80±97.74	

No que se refere à Unidade à qual os militares estão afetos, a Tabela 2 mostra a distribuição dos mesmos. O CTOE (n= 57, 34%) e o RI 14 (n= 47, 28%) foram as unidades com mais elementos.

Tabela 2 - Distribuição dos militares por unidade.

Unidade	n	%
CTOE	57	34
RI 14	47	28
RI 13	24	14
KTM KFOR	41	24

2.2. Instrumento

Iniciamos o nosso estudo com entrevistas semiestruturadas que nos permitiu adquirir “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy & Campenhoudt, 2003, p. 192), de modo a podermos construir o nosso questionário, o que não é tarefa simples, pois implica controlar uma série de variáveis (Arturo, 2001).

Apesar destes constrangimentos, a investigação incidiu, essencialmente, sobre esta metodologia de recolha de dados, tendo em consideração a especificidade do estudo e o tipo de informação que se pretendia aferir.

O presente estudo pretendeu ser abrangente, cobrir de forma sistematizada uma diversidade de tópicos, objetivo dificilmente alcançável por outro instrumento utilizado. O questionário pode considerar-se um instrumento de investigação constituído por um vasto número de questões apresentadas por escrito, com a finalidade de aferir a situação social, profissional ou familiar, as opiniões, as atitudes, em relação a opções ou a questões humanas e sociais (Gil, 1999; Ghiglione & Matalon, 1993; Quivy & Campenhoudt, 2003). Além disso é útil para aceder a dimensões internas de uma pessoa, como sejam, aceder a informação ou conhecimento que possui, conhecer os seus valores, preferências ou, ainda, as suas experiências passadas ou atuais (Tuckman, 2000), logo podemos considerá-lo uma técnica rica e maleável, para obter resultados (Neto, 1993).

O questionário que nos propusemos aplicar tem características de misto, ou seja, apresenta questões de resposta aberta e de resposta fechada. O questionário pode ainda ser administrado de forma direta quando é preenchido pelo próprio inquirido. É

administrado de forma indireta, quando é o próprio inquiridor a preenchê-lo, a partir de respostas facultadas pelo inquirido (Quivy & Campenhoudt, 2003).

Algumas das desvantagens associadas ao inquérito por questionário são: a) a superficialidade das respostas; b) as respostas impulsivas; c) o não preenchimento de algumas questões, sobretudo das últimas devido à falta de tempo; d) ausência de garantia no que respeita à compreensão do sentido das questões; e) o peso e o custo geralmente elevados do procedimento (Quivy & Campebhoudt, 2003; Gil, 1999).

Contudo, o inquérito por questionário revela inúmeras vantagens, nomeadamente: a) por escrito as questões embaraçosas não inibem o entrevistado; b) permite ser aplicado a um elevado número de pessoas num curto espaço de tempo; c) a possibilidade de quantificar uma grande quantidade de dados e, conseqüentemente, proceder a numerosas análises de correlação (Quivy & Campebhoudt, 2003; Gil, 1999). No nosso caso acrescenta-se, ainda, a possibilidade de preenchimento dos questionários por indivíduos que se encontravam no teatro de Operações.

Muito embora o inquérito por questionário apresente algumas limitações, enquanto técnica de investigação empírica (Gil, 1999; Quivy & Campenhoudt, 2003), foi o instrumento privilegiado para a recolha de dados por melhor se ajustar aos objetivos da pesquisa.

Tendo em conta estes aspetos, o questionário utilizado foi constituído por 25 questões e divide-se em duas partes.

A primeira parte é constituída por 10 questões que se referem aos dados pessoais e profissionais dos militares, nomeadamente, a idade, o sexo, o estado civil e o nível de escolaridade. Relativamente à situação profissional consideramos pertinente aferir a unidade a que pertence, a categoria e situação profissional, o tempo de serviço prestado no Exército, o número de missões em que participou e a forma como as integrou.

A segunda parte do questionário tem como objetivo aferir as perceções dos militares portugueses sobre o papel das forças de manutenção de paz no conflito do Kosovo. Para tal, recorreremos a 15 questões que abordam diferentes características da profissão do militar, as suas motivações a participar em missões de paz, as suas perceções passadas/futuras sobre o conflito em território kosovar, até à avaliação do desempenho das forças no terreno, passando pela prioridade dos projetos implementados pelo contingente português no terreno, entre outros.

Foram utilizadas diferentes escalas consoante os objetivos das questões.

Nas questões 11, 16, 20.1, foi usada a escala de escolha múltipla, com quatro opções, que variavam de intensidade, desde o “nada importante” até ao “muito importante”, passando por situações intermédias. Nesta escala o (1) corresponde a

“nada importante”, o (2) a “pouco importante”, o (3) a “importante” e o (4) a “muito importante”. Do mesmo modo as questões 12 e 22, foram avaliadas de 1 a 5, sendo que o (1) corresponde a “nada”, o (2) a “pouco”, o (3) a “nem muito nem pouco”, o (4) a “bastante” e, o (5) a “muito”. Já nas questões 21 e 23 foram dadas três opções de escolha, sendo que, na questão 25, apenas duas opções de resposta foram permitidas.

Nas questões 13, 14, 18, 19, 20, 24, foi usada a escala dicotômica, onde o (1) corresponde a “não”, o (2) a “não sei / não responde”, o (3) a “sim”.

Nas questões 15 e 17, foi usada a escala de Likert, os itens foram avaliados de 1 a 5, com cinco opções: o (1) corresponde a “totalmente em desacordo”, o (2) “em desacordo”, o (3) “nem de acordo nem desacordo”, o (4) “de acordo” e o (5) “totalmente de acordo”.

2.3. Análise de Resultados

2.3.1. Identificação inicial de fatores

A primeira parte da apresentação dos resultados diz respeito à primeira ACP para cada questão (15, 16, 17 e 20.1). Esta análise teve como objetivo fazer uma primeira identificação da solução fatorial presente em cada questão, dividindo-as em fatores, via rotação ortogonal *varimax*. As Tabelas 3, 4, 5 e 6 sumarizam estes resultados.

Os pressupostos relativos aos testes KMO e BTS foram cumpridos na generalidade das questões, exceto na Q17 (KMO= 0.55), onde, mesmo assim, este valor se aproximou do limite de 0.60 (Maroco, 2003; Sharma, 1996).

Relativamente à variância explicada, em todas as questões, esta foi superior a 50% (Jaconb, 2006). Também os *loadings*, que correspondem à carga fatorial do item no respetivo fator foram, em todos os casos, superiores a 0.45 (Comrey e Lee, 1992). Assim, a primeira solução fatorial foi considerada adequada.

Tabela 3 - Quais são as suas percepções sobre o conflito do Kosovo (Q15)

Item	Fatores			
	A	B	C	D
15.1 O Kosovo nunca deveria ter sido separado da Sérvia	0.74			
15.2 Guerra de interesses entre diferentes poderes nomeadamente os Americanos	0.62			
15.6 A população começa a ficar saturada com a presença dos militares	0.61			
15.3 Conflito entre poderes étnicos		0.80		
15.4 Subjugação da população de origem sérvia sobre a de origem albanesa		0.56		
15.5 Conflito resultante da intolerância étnica, cultural e religiosa		0.80		
15.8 A saída da força multinacional pode desencadear outro conflito			0.84	
15.9 Após a saída da força multinacional os conflitos vão continuar			0.84	
15.10 Existem aspetos que têm de ser melhorados			0.55	
15.7 A força multinacional está colocada de acordo com a ameaça				0.73
15.11 A força multinacional corresponde à densidade populacional				0.75
15.12 A força multinacional foi sendo adaptada ao longo dos anos tendo em conta as necessidades locais				0.86
Variância explicada (total= 60%)	22%	15%	13%	10%

KMO=0.61; BTS, $p < 0.001$

Tabela 4 - Na sua opinião, quais são os aspetos que podem contribuir para solidificar a paz no Kosovo (Q16)

Item	Fatores	
	E	F
16.1 Permanência da força multinacional no terreno	0.71	
16.2 Continuação da presença da polícia internacional no Kosovo	0.62	
16.3 Limitar as fronteiras do Norte	0.64	
16.4 Desenvolvimento económico através de fatores de produção		0.78
16.5 Educação cívica a todos os níveis da sociedade		0.88
16.6 Criação de hábitos de paz na população		0.87
Variância explicada (total= 59%)	19%	40%

KMO=0.72; BTS, $p < 0.001$

Tabela 5 - Partindo da sua experiência, após a retirada da Força Multinacional, os kosovares manterão a paz (Q17)

Item	Fatores		
	G	H	I
17.1 Apenas com a mudança de mentalidades	0.75		
17.2 Talvez, com as novas gerações	0.86		
17.4 Os conflitos serão inevitáveis		0.80	
17.5 A médio/longo prazo.		0.70	
17.3 As pessoas estão fartas de conflitos			0.50
17.6 Se a comunidade internacional apoiar economicamente o país			0.86
17.7 Se o Kosovo aderir à UE.			0.79
Variância explicada (total= 65%)	19%	17%	29%

KMO=0.55; BTS, $p < 0.001$

Tabela 6 - Que importância atribui à satisfação de algumas dessas necessidades (Q20.1)

Item	Fatores	
	J	K
20.1.1 Restauração de escolas	0.89	
20.1.2 Apoio às necessidades escolares, nomeadamente entrega de material	0.82	
20.1.3 Educação para a tolerância e cooperação entre etnias	0.68	
20.1.4 Reconstrução de algumas infraestruturas de necessidades básicas da população	0.85	
20.1.5 Distribuição de bens de 1ª necessidade	0.52	
20.1.6 Averiguação de indícios de conflitos de forma a antecipá-los		0.77
20.1.7 Manutenção da paz		0.76
20.1.8 Liberdade de movimentos da população		0.81
20.1.9 Segurança da população		0.66
Variância explicada (total= 62%)	42%	20%

KMO=0.81; BTS, $p < 0.001$

2.3.2. Fiabilidade e Unidimensionalidade

De seguida são apresentadas as análises de fiabilidade e unidimensionalidade relativas aos fatores encontrados na análise anterior. Os pressupostos de KMO (> 0.60) e BTS ($p < 0.05$) foram cumpridos em todas as análises.

As Tabelas 7, 8, 9 e 10 mostram que o pressuposto da unidimensionalidade foi cumprido em quase todos os fatores, com exceção dos fatores A e B, onde a variância explicada foi ligeiramente inferior a 50%. Ainda assim, todos os *loadings* foram superiores ao limite de 0.45.

Relativamente aos níveis de fiabilidade, medidos pelo alfa de Cronbach, estes foram ligeiramente inferiores ao esperado nos fatores B ($\alpha = 0.64$) e C ($\alpha = 0.67$) e, mesmo inferior ao esperado, nos fatores A ($\alpha = 0.42$), D ($\alpha = 0.41$), E ($\alpha = 0.37$), G ($\alpha = 0.59$), H ($\alpha = 0.29$) e I ($\alpha = 0.60$). Quanto às correlações item-total foram encontrados valores abaixo do esperado (< 0.30) nos fatores A (itens 15.2 e 15.6), C (item 15.10), D (item 15.11 e 15.12), E (itens 16.1, 16.2 e 16.3) e H (17.4 e 17.5). Em suma, os fatores encontrados mantêm a integridade ao nível da unidimensionalidade, isto é, cada fator representa uma solução única, porém apresentam alguns problemas de consistência interna, por outras palavras, a correlação entre os itens foi, em alguns casos, abaixo do esperado, bem como o alfa de Cronbach. Este facto deveu-se, provavelmente, ao reduzido número de itens encontrado, em cada dimensão, na ACP preliminar. Este facto é corroborado pelo cumprimento total da fiabilidade e unidimensionalidade nos fatores J e K, pertencentes à Q20.1.

Tabela 7 - Análise de fiabilidade e unidimensionalidade para os fatores da (Q15)

Fator	Item	Correlação item-total	α Cronbach	<i>Loadings</i>	Variância Explicada
A	15.1	0.34	0.42	0.80	47%
	15.2	0.24		0.70	
	15.6	0.18		0.53	
B	15.3	0.48	0.64	0.79	58%
	15.4	0.39		0.71	
	15.5	0.47		0.79	
C	15.8	0.61	0.67	0.88	61%
	15.9	0.63		0.88	
D	15.10	0.26	0.41	0.52	47%
	15.7	0.34		0.80	

15.11	0.24	0.70
15.12	0.18	0.53

Tabela 8 - Análise de fiabilidade e unidimensionalidade para os fatores da (Q16)

Fator	Item	Correlação item-total	α Cronbach	Loadings	Variância Explicada
	16.1	0.22		0.67	
E	16.2	0.24	0.37	0.71	44%
	16.3	0.19		0.61	
	16.4	0.59		0.81	
F	16.5	0.70	0.81	0.88	72%
	16.6	0.68		0.87	

Tabela 9 - Análise da fiabilidade e unidimensionalidade para os fatores da (Q17)

Fator	Item	Correlação item-total	α Cronbach	Loadings	Variância Explicada
G	17.1	0.42	0.59	0.84	71%
	17.2	0.42		0.84	
H	17.4	0.18	0.29	0.77	59%
	17.5	0.18		0.77	
	17.3	0.30		0.62	
I	17.6	0.50	0.60	0.82	56%
	17.7	0.45		0.79	

Tabela 10 - Análise de fiabilidade e unidimensionalidade para os fatores da (Q20.1)

Fator	Item	Correlação item-total	α Cronbach	Loadings	Variância Explicada
	20.1.1	0.72		0.86	
	20.1.2	0.70		0.82	
J	20.1.3	0.57	0.83	0.73	61%
	20.1.4	0.71		0.85	
	20.1.5	0.47		0.62	
K	20.1.6	0.53	0.77	0.74	59%

20.1.7	0.58	0.78
20.1.8	0.63	0.81
20.1.9	0.53	0.74

2.3.3. Análises descritivas

Na apresentação das estatísticas descritivas é feita uma primeira análise às questões presentes no inquérito que dizem respeito às perceções dos militares.

A Tabela 11 mostra que todas as razões propostas no questionário foram consideradas importantes. Uma vez que a escala relativa às razões para a participação variou numa escala de quatro níveis (1 – nada importante; 4 – muito importante), e todos os valores se situaram acima do nível “três” (importante) considerou-se que os militares atribuem bastante importância a todos os critérios enumerados.

Tabela 11 - Razões para a participação em missões de paz

Item	M	DP
Compensação financeira	3.39	0.65
Realização pessoal.	3.51	0.65
Realização profissional.	3.67	0.58
Valorização pessoal e profissional.	3.54	0.60
Experiência pessoal e profissional	3.69	0.52
Servir o país.	3.40	0.69
Contato com forças militares de outros países.	3.18	0.61
Contato com outros povos e outras culturas.	3.16	0.67
Desafio profissional.	3.45	0.66

Relativamente ao sucesso das relações entre as diferentes etnias, promovido pela presença dos militares (Figura 1), as respostas foram no sentido positivo com cerca de 41% a responderem “bastante” e cerca de 18% a referirem que a presença dos militares promove muito o sucesso destas relações. Ainda assim, 13% consideram que a sua presença apresenta um contributo reduzido nesta vertente.

Presença dos militares promove o sucesso das relações entre as diferentes etnias

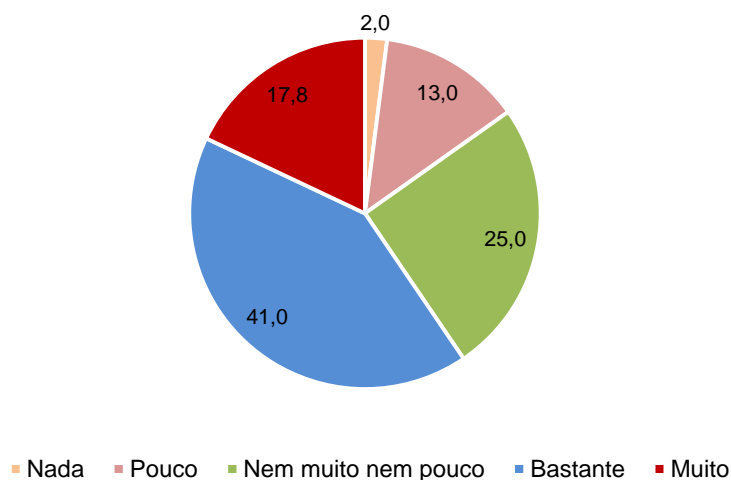


Figura 1 - Grau de sucesso atribuído à promoção do sucesso das relações entre as diferentes etnias pelos militares.

Quanto ao impacto da participação dos militares no Kosovo (Tabela 12), cerca de 91% consideram que a presença dos militares é um instrumento facilitador de integração e estabilidade para o território e, cerca de 73%, entendem que os kosovares, ao aceitarem a sua presença no seu território, tornam-se menos predispostos ao conflito entre etnias. Mais de metade dos militares (53%) acredita que será necessária uma força multinacional permanente de modo a garantir estabilidade e paz no Kosovo.

Tabela 12 - Impacto da participação dos militares no Kosovo

Impacto da presença dos militares	n	%
Considera que a presença dos militares é um instrumento facilitador de integração e estabilidade para o território?	154	91%
Na sua opinião os kosovares ao aceitarem a presença dos militares no seu território tornam-se menos predispostos ao conflito entre etnias?	123	73%
Será necessária uma força multinacional permanente de modo a garantir estabilidade e paz no Kosovo	89	53%

Em relação à expectativa da população do Kosovo face à ação militar (Tabela 13), 71% dos militares acredita que a ação do contingente português corresponde às

expectativas da população do Kosovo e 65% crê que o trabalho realizado pelo contingente português corresponde às necessidades dos kosovares.

Tabela 13 - Expectativa da população do Kosovo face à ação militar

Espectativa da população do Kosovo face à ação militar	n	%
A ação do contingente português corresponde às expectativas da população do Kosovo	120	71%
O trabalho realizado pelo contingente português corresponde às necessidades dos kosovares	109	65%

Relativamente aos diferentes projetos implementados pelo contingente português, no Kosovo (Tabela 14), o que mais se destacou foi a manutenção da paz (69%), seguido pelo projeto de segurança da população (58%) e pela liberdade de movimentos da população (56%). Dos restantes projetos, a averiguação de indícios de conflitos de forma a antecipá-los foi o que obteve uma percentagem considerada importante (33%).

Tabela 14 - Quais os diferentes projetos implementados pelo contingente português no Kosovo que mais se destacam

Projetos implementados	n	%
Restauração de escolas	46	27%
Apoio às necessidades escolares nomeadamente entrega de material	25	15%
Educação para a tolerância e cooperação entre etnias	19	11%
Reconstrução de algumas infraestruturas de necessidades básicas da população	33	20%
Distribuição de bens de 1. ^a necessidade	18	11%
Averiguação de indícios de conflitos de forma a antecipá-los	55	33%
Manutenção da paz	117	69%
Liberdade de movimentos da população	94	56%
Segurança da população	98	58%

No que diz respeito à avaliação do trabalho realizado em parceria, entre o contingente português e os outros contingentes presentes no Kosovo, cerca de 86%

consideram que é, pelo menos, “bom”, com cerca de 47% a ir mais longe, considerando-o “muito bom”. Pelo contrário, cerca de 12% dos militares avaliam este trabalho como “mau”.

Avaliação do trabalho realizado em parceria, entre o contingente português e os outros contingentes presentes no Kosovo

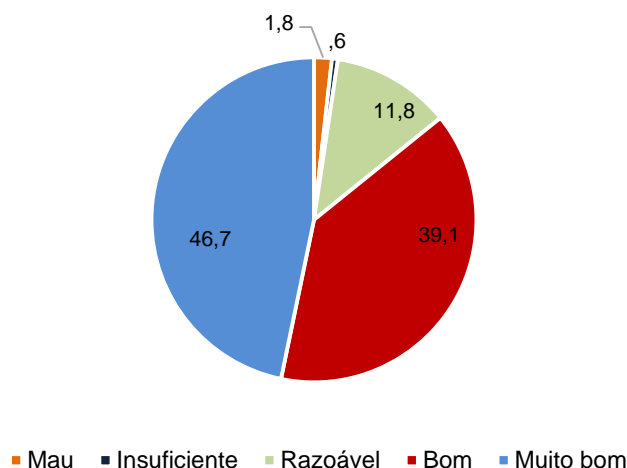


Figura 2 - Avaliação do trabalho realizado em parceria, entre o contingente português e os outros contingentes presentes no Kosovo

A Tabela 15, mostra que 60% dos militares acreditam em benefícios diretos e indiretos para a população relativamente à segurança, 56% acreditam que os militares ajudam a fomentar a economia, 38% aponta que facilitou a relação entre as pessoas e 30% refere maior tolerância cultural e religiosa. Por outro lado, 41% dos militares creem que há falta de recursos para a execução de projetos, 21% acredita que é impossível cortar o êxodo de grande parte da comunidade sérvia, 14% vê pouca ou nenhuma contribuição para o desenvolvimento do Kosovo e 10% acredita que, para além da presença militar, o trabalho do contingente ficou aquém das expetativas.

Tabela 15 - Aspetos positivos e os menos conseguidos a ressaltar da parceria para o desenvolvimento local

Balço da parceria para o desenvolvimento local	n	%
Benefícios diretos e indiretos para a população relativamente à segurança	102	60%
Falta de recursos para a execução dos projetos	70	41%
Maior tolerância cultural e religiosa	51	30%
A impossibilidade de se cortar o êxodo de grande parte da comunidade Sérvia	35	21%

Para além da presença militar o trabalho do contingente ficou aquém das expectativas	16	10%
Facilitou as relações entre as pessoas	64	38%
A presença do contingente pouco ou nada contribuiu para o desenvolvimento do Kosovo	23	14%
Os militares ajudam a fomentar a economia	95	56%

Tabela 16 - Participação em novas missões de apoio à paz no Kosovo

Participação em novas missões de apoio à paz no Kosovo	n	%
Sim	119	70%
Não	16	10%
Não sabe/Não responde	34	20%
Qual/quais os motivos?	n	%
Não concorda com os motivos que conduziram a NATO ao Kosovo	21	12%
Para sentir que o seu trabalho é valorizado	27	16%
Pela necessidade de apoiar a população do Kosovo	24	14%
Mais-valia em termos profissionais	76	45%
Mais-valia em termos económicos	89	53%
Estabilidade e qualidade de vida	36	21%
Constatar a mudança operacionalizada	31	18%
Contribuir para a tolerância e paz	56	33%

2.3.4. Análises inferenciais

Com vista ao cálculo das estatísticas relativas às análises inferenciais foram, em primeiro lugar, criadas variáveis correspondentes aos fatores encontrados. Estas variáveis foram criadas através do cálculo da média dos itens de cada fator.

De seguida, foi calculada a matriz de correlações de Pearson para os fatores calculados. O primeiro resultado a salientar é o sinal das correlações, que foi sempre positivo, no caso de ter sido estatisticamente significativo.

Foram encontradas correlações estatisticamente significativas, reciprocamente, entre o fator A e os fatores B ($r= 0.23$, $p<0.01$), C ($r= 0.16$, $p<0.05$) e H ($r= 0.26$, $p<0.001$); entre o fator B e os fatores E ($r= 0.16$, $p<0.05$) e H ($r= 0.30$, $p<0.001$); entre o fator C com os fatores D ($r= 0.21$, $p<0.01$), E ($r= 0.19$, $p<0.01$) e H ($r= 0.30$, $p<0.001$); entre o fator D com os fatores E ($r= 0.16$, $p<0.05$) e I ($r= 0.30$, $p<0.001$); entre o fator E com os fatores F ($r= 0.28$, $p<0.001$), H ($r= 0.19$, $p<0.01$), I ($r= 0.18$, $p<0.05$), J ($r= 0.24$, $p<0.001$) e K ($r= 0.29$, $p<0.001$); entre o fator F com os fatores G ($r= 0.20$, $p<0.01$), I ($r= 0.33$, $p<0.001$), J ($r= 0.38$, $p<0.001$) e K ($r= 0.38$, $p<0.001$); entre o fator G com os fatores I ($r= 0.19$, $p<0.05$) e J ($r= 0.23$, $p<0.001$); entre o fator I com o fator J ($r= 0.17$, $p<0.001$) e entre o fator J com o fator K ($r= 0.38$, $p<0.001$).

Tabela 17 - Matriz de correlações para todos os fatores calculados

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
A	1.00	0.23***	0.16*	0.00	-0.04	-0.05	0.01	0.26***	-0.07	-0.08	0.05
B		1.00	0.13	0.14	0.16*	0.13	0.00	0.30***	0.10	0.02	0.10
C			1.00	0.21**	0.19**	0.14	-0.02	0.30***	0.02	0.15	0.07
D				1.00	0.16*	-0.09	0.02	0.11	0.22***	-0.04	0.00
E					1.00	0.28***	0.08	0.19**	0.18*	0.24***	0.29***
F						1.00	0.20**	0.01	0.33***	0.38***	0.38***
G							1.00	0.09	0.19*	0.23***	0.15
H								1.00	0.07	0.07	0.04
I									1.00	0.17*	0.14
J										1.00	0.38***
K											1.00

* $p<0.05$; ** $p<0.01$; *** $p<0.001$

Os fatores calculados foram depois comparados, tendo em conta a categoria profissional, forma de prestação de serviço e número de missões realizadas pelos militares.

A Tabela 18 mostra que foram encontradas diferenças significativas nos fatores B ($p<0.001$), F ($p<0.05$), H ($p<0.05$), I ($p<0.05$) e K ($p<0.05$), medidas com o teste ANOVA.

Tabela 18 - Comparação dos fatores por categoria profissional

Fator	Praça (n=22)		Sargento (n=97)		Oficial (n=50)		F _(168, 2)
	<u>M</u>	<u>DP</u>	<u>M</u>	<u>DP</u>	<u>M</u>	<u>DP</u>	
Fator A	3.70	0.81	3.45	0.59	3.31	0.67	ns
Fator B	4.42	0.44	3.72	0.67	3.59	0.72	p<0.001
Fator C	3.77	0.59	3.87	0.67	3.96	0.60	ns
Fator D	3.61	0.59	3.44	0.67	3.69	0.59	ns
Fator E	3.20	0.50	2.95	0.46	2.96	0.50	ns
Fator F	3.76	0.36	3.45	0.57	3.55	0.40	p<0.05
Fator G	4.07	0.92	3.94	0.81	4.19	0.57	ns
Fator H	3.89	0.74	3.51	0.66	3.44	0.58	p<0.05
Fator I	3.83	0.86	3.33	0.75	3.41	0.79	p<0.05
Fator J	3.48	0.33	3.32	0.52	3.36	0.49	ns
Fator K	3.83	0.30	3.45	0.42	3.37	0.48	p<0.05

ns= não significativo

Ao comparar as categorias profissionais dentro de cada fator (cf. Figura 3), em particular (Post-Hoc Tukey), verificou-se que, no Fator B, os Praças obtiveram pontuações significativamente superiores às duas outras categorias profissionais. No Fator F, as diferenças significativas ($p<0.05$) foram encontradas entre Praças e Sargentos, com resultados superiores nos primeiros. No Fator H, foram mais uma vez os Praças que obtiveram resultados significativamente superiores ($p<0.05$) comparativamente aos restantes grupos. No Fator I, os Praças obtiveram resultados significativamente superiores aos Sargentos ($p<0.05$). Por fim, no fator K, foram mais um vez os Praças a terem resultados significativamente superiores às restantes categorias profissionais ($p<0.001$).

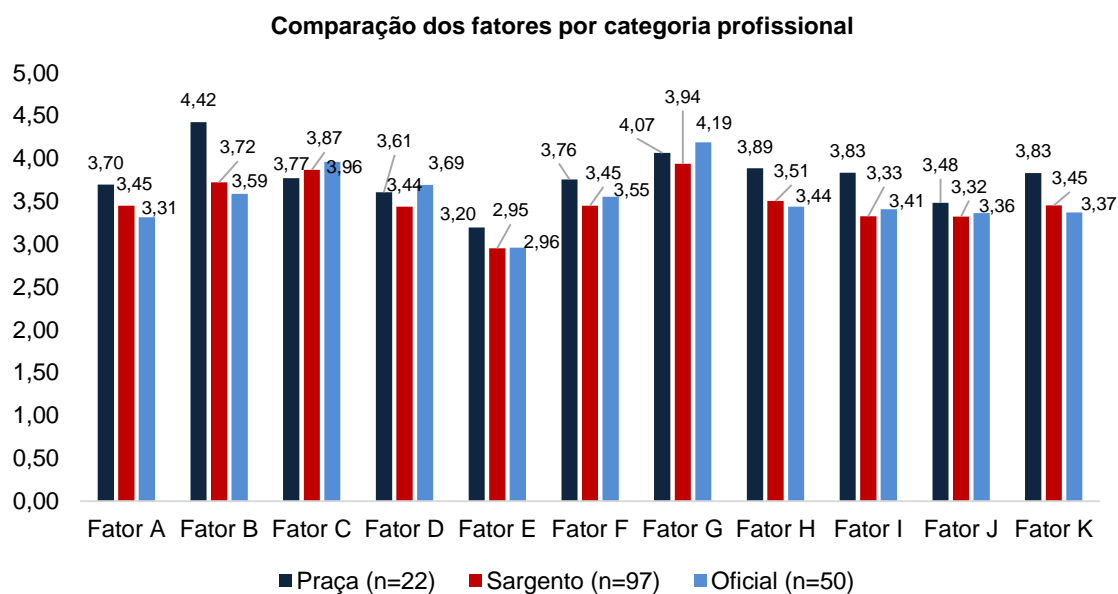


Figura 3 - Comparação dos fatores por categoria profissional

Relativamente às análises comparativas dos fatores por forma de prestação de serviço, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre RC e QP nos fatores A ($p < 0.05$), B ($p < 0.001$), E ($p < 0.05$), F ($p < 0.05$), H ($p < 0.05$), I ($p < 0.05$), J ($p < 0.05$) e K ($p < 0.001$), medidas com o T-teste.

Tabela 19 - Comparação dos fatores por forma de prestação de serviço

Fator	RC (n=24)		QP (n=145)		$t_{(167)}$
	<u>M</u>	<u>DP</u>	<u>M</u>	<u>DP</u>	
Fator A	3.71	0.79	3.40	0.62	$p < 0.05$
Fator B	4.40	0.49	3.67	0.68	$p < 0.001$
Fator C	3.81	0.63	3.90	0.65	ns
Fator D	3.60	0.61	3.53	0.65	ns
Fator E	3.21	0.52	2.95	0.46	$p < 0.05$
Fator F	3.76	0.35	3.48	0.52	$p < 0.05$
Fator G	4.08	0.90	4.02	0.75	ns
Fator H	3.81	0.75	3.49	0.63	$p < 0.05$
Fator I	3.76	0.90	3.36	0.76	$p < 0.05$
Fator J	3.52	0.34	3.33	0.51	$p < 0.05$
Fator K	3.82	0.30	3.42	0.44	$p < 0.001$

ns= não significativo

A Figura 4 mostra que, em todos os fatores que obtiveram resultados significativos, foram os militares em RC que obtiveram resultados mais elevados.

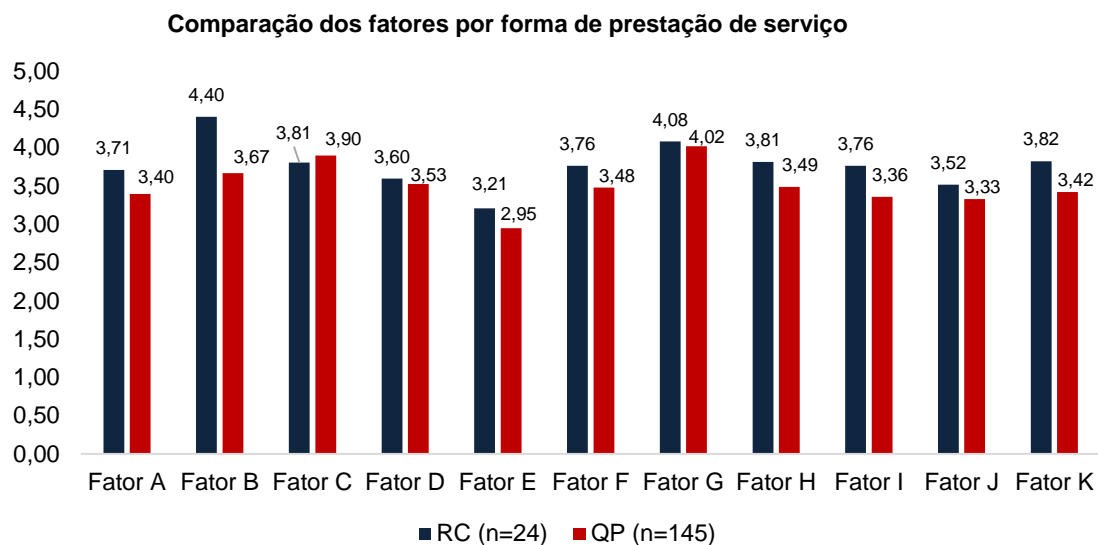


Figura 4 - Comparação dos fatores por forma de prestação de serviço

Por fim, no que se refere à comparação de fatores por número de missões realizadas foram encontrados resultados significativos nos fatores J ($p < 0.001$) e K ($p < 0.01$).

Tabela 20 - Comparação dos fatores por número de missões realizadas

Fator	Uma (n=56)		Duas (n=46)		Três ou mais (n=67)		F _(168, 2)
	<u>M</u>	<u>DP</u>	<u>M</u>	<u>DP</u>	<u>M</u>	<u>DP</u>	
Fator A	3.49	0.72	3.43	0.69	3.41	0.58	ns
Fator B	3.92	0.67	3.73	0.66	3.68	0.75	ns
Fator C	3.80	0.58	3.97	0.60	3.89	0.72	ns
Fator D	3.46	0.64	3.67	0.63	3.51	0.66	ns
Fator E	3.03	0.49	2.91	0.57	3.00	0.39	ns
Fator F	3.63	0.38	3.45	0.59	3.48	0.52	ns
Fator G	4.17	0.80	3.89	0.72	4.01	0.77	ns
Fator H	3.55	0.62	3.48	0.65	3.56	0.69	ns
Fator I	3.43	0.74	3.58	0.70	3.29	0.87	ns
Fator J	3.55	0.38	3.31	0.47	3.22	0.54	$p < 0.001$
Fator K	3.63	0.43	3.43	0.46	3.38	0.43	$p < 0.01$

ns= não significativo

As análises de comparações múltiplas (Post-Hoc de Tukey) realizadas permitiram concluir que, no Fator J, quem realizou apenas uma missão apresenta uma pontuação mais elevada em comparação com quem realizou duas ($p < 0.05$) ou três ou mais missões ($p < 0.001$). Já no fator K, apenas a comparação entre quem realizou uma e três ou mais missões foi significativa ($p < 0.05$), mais uma vez com resultados superiores nos militares com apenas uma missão. A Figura 5 ilustra as referidas análises.

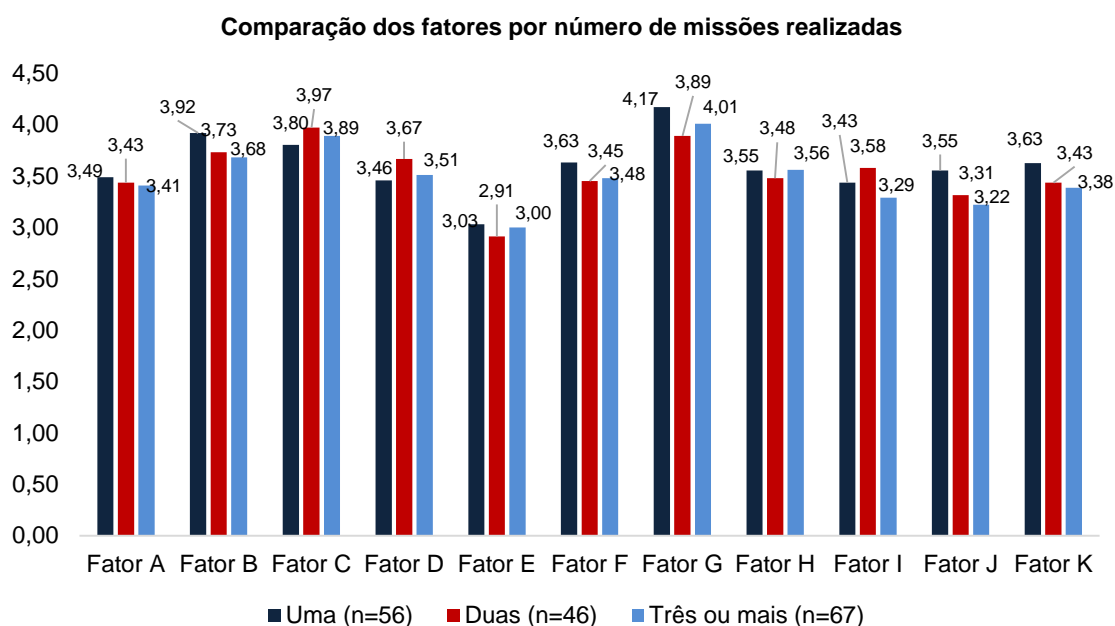


Figura 5 - Comparação dos fatores pelo número de missões realizadas

2.4. Procedimentos

De seguida demonstraremos como se procedeu e desenvolveu a pesquisa do nosso estudo no que se refere aos procedimentos metodológicos.

Na primeira parte, a pesquisa foi exploratória, sendo a técnica de recolha de dados exclusivamente documental.

A segunda parte do estudo foi submetida à articulação entre métodos qualitativos e quantitativos. Contudo, para dar início à recolha de dados foi obrigatório solicitar a autorização do Chefe de Estado-Maior do Exército, a qual foi concedida (anexo 1).

Numa primeira fase, foi realizado um guião de entrevista semiestruturado (anexo 2). A entrevista foi construída com o objetivo de procurarmos compreender, refletir sobre os problemas intrínsecos no conflito do Kosovo, assim como, aferir as perceções dos militares, as expectativas, os sucessos e insucessos, as suas dúvidas, enfim, as suas opiniões e sugestões sobre o impacto das suas ações no conflito, naquele território.

Segundo Neto (1986, p. 182) “as entrevistas «para ver», se não são um ponto de partida empírico, dão uma informação preciosa para todo o inquérito”.

As entrevistas foram realizadas, a um grupo de sujeitos, neste caso seis militares, pelo próprio investigador, no CTOE, em Lamego, no mês de maio de 2013. O investigador comunicou os objetivos do estudo aos inquiridos e também o modo de registo, neste caso a gravação áudio.

Após, a transcrição das entrevistas, de modo a manter a máxima fidelidade do discurso dos entrevistados, foi efetuada uma leitura sincrética e prolongada de todas as entrevistas, procurando que os “(...) materiais falassem por si”, deixando-nos “(...) impregnar pelos múltiplos sentidos das palavras e pelas múltiplas emergências de significado” (Rodrigues, 1999, p.385), avaliando as possibilidades de análise face aos objetivos da pesquisa.

Efetuada essa leitura e após ter sido realizada uma síntese exaustiva, agrupando o maior número de resposta semelhantes, construiu-se o nosso questionário com base nos dados encontrados.

O pré-questionário foi aplicado a quinze militares, para adequação e reavaliação do instrumento, no CTOE, em novembro de 2013. O questionário não suscitou qualquer tipo de dúvidas. Tal como refere McDaniel e Gates (2003, p.46), o investigador deve testar o questionário logo que este tenha sido concluído, ou seja, “o pesquisador é obrigado a voltar um passo atrás e avaliá-lo de forma crítica, para poder efetuar todas as alterações necessárias, realizando sempre o pré-teste”.

Tendo em consideração o que foi referido anteriormente, chegou-se à versão final do questionário (anexo 3), que foi aplicado durante os meses de janeiro a finais de abril de 2014.

Após a seleção dos militares, que teve como requisito o cumprimento de uma ou mais missões no Kosovo, aplicou-se o questionário de duas formas: a) com os militares que trabalham em Portugal Continental foi marcada uma data de acordo com a sua disponibilidade e, no dia combinado, o investigador deslocou-se às Unidades onde os militares exercem as suas funções (CTOE, RI 13 de Vila Real e RI 14 de Viseu) e aplicou o questionário, a grupos de seis a oito indivíduos de cada vez; b) aos militares destacados no Kosovo foi pedido que respondessem ao questionário através de um formulário na internet (de salientar que estes militares também pertencem às Unidades supracitadas).

Os entrevistados foram devidamente informados dos objetivos do estudo, bem como das instruções de preenchimento e garantia de anonimato.

Após a recolha dos dados, procedeu-se à análise estatística dos mesmos e à sua representação gráfica, por meio do *software* SPSS® (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 22.0.

3. Resultados

3.1. Procedimentos estatísticos

O tamanho da amostra ($n=169$) foi considerado adequado para as metodologias estatísticas utilizadas (Reis, 2007). Estas prenderam-se com o uso da Análise em Componentes Principais (ACP), correlações e análises comparativas. Os pressupostos referentes à análise em componentes principais estão descritos nos resultados afetos a essa parte. O pressuposto da normalidade das variáveis quantitativas em jogo nas análises inferenciais foi medido com recurso à estatística Shapiro-Wilks. Para esse efeito rejeitou-se o pressuposto de normalidade quando o valor de prova foi inferior a 5%. Não obstante, considerou-se que as variáveis quantitativas seguiam uma distribuição aproximadamente normal se o seu histograma não diferisse da curva normal e o tamanho da amostra fosse superior a 30 (Tabachnick & Fidell, 2007). Foram também avaliados os pressupostos referentes à homogeneidade de variâncias com o Teste de Levène.

A metodologia de ACP foi, em primeiro lugar, aplicada às questões 15 (“Quais são as suas perceções sobre o conflito do Kosovo?”), 16 (“Na sua opinião, quais são os aspetos que podem contribuir para solidificar a paz no Kosovo?”), 17 (“Partindo da sua experiência, após a retirada da Força Multinacional, os kosovares manterão a paz?”) e 20.1 (“Que importância atribui à satisfação de algumas dessas necessidades?”). Nas questões 15 e 17 foram cinco os níveis de variação (1= totalmente em desacordo; 5= totalmente de acordo). Já nas questões 16 e 20 foram utilizados quatro níveis (1= nada importante; 4= muito importante). Esta análise teve como objetivo a primeira identificação dos fatores (via rotação *varimax*).

De seguida, os fatores extraídos foram verificados quanto à fidelidade e unidimensionalidade.

3.2. Fiabilidade

A fiabilidade foi medida com o alfa de Cronbach, seguindo o critério $\geq .70$ (Nunnally, 1978), correlação item-to-total $\geq .30$ (Everitt, 2002; Field, 2005), de forma a

confirmar a consistência interna de cada fator dos questionários, e também da totalidade das questões.

3.3. Unidimensionalidade

A unidimensionalidade refere-se à confirmação de que o conjunto dos itens de cada fator reflete, de facto, um único fator (Churchill, 1979) e, o valor crítico da variância explicada por um único fator deve ser superior a 50% (Reis, 2008). Este critério, bem como o relativo aos *loadings* (apresentado de seguida) é válido também para a primeira identificação de fatores realizada, embora nesse caso seja relativo aos vários fatores e itens que os compõem.

O processo utilizado para provar a unidimensionalidade foi, tal como na primeira identificação dos fatores, a Análise em Componentes Principais (ACP).

Após a extração, os fatores retidos foram sujeitos a um processo de rotação, do tipo *varimax*, para tornar a solução fatorial mais interpretável. Pretendeu-se, assim, obter uma estrutura fatorial simples, alcançada quando cada variável tem, preferencialmente, uma única carga alta num único fator. Desta forma, prova-se a unidimensionalidade das escalas.

De forma a comprovar a unidimensionalidade teve-se em conta os seguintes critérios:

1. A covariância existente entre o fator e o item, carga fatorial (*factor loading*): este valor varia entre -1.00 e +1.00, sendo que um valor de 0 indica a total ausência de covariância entre a variável e o fator. Neste estudo foram considerados como válidos, valores acima de .45 (Comrey e Lee, 1992);
2. Os fatores medidos devem ter adstrita uma percentagem mínima de 50% da variância total das variáveis em análise (Streiner, 1994);
3. O teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) é útil para conhecer a proporção da variância dos dados que pode ser considerada comum a todas as variáveis e para tal foi considerado um valor mínimo de .60 (Maroco, 2003; Sharma, 1996);
4. O teste de esfericidade de Bartlett (BTS), que testa se a matriz de correlação dos dados é uma matriz identidade, sinónimo de ausência de correlação entre as variáveis. Este teste rejeita a hipótese nula, de inexistência de correlação, se $p < 0.05$ (Snedecor e Cochran, 1989).

Após a criação dos fatores, tendo em conta a média dos itens que os compunham, foi calculada uma matriz de correlação dos mesmos, recorrendo à estatística de Pearson. Esta teve como objetivo a identificação de relações entre os fatores calculados.

As análises comparativas foram, de seguida, realizadas com base nas estatísticas T-Teste e ANOVA – 1 fator, úteis para comparar dois grupos independentes e mais de dois grupos independentes, respetivamente. Para todas as comparações significativas (ANOVA) foram efetuados testes de comparações múltiplas, recorrendo ao método de Tukey, *Honest Significant Difference* (HSD). A margem de erro das análises inferenciais foi mantida em 5%.

Discussão

Devido à pertinência da participação dos militares em operações de paz, e dado que se trata de uma problemática relativamente pouco investigada, foi nossa opção aferir as percepções que os militares portugueses têm sobre o conflito do Kosovo e também o papel que estes desempenham no território. Para tal, organizamos a discussão dos resultados em função das principais dimensões avaliadas no nosso estudo, que iremos confrontar com as hipóteses previamente levantadas.

Relativamente à primeira hipótese, “A categoria profissional influencia as suas percepções do conflito no Kosovo.”, constatamos que a categoria profissional apenas tem um efeito significativo, nos fatores B, F, H, I e K.

Quando observamos os dados referentes ao fator B constatamos que as percepções dos militares quanto às motivações do conflito estão relacionadas com poderes étnicos. Além do mais, os militares referem que o conflito é resultante da intolerância étnica, cultural e religiosa.

Estes resultados evidenciam o pensamento de diferentes autores, nomeadamente, Caplan (1998), Daalder e O’Hanlon, (2000) e de Blair (1999). Segundo o último, este conflito não foi uma luta por território, mas sim por valores, onde a repressão brutal de grupos étnicos não seria mais tolerada.

Os resultados indicam um efeito significativo da categoria profissional ligado às motivações do conflito, o que sugere que os Praças tendem a valorizar mais a diferença étnica como motivo de conflito, em relação às duas outras categorias profissionais - Oficiais e Sargentos.

Decorrente da questão sobre os aspetos que podem contribuir para solidificar a paz no Kosovo, os resultados do fator F demonstram que os militares sentem que é necessário intervir ao nível da educação cívica em todos os domínios da sociedade; e criar hábitos de paz na população. Estes dados corroboram os estudos realizados nos últimos anos sobre a reconstrução de pós-conflito, por autores como Chesterman (2004, p.339), segundo o qual

“as operações de construção do Estado combinam uma mistura incomum de idealismo e realismo: o projeto idealista é que um povo pode ser salvo de si próprio através da educação, incentivos económicos e espaço para desenvolver instituições políticas maduras; a base realista para esse projeto é em última análise a ocupação militar”.

Os resultados mostram que o efeito da categoria profissional é estatisticamente significativo entre Praças e Sargentos, com resultados superiores nos primeiros.

Relativamente às percepções dos militares sobre a manutenção de paz após a retirada da Força Multinacional, constatamos que os resultados do fator H revelam que os militares acreditam que surgirão de novo conflitos, referindo que os conflitos serão inevitáveis e, a existir paz, esta acontecerá a médio e longo prazo.

Também um estudo realizado por Milojević (s/d), que tinha como objetivo analisar o futuro do Kosovo e da Sérvia através de possíveis cenários e teorias da paz, de modo a articular um futuro diferente para a região, concluiu que a atual trajetória promete dificuldades para todas as partes, especialmente a médio e longo prazo.

Podemos, pois, concluir que os resultados evidenciam que o efeito da categoria profissional é estatisticamente significativo, entre Praças e os restantes grupos – Oficiais e Sargentos.

Verificamos ainda que os resultados mostram que a categoria profissional tem um efeito estatisticamente significativo, sobre o fator I, que está relacionado com o auxílio internacional. Os militares creem que uma forma viável de manter a paz é o apoio económico por parte da comunidade internacional do país ou a adesão do Kosovo à UE.

Sobre esta questão, Gomes (2004, p. 168) acrescenta mais três dimensões no processo de manutenção de paz, após a retirada da Força Multinacional: a incerteza do processo de reconhecimento internacional, a capacidade governativa do próprio Estado e a falta de coesão nacional entre a população, ou seja “Podemos assim afirmar que a democratização do Kosovo está intrinsecamente ligada a considerações internacionais no que diz respeito não só ao estatuto e ao desenvolvimento político do Estado, como também à estabilidade na região”.

Relativamente ao fator K, ligado a questões de segurança e manutenção da paz, os resultados indicam que a categoria profissional tem um efeito significativo sobre a importância atribuída à satisfação de algumas dessas necessidades.

Estes dados estão em consonância com outros estudos, nomeadamente, Cook (citado por Steele, 2000, p. 173) refere que após o conflito terminar, ficou claro que a reconstrução económica internacional era tão necessária como a manutenção da paz. Chega mesmo a definir o Kosovo como “uma província pobre (...) violada pelo conflito”. Após quinze anos de “paz” é fundamental que os cidadãos sintam que as estruturas centrais do Estado são fortes e que as instituições locais e internacionais hajam de acordo com as prioridades dos cidadãos, fazendo respeitar as regras e normas definidas pelo governo central, isto porque, “as estruturas institucionais do governo e da administração têm sido incapazes de estender a sua autoridade a todo o território e em assegurar que todos os membros da população sejam tratados de forma igual e tenham igual acesso ao sistema político e legal instituído” (Gomes, 2011, p. 162).

Uma vez mais, foram os Praças a terem resultados significativamente superiores às restantes categorias profissionais.

Estes resultados confirmam parcialmente a nossa primeira hipótese, uma vez que, a categoria profissional dos militares influencia as suas perceções do conflito no Kosovo.

Quanto à segunda hipótese teórica, “O vínculo contratual influencia as suas perceções do conflito no Kosovo”, constatamos que o vínculo contratual tem um efeito significativo, embora não na totalidade.

Os resultados mostram que esta variável tem um efeito estatisticamente significativo, relativamente aos fatores A, B, E, F, H, I, J e K, visto que os militares em Regime de Contrato obtiveram resultados mais elevados.

Os resultados indicam um efeito significativo do vínculo contratual dos militares, relativamente ao fator A, que está associado aos constrangimentos do conflito e sugere que os militares em RC tendem a considerar a intervenção da OTAN de forma mais negativa, do que os militares QP. Estes dados são semelhantes ao pensamento de outros autores, como Mário Soares, Freitas do Amaral e Meyer (1999, p.162) que a classifica como uma resposta a um designo perigoso “à imposição pela força de um Novo Modelo de Segurança baseado na capacidade de agressão de uns Estados contra outros e ao atropelamento da Carta da ONU”, ou seja, “mostrar ao Mundo quem é que verdadeiramente manda”. Goodman (2004) partilha da mesma ideia e acrescenta que foi uma intervenção unilateral com recurso à força, ignorando as normas internacionais.

Contudo, os inquiridos do QP tendem a ver a intervenção da OTAN de forma mais positiva, necessária e legítima, tal como Vaclav Havel (citado por Falk, 1999, p. 848) descreve o conflito do Kosovo como “a primeira guerra que não foi travada em nome de «interesses nacionais», mas sim em nome de princípios e valores”.

A intervenção da OTAN, no Kosovo, foi um marco importante na história da intervenção humanitária, já que foi a primeira vez que uma operação militar em larga escala contra um Estado soberano funcionante ganhou um grau significativo de apoio internacional especificamente como uma guerra humanitária, muito embora a intervenção não tenha sido autorizada, nem oficialmente aprovada, pelo CSNU, quando a Rússia e a China introduziram uma resolução condenando os bombardeamentos, resolução essa que foi derrotada por 12 votos contra 3.

Ainda nesta linha de pensamento, Gaspar (2011, p. 38) acrescenta “Numa linha de mudança, a Guerra do Kosovo foi a primeira guerra preventiva das democracias contra um regime autoritário e a demonstração de que era impossível conduzir uma guerra no quadro da OTAN”.

Relativamente ao fator B, os resultados provam, uma vez mais, que o efeito do vínculo contratual é significativo estatisticamente, o que revela que os militares em RC sustentam que a diferença étnica é um dos principais motivos de conflito, em relação aos militares do QP.

Resultados análogos são apresentados por outros investigadores. Segundo Hobbes (1983) indivíduos e grupos consideram-se uns aos outros uma ameaça à sua existência e aos seus interesses, tornando-se a eliminação dessa ameaça uma prioridade. Outros autores verificam uma associação positiva entre etnia e conflito (Horowitz, 1998, p.4)

“Em alguns Estados, o conflito étnico desencadeia conflitos com outras clivagens; em outros, ele coexiste com outros tipos de conflitos (...) Em alguns Estados, as atitudes interétnicas surgem como inerentemente hostis; em outros passaram por mudanças, benignas ou malignas. Em alguns Estados, conflitos aparentemente sob controlo tornaram-se incontroláveis”.

Já Kaldor (2001, p. 98) ressalva que em determinados conflitos étnicos, pode-se, eventualmente, chegar a uma situação extrema em que o grupo dominante julga que "todos os demais devem ser eliminados".

Constatamos, ainda, que os resultados mostram que o vínculo profissional tem um efeito estatisticamente significativo, quer sobre o fator E, quer sobre o fator F, o que indica que os militares em RC pensam que será necessária a permanência de forças de segurança internacionais no território,

“O processo de democratização no Kosovo enfrenta desafios em termos de governo efectivo na totalidade do território e de capacidade em assegurar adequada protecção dos direitos e segurança de todos os seus cidadãos, independentemente da etnia a que pertençam” (Gomes, 2011, p. 166),

bem como intervir ao nível da educação cívica a todos os níveis da sociedade e criar hábitos de paz na população, de modo a evitar conflitos no futuro. A este propósito, Pinto (2012, p. 70) refere que num dos campos em que Portugal está a desempenhar um aspeto essencial nas operações de paz “é nas questões relacionadas com os direitos humanos, protecção de civis e o papel das mulheres nos processos de paz e reconciliação nacionais. Esta preocupação é já reconhecida como marcadamente portuguesa”.

Os resultados mostram que o efeito do vínculo profissional é estatisticamente significativo entre militares em RC e de QP, com resultados superiores nos primeiros.

Resultante da experiência dos militares no terreno, relacionada com a questão da paz após a retirada da Força Multinacional, os resultados mostram que o efeito do vínculo contratual é significativo apenas no fator H e no fator I.

Os resultados do fator H revelam que os militares consideram que os conflitos serão inevitáveis após a retirada da Força Multinacional e que a existência de paz será a médio e longo prazo. Estes resultados são consistentes com o estudo de Milojević (s/d), assim como com o pensamento de Manning (2003, citado por Gomes, 2011, p. 162) ao referir que a “democracia (e por sua vez, a paz) é ameaçada quando as estruturas centrais do Estado são fracas ou quando as instituições locais e os actores agem de acordo com as prioridades locais ou não respeitam as regras e normas definidas pelo governo central”. Ora, o Kosovo tem problemas a diferentes níveis e, conseqüentemente, revela-se incapaz de “(...) estender a sua autoridade a todo o território e em assegurar que todos os membros da população sejam tratados de forma igual e tenham igual acesso ao sistema político e legal instituído” (Gomes, 2011, p. 162).

Ainda referente à paz após a retirada da Força Multinacional, os resultados do fator I provam, uma vez mais, que o efeito do vínculo contratual é significativo estatisticamente, o que revela que os militares em RC acreditam que uma forma possível da região permanecer em paz é ser auxiliada economicamente pelo exterior ou o Kosovo aderir à UE.

Na perspectiva de Gomes (2011, p. 153) “O processo de transição para a democracia e economia de mercado é difícil e complicado”, sendo que, para o Kosovo “(...) que ambiciona aderir à União Europeia, a situação é ainda mais difícil dada a situação política, económica e social que o caracteriza”.

Outro problema apontado por Freedom (2012) prende-se com a corrupção das instituições e pessoas ao mais alto nível. De acordo com um Relatório da Comissão Europeia, realizado em Outubro de 2011 (citado por Freedom, 2012), o Kosovo foi classificado em 112º lugar dos 183 países inquiridos pelo Índice da Percepção da Corrupção de 2011, da *Transparency International*. Assim, “a ausência de Estado de direito e o ineficiente sistema judicial, sujeito a interferências políticas, juntamente com o crime organizado e a corrupção são algumas das características apontadas pela Comissão, como sendo as mais difíceis de resolver” (Gomes, 2011, p. 163).

Além disso e segundo Martti Ahtisaari (2007), vencedor do Prémio Nobel da Paz, enviado especial da ONU ao território, a situação económica debilitada no Kosovo é definitivamente uma fonte de instabilidade social e política. Também o Relatório sobre o futuro do Kosovo e o papel da UE (2006, p.5) reitera a importância de garantir “a estabilidade e a proteção de todas as comunidades no Kosovo, bem como um

desenvolvimento económico e social de longo prazo e autossustentado; apoia a proposta global de Martti Ahtisaari para uma solução do estatuto do Kosovo”.

Os resultados mostram que o efeito do vínculo profissional é estatisticamente significativo, tanto no fator H, como no fator I, o que indica que os militares em RC sentem-se menos confiantes na manutenção de paz, após a retirada da Força Multinacional.

Relativamente à importância da satisfação de algumas necessidades da população kosovar, por parte do contingente português, os resultados apurados indicam que o efeito do vínculo contratual é significativo no fator J - que está ligado à educação e infraestruturas - e no fator K – que se relaciona com a segurança e manutenção da paz -, sendo estes fatores mais enfatizados pelos militares em RC.

À semelhança do que tem sido descrito na literatura, Portugal tem assumido um papel inovador em termos de segurança e, simultaneamente, no cumprimento dos direitos humanos e de outras áreas transversais, ou seja, tem “um objetivo político, já que sua ação baseia-se na reconstrução, democratização e desenvolvimento” (Oliveira, 2001, p. 28).

Segundo Duarte (2008, p. 135), “Portugal tem sido um *demandeur* da intervenção das Nações Unidas no tocante a operações de paz, mediação de conflitos, estabilização política e reconstrução económica e das instituições”. Apresentando-se “como um «produtor» e não apenas como mero «consumidor» de segurança internacional” (Pinto, 2012, p. 75).

Estes resultados confirmam parcialmente a nossa segunda hipótese, uma vez que a categoria profissional dos militares influencia as suas perceções do conflito no Kosovo.

A hipótese “O vínculo contratual influencia as suas perceções do conflito no Kosovo” apenas se comprova, parcialmente.

Por fim, com o objetivo de aferir se o número de missões efetuadas influencia as perceções dos militares sobre o conflito no Kosovo, verificamos que o número de missões efetuadas tem um efeito significativo apenas no fator J, que está ligado à educação e infraestruturas e no fator K, que está relacionado com a segurança e manutenção da paz.

Estes resultados são semelhantes ao pensamento de outros autores. Por exemplo, Bowen (1990) considera que integrar uma operação de paz exige do militar um alto nível de compromisso, dedicação e sacrifício, para cumprir a missão a que se propôs. Também Ward (1997) refere a capacidade de testemunhar as atrocidades cometidas e, simultaneamente, cumprir com a carga de trabalho. Já Bell e Schumm

(1999) fazem referência aos sacrifícios pessoais (separação e isolamento do cônjuge e filhos e da restante família) a que os militares estão sujeitos, bem como à separação de amigos e meio envolvente. Todos estes fatores levam a que esta profissão seja uma atividade caracterizada pelo stress (Britt, Adler, & Bartone, 2011).

Para Fernandes (2009, p. 154, 155) “É necessário perceber que estar em zonas de conflito implica um esforço pessoal e profissional adicional pelas características anómalas da situação, ao mesmo tempo que exige a manutenção de um nível de profissionalismo muito mais elevado: compreender a situação de quem está no terreno, das suas circunstâncias, das suas vivências e, acima de tudo, ser capaz de respeitar a conjuntura do que o rodeia. Ser, também, capaz de perceber que este trabalho, ainda que pontuado pela solidão, exige cada vez mais o relacionamento com os colegas de profissão (tanto os que estão no local, com os que estão em Portugal), com as populações e com os militares – numa lógica de respeito e entendimento mútuo que é necessário cultivar”.

Estes resultados confirmam parcialmente a nossa terceira hipótese, uma vez que o número de missões efetuadas não influencia os fatores A, B, C, D, E, F, G, H, I mas influi quanto ao fator J - que está ligado à educação e infraestruturas - e ao fator K – que se relaciona com a segurança e manutenção da paz.

De acordo com o exposto e de forma sucinta recordamos que as variáveis categoria profissional, vínculo contratual e número de missões efetuadas tornaram-se preponderantes em alguns dos resultados obtidos.

Em relação à categoria profissional foram os Praças que obtiveram pontuações mais elevadas, comparativamente aos Oficiais e Sargentos.

Verificamos que são os Praças que mais consideram que:

- As motivações do conflito estão relacionadas com poderes étnicos. Os nossos resultados consolidam a literatura nesta área, Caplan (1998), Daalder e O’Hanlon, (2000), entre outros.
- Constatamos também que os militares sentem que será necessário intervir ao nível da educação cívica de modo a criar hábitos de paz na população, caso contrário, após a retirada da Força Multinacional, os militares acreditam que surgirão novos conflitos.
- Uma outra forma viável de manter a paz é a comunidade internacional apoiar economicamente o país ou o Kosovo aderir à UE (Gomes, 2004).
- Já quanto ao papel desempenhado pelos militares portugueses no território, verificamos uma vez mais que são os Praças que mais valorizam as questões

da segurança e manutenção da paz, comparativamente aos Oficiais e Sargentos.

Quanto ao vínculo contratual foi encontrada uma correlação positivamente significativa. Os militares em RC consideram que:

- A intervenção da OTAN no Kosovo ocorreu de forma unilateral com recurso à força, ignorando as normas internacionais;
- Os diferentes poderes étnicos, culturais e religiosos são as principais motivações de conflito;
- Para solidificar a paz no Kosovo será necessária a permanência de forças de segurança internacionais no território e, simultaneamente, educar a população para a cidadania, nomeadamente para a paz. Do mesmo modo a OCDE (1989, p. 13) defende que atualmente a educação deve ser constantemente influenciada e ajustada à evolução cultural, económica e social de cada povo de modo a mudar a sociedade.
- Os conflitos serão inevitáveis após a retirada da Força Multinacional e, a ocorrer, a paz será a médio e longo prazo. Uma via possível da região permanecer em paz será ser auxiliada economicamente pelo exterior ou o Kosovo aderir à UE.
- Relativamente ao papel desempenhado pelos militares portugueses no território, verificamos que continuam a ser os militares em RC os que mais valorizam o apoio relativo à educação e infraestruturas, bem como a importância da segurança da população e manutenção da paz.

Finalmente foi encontrada correlação positiva significativa entre:

- O número de missões e o papel desempenhado pelos militares portugueses no território, ou seja, os militares que realizaram apenas uma missão apresentam uma pontuação mais elevada relativamente ao auxílio dado à educação e infraestruturas, comparativamente com os militares que realizaram duas, três ou mais missões. Já em relação à importância da segurança da população e manutenção da paz continuam a ser os militares com apenas uma missão os que obtiveram resultados superiores.

Face ao exposto, consideramos que foi possível cumprir os objetivos a que nos propusemos, porém, reconhecemos a existência de certas limitações, nomeadamente a constituição da amostra. Nós estudámos uma amostra conveniente de militares apenas do sexo masculino, todos portugueses que cumprem ou cumpriram missão em território Kosovar. Como resultado, os nossos dados devem ser generalizadas com

cuidado e necessitam de ser confirmados com militares de outros países da Europa ou outras culturas.

Pesquisas futuras poderiam aprofundar algumas questões não estudadas no trabalho que aqui se dá conta. Por exemplo, analisar as atitudes dos militares portugueses e estrangeiros face ao conflito do Kosovo, assim como aferir as perceções dos militares do sexo masculino e feminino.

Apesar das limitações que o trabalho possa apresentar, esperamos ter contribuído para estimular a investigação futura sobre o domínio em análise, sobretudo no contexto português onde se verifica grande escassez de estudos nesta matéria.

Bibliografia

- Aron, R. (2002). *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora UnB.
- Bell, B., & Schumm, W. R. (1999). Family adaptation to d deployments. In P. McClure (Ed.) *Pathways to the Future: A review of militar family research* (pp. 109-131). Scranton, Pennsylvania: Ma rywood Coll Scranton PA Military Family Institute.
- Bernardino, L. (2008). A Prevenção e a Resolução de Conflitos. Contributos para uma sistematização...*Revista Militar*, 2483, 1525-1548.
- Bernardino, L. (2014). La conflictividad en África subsahariana y la gestión estratégica de los conflictos regionales. *Documento de Opinión – Instituto Español de Estudios Estratégicos*, 1-17. Disponível na Internet: <URL: http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2014/DIEEEO20-2014_ConflictividadAfrica_L.Bernardino.pdf. [Consult. 12 de AGO. 2014].
- Blair, T. (1999). A New Generation Draws the Line, *Newsweek*, 19 April. Disponível na Internet: <URL:<http://newimperialism.wordpress.com/2010/03/01/speech-tony-blair-a-new-generation-draws-the-line/>. [Consult. 10 de SET. 2014].
- Bouthoul, G. (1966). *O fenómeno guerra*. Lisboa: Ed. Estúdios Cor.
- Boutros-Ghali, B. (2001). Agenda for peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping. *Nação e Defesa*, 97, 254-271.
- Bowen, G. L. (1990). *The family adaptation model: a life course perspective*. Alexandria, VA: U. S. Army Research Institute for the Behavioral and Social Sciences.
- Branco, C. (2003). As Nações Unidas e as Operações de Paz: uma Perspetiva Organizacional. *Nação e Defesa*, 104, 99-147.
- Branco, C. (2004). A ONU e o processo de resolução de conflitos: potencialidades e limitações. Disponível na Internet: <URL: http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_rri/artigo_rri.php?ida=48; [Consult. 14 de JUL. de 2013].
- Branco, L. (2003). As missões da ONU na África Austral: Sucessos e Fracassos. *Nação e Defesa*, 105, 81-101.
- Britt, T. W., Adler, A. B., & Bartone, P. T. (2001). Deriving benefits from stressful events: The role of engagement in meaningful work and hardiness. *Journal of Occupational Health Psychology*, 6, 53-63.
- Bullock, R., Little, M., & Milham, S. (1992). The relationships between quantitative and qualitative approaches in social policy research. In J. Brannen (Eds.), *Mixing methods: Qualitative and quantitative research* (pp. 81-99). Aldershot: Avebury.
- Byrne, B. (1996). *Gender, Conflict and Development*. Brighton: Bridge Institute of Development Studies.

- Caplan, R. (1998). International Diplomacy and the Crisis in Kosovo. *International Affairs*, 74, 745-761.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chesterman, S. (2004). *You, The People : The United Nations, Transitional Administration, and State - Building*. Oxford: Oxford University Press.
- Churchill, G. A. (1979). A paradigm for developing better measures of marketing constructs. *Journal of Marketing Research*. 16, 64-73.
- Coelho, T. (2003). O Direito Internacional e a ingerência humanitária: o poder/dever da intervenção armada. *Nação e Defesa*, 105, 103-119.
- Comrey, A. L., & Lee, H. B. (1992). *A First Course in Factor Analysis* (2nd ed.), Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Cook, T., & Reichardt, C. (1997). *Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa*. Madrid: Morata.
- Daalder, I., & Michael, O'Hanlon. (2000). *Winning Ugly: NATO's War to Save Kosovo*. Washington DC: Brookings Institute Press.
- Delgado, J., & Gutiérrez, J. (1995). - *Como inquirir? As entrevistas in Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Porto: Gradiva.
- Deyra, M. (2001). *Direito Internacional Humanitário*. Lisboa: Procuradoria-Geral da República - Gabinete de Documentação e Direito Comparado.
- Díez, N. (1999). *Identidad nacional y cultura de defensa*. Madrid: Síntesis.
- Duarte, F. (2008). Portugal e as missões de paz no estrangeiro – algumas notas de reflexão. *Negócios Estrangeiros*, 13, Outubro.
- Everitt, B.S. (2002). *The Cambridge Dictionary of Statistics*, CUP.
- Falk, R. (1999). Kosovo, World Order, and the Future of International Law. *American Journal of International Law*, 4, 847-857.
- Fernandes, A. (2011). *Conflitos e paz mundial: a importância da ONU*. Lisboa: Quid Juris? Sociedade Editorial.
- Fernandes, D. (2001). Notas sobre os paradigmas de investigação em Educação. Disponível na Internet: <URL: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi2/Fernandes.pdf>. [Consult. 20 de NOV. 2013].
- Fernandes, I. (2009). *Dois olhares sobre o jornalismo em áreas de conflito armado: o jornalístico e o militar Kosovo – 1999/2001*. Tese de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Field, A., (2005). *Discovering Statistics Using SPSS*. London: Sage.

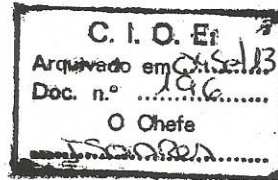
- Fisas, V. (2004). *Procesos de paz y negociación en conflictos armados*. Barcelona: Paidós.
- Flambó, A. & Ramos, P. (s/d). Soft Power. Proelium. *Revista Científica da Academia Militar*, 1, 49-70.
- Fonseca, J. (2008). *Os Métodos Quantitativos na Sociologia: Dificuldades de Uma Metodologia de Investigação*. Comunicação oral apresentada no VI Congresso Português de Sociologia, 25 a 28 de Junho, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.
- Fontes, J. (2007). O Direito de Ingerência e as Visões Agostiniana, Tomista e Moriana da Intervenção Justa: Uma Nova Abordagem Politológica. *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, 34, 1-20.
- Fontes, J. (2013). *O Direito ao Quotidiano Estável: Uma questão de direitos humanos*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Freedom House. (2012). Freedom in the World 2012, Kosovo [Serbia]. Disponível na Internet: <URL:<http://freedomhouse.org/report/freedom-world/2012/kosovo#.VBS3Rbiu4s>. [Consult. 15 de AGO. 2014].
- Freire, M. & Lopes, P. (s/d). A segurança internacional e a institucionalização da manutenção da paz no âmbito da ONU: riscos e expectativas. *CES*, 6-23. Disponível na Internet: <URL:http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/428_Freire_Lopes_versao_publicada.pdf. [Consult. 22 de JUL. 2013]
- Garcia, Francisco P. (2004). O fenómeno da Guerra no novo século – uma perspectiva. *Negócios Estrangeiros*, 7, 104 -121.
- Garcia, Francisco P. (2005). A transformação dos conflitos armados e as forças da Revolução nos Assuntos Militares. *Revista Militar*, 2446, 1-8. Disponível na Internet:<URL:http://www.revistamilitar.pt/art_texto_pdf.php?art_id=25. [Consult. 12 de AGO. 2014].
- Gaspar, C. (2011). O Futuro da Comunidade de Segurança Transatlântica. *Cadernos do IDN*, III, 5. Disponível na Internet: <URL:http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncadernos_5.pdf. [Consult. 14 de AGO. 2014].
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O inquérito. Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2000). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gil, A. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Gomes, T. (2011). Kosovo: os desafios à democratização. *Relações Internacionais*, 32, 153-170. Disponível na Internet: <URL:

- http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000400008&script=sci_arttext. [Consult. 10 de SET. 2014].
- Goodman, R. (2004). Humanitarian intervention and pretexts for war. Disponível na Internet: <URL:http://repositories.cdlib.org/berkeley_ilw/fall2004/2. [Consult. 14 de AGO. 2014].
- Guillaume-Hofnung, M. (2007). *La mediation, Que sais-je?*. Paris: PUF.
- Hitler, A. (1987). *A minha luta: mein kampf*. Lisboa: Pensamento.
- Hobbes, T. (1983). *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural.
- Horowitz, D. (1998). Structure and Strategy in Ethnic Conflict. Disponível na Internet: <URL:<http://www.worldbank.org/html/rad/abcde/horowitz.pdf>. [Consult. 15 de AGO. 2014].
- Kaldor, M. (2001). *New and old wars: organized violence in a global era*. Stanford: Stanford University Press.
- Loureiro dos Santos, J. (2012). *Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: Ensaio da Fundação.
- Ludke, M., & André, M. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda.
- Maalouf, A. (2002). *As Identidades Assassinas*. Algés: Difel Difusão Editorial S.A.
- Maroco, J. (2003). *Análise estatística - com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Martti, A. (2007). Report of the Special Envoy of the Secretary-General on Kosovo's future status. Nações Unidas. Disponível na Internet: <URL: <http://www.unosek.org/docref/report-english.pdf>. [Consult. 15 de AGO. 2014].
- McDaniel, C., & Gates, R. (2003). *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Thomson.
- Meyer, W. (1999). La nueva OTAN y la Cumbre de Washinton: *Intimidando y dominando*. *El Viejo Topo*, 132, 7-16.
- Milojević, I. (s/d). Making Peace: Kosovo/a and Serbia: conflict resolution scenarios. Disponível na Internet: <URL: <http://www.metafuture.org/articlesbycolleagues/IvanaMilojevic/peaceserbiakosovo.htm#author>. [Consult. 15 de AGO. 2014].
- Monteiro, A. (2000). As Nações Unidas e a Prevenção de Conflitos. *Nação e Defesa*, 95/96, 55-67.
- Moore, C. (1998). *O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos*. Porto Alegre: ARTMED.
- Moreira, A. (2011). A segurança do ocidente. *Boletim Ensino/Investigação*, 11, 105-112.
- Moreira, A. (2013). *Memórias do Outono Ocidental um Século sem Bússola*. Coimbra: Almedina.

- Neto, F. (1986). *A migração portuguesa vivida e representada – Contribuição para o estudo dos projectos migratórios*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Centro de estudos.
- Neto, F. (1993). *Psicologia da migração portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Nogueira, J. (2000). A Guerra do Kosovo e a Desintegração da Jugoslávia: Notas sobre a (re)construção do Estado no fim do milénio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 44, 143-160. Disponível na Internet: <URL: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4152.pdf>. [Consult. 15 de AGO. 2013].
- NU. (2012). Directrices de las Naciones Unidas para una mediación eficaz. Nova Iorque: Nações Unidas. Disponível na Internet: <URL: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/66/811&referer=/english/&Lang=S. [Consult. 16 de AGO. 2014].
- Nunnally, J. (1978). *Psychometric theory*. New York: McGraw-Hill.
- Nye Jr., J. (2011). *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história*. Lisboa: Gradiva.
- Oliveira, A. (2011). *Resolução de conflitos. O papel do instrumento militar no atual contexto estratégico. O exemplo do Kosovo*. Lisboa: Esfera do Caos Editores.
- ONU – Carta das Nações Unidas. Lisboa: Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal. 1945, actual. 24 de Setembro de 1973. Disponível na Internet: <URL:http://www.observatoriodha.com/uploads/5/6/8/7/5687387/carta_das_nacoes_unidas.pdf. [Consult. 03 de SET. 2014]
- Parlamento Europeu. (2006). Relatório sobre o futuro do Kosovo e o papel da UE. Disponível na Internet: <URL: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=REPORT&reference=A6-2007-0067&language=PT>. [Consult. 14 de AGO. 2014].
- Pereira, Carlos S. (2011-2012). Balcãs: conflitos adormecidos mantêm Europa em alerta. *Janusonline*. Disponível na Internet: <URL: http://janusonline.pt/popups2011_2012/2011_2012_2_9.pdf. [Consult. 19 de SET. 2014].
- Peres, S. (2004). *Tempo para a Guerra. Tempo para a Paz*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pinto, Maria (2012). Portugal: A Participação em Missões de Paz como Factor de Credibilização Externa. *Observare*, 3, 66-78.
- Pureza, J., & Moura, T. (2004). O regresso da paz negativa?. *Revista de História e das Ideias*, 25, 157-168.

- Pureza, J., Simões, M., José, A., & Marcelino, C. (2007). As Novas Operações de Paz das Nações Unidas: Os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique. *Oficinas do CES*, 290, 37.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reis, B. (2003). Como se faz um Estado com a ajuda de estranhos? Intervenções externas e construção de Estados nos Balcãs do século XIX. *Nação e defesa*, 105, 45-80.
- Reis, E. (2008). *Estatística descritiva*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Richard A. (1999). Kosovo, World Order, and the Future of International Law. *The American Journal of International Law: Editorial Comments: NATO's Kosovo Intervention*. (849). Washington: American Society of International Law.
- Rodrigues, A. (1999). *Metodologias de análise de necessidades de formação na formação contínua de professores-contributos para o seu estudo*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa.
- Rojas, R. (2001). El Cuestionario. Disponível na Internet: <URL: <http://www.nodo50.org/sindpitagoras/Likert.htm>. [Consult. 12 de DEZ. 2013].
- Scott, P. (2003). *Drugs, Oil and War: The United States in Afghanistan, Columbia, and Indochina*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, INC.
- Sharma, S. (1996). *Applied Multivariate Techniques*. New York: Wiley & Sons.
- Sharp, J. (2000). Examination of Witnesses. FAC Report op. cit.: Minutes of Evidence and Appendices. Vol I.
- Silva, S. (2012). *Introdução às relações internacionais*. Lisboa: Escolar Editora.
- Simon C. (2004). Transitional Administration, State-Building and the United Nations. In S. Chesterman, M. Ignatieff & R. Thakur (Eds.), *Making States Work: State Failure and the Crisis of Governance* (339-359). Tokyo: United Nations University Press.
- Snedecor, G. W., & Cochran, W. G. (1989). *Statistical Methods*. Iowa: Iowa State University Press.
- Streiner, D.L. (1994). Figuring out factors: The use and misuse of factor analysis. *Can J Psychiatry*, 39, 135-140.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2007). *Using multivariate statistics*. Boston: Pearson/Allyn & Bacon.
- Turner, B. (2002). *Teoria Social*. Algés: DIFEL.

- Vale, I. (2000). *Didática da Matemática e Formação Inicial de Professores num Contexto de Resolução de Problemas e de Materiais Manipuláveis*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Vasconcelos, C. (2008). *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. S. Paulo: Editora Método.
- Waller, M., Treloar, S. A., Sim, M. R., McFarlane, A. C., McGuire, A. C. L., Bleier, J., & Dobson, A. J. (2012). Traumatic events, other operational stressors and physical and mental health reported by Australian Defence Force personnel following peacekeeping and war - like deployments. *BioMed Psychiatry*, 12, 1-11.



2066
17OUT12

SEL PESS



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
GABINETE DO CEME

Para: Exmo. Senhor
Tenente-General Ajudante-General do Exército

C/C: CFT
CTOE

Nossa Referência

Nº: RepAssGer-2012-010983

Proc.: 10.960.2618.40, 16 de Outubro de 2012

Assunto: AUTORIZAÇÃO PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Refª (s): Nota nº 51093, de 08Out12, da RPM/DARH/ComdPessoal.

Relativamente ao assunto em epígrafe encarrega-me Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército de comunicar que o documento em referência mereceu o seguinte Despacho:

*"Autorizo nos termos
em que é solicitado o pedido.*

*Rubrica.
15/10/12."*

Com os melhores cumprimentos

*Deu conhecimento
ao SAJ Cruz*

*[Signature]
Ten
1700412*

Assinatura (Signature):

O Chefe do Gabinete

X

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Frederico José Rovisco Duarte
MGen

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

REQUERIMENTO

Assunto: Autorização para a realização de um trabalho de dissertação de Mestrado.

08096686, Sargento Ajudante de Infantaria, JOSÉ ANTÓNIO DUARTE REBELO DA CRUZ, a prestar serviço na Secção de Formação do Centro de Tropas de Operações Especiais da Brigada de Reação Rápida, matriculado no 2.º ano do Mestrado em Estudos Sobre a Europa, na Universidade Aberta vem requerer a V. Ex.ª autorização para a realização de um trabalho de dissertação no âmbito do referido curso, subordinado ao tema "O processo de paz no Kosovo: percepções dos militares do Exército Português no Teatro de Operações", com a orientação do Professor Doutor da Universidade Aberta e da Academia Militar José Fontes.

Pretende-se desenvolver o trabalho no Centro de Tropas de Operações Especiais, Regimento de Infantaria n.º 13 de Vila Real e no Regimento de Infantaria 14 de Viseu.

O trabalho de dissertação irá decorrer no período de Outubro de 2012 a Outubro de 2013, como apresento no projecto de dissertação que envio, em anexo.

Sob compromisso de honra, o 08096686, SAJ INF José António Duarte Rebelo da Cruz garante a confidencialidade de dados e o anonimato de todos os intervenientes, caso assim seja solicitado, zelando sempre pelo bom nome da Instituição.

Pede deferimento

Porto, 25 de Setembro de 2012

O Mestrando

José António Duarte Rebelo da Cruz
SAJ INF

José António Duarte Rebelo da Cruz

SAJ INF

cruzopespeciais@hotmail.com

Telem: 969888805

C. T. O. E.
Secção de Pessoal
Entrada N.º <u>336</u>
Data <u>25SET12</u>
Processo <u>10.960.2</u>

Motivo para participar em missões de apoio à paz	A presença dos militares no Kosovo promove o sucesso das relações de convivência entre as diferentes etnias	Percepções sobre o conflito do Kosovo	Aspetos que podem contribuir para solidificar a paz no Kosovo
<ul style="list-style-type: none"> - A experiência pessoal. - A realização pessoal e profissional. - Poder servir o país. - O desafio profissional. - Partilhar novas experiências. - A compensação financeira é muito importante. - Convivência com outras culturas. - O enriquecimento pessoal. - Novos desafios. - O contato com forças militares de outros países. 	<ul style="list-style-type: none"> - Muito. - Bastante. - Pouco. - Nada. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Kosovo nunca deveria ter sido separado da Sérvia. - A população de origem sérvia é Subjugada pela de origem albanesa. - Nota-se que é uma guerra de interesses entre diferentes poderes, nomeadamente os americanos. - É um conflito resultante da intolerância étnica, cultural e religiosa. - Conflito entre poderes étnicos. - O conflito só será resolvido com a aposta na educação. - A população começa a ficar saturada com a presença dos militares. - A força multinacional está colocada de acordo com a ameaça. - A saída da força multinacional pode desencadear noutro conflito. - Após a saída da força multinacional os conflitos vão continuar. - Existem aspetos que têm que ser melhorados. - A força multinacional corresponde à densidade populacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - A Força Multinacional permanecer no terreno. - A polícia internacional continuar no Kosovo. - Limitar as fronteiras do Norte. - Existir desenvolvimento económico através de fatores de produção. - Educar civicamente todos os níveis da sociedade. - Criar hábitos de paz na população.

		- A força multinacional foi sendo adaptada ao longo dos anos tendo em conta as necessidades locais.	
Partindo da sua experiência, após a retirada da força multinacional, os kosovares manterão a paz	Qual ou quais as áreas de trabalho que têm maior destaque na intervenção local pelo contingente português?	Aspetos positivos e os menos conseguidos a ressaltar entre o contingente português e os outros contingentes presentes no Kosovo para o desenvolvimento local	Pensa participar em novas missões de apoio à paz no Kosovo?
<ul style="list-style-type: none"> - Apenas com a mudança de mentalidades. - Talvez, com as novas gerações. - Sim, as pessoas estão fartas de conflitos. - Os conflitos serão inevitáveis - A médio / longo prazo. - Se a comunidade internacional apoiar economicamente o país. - Depende se o Kosovo aderir à UE. 	<ul style="list-style-type: none"> - Restauração de escolas. - Apoio às necessidades escolares, nomeadamente, entrega de material. - Educar para a tolerância e cooperação entre etnias. - Reconstrução de algumas infraestruturas de necessidades básicas da população - Distribuição de bens de 1.ª necessidade. - Averiguar indícios de conflitos de forma a antecipá-los. - Manutenção da paz. - Liberdade de movimentos da população. - Segurança da população. 	<ul style="list-style-type: none"> - Benefícios diretos e indiretos para a população relativamente à segurança. - Foi notável a falta de recursos para a execução dos projetos. - Maior tolerância cultural e religiosa - A impossibilidade de se cortar o êxodo de grande parte da comunidade Sérvia. - Para além da presença militar o trabalho do contingente ficou aquém das expectativas. - Facilitou as relações entre as pessoas. - A presença do contingente pouco ou nada contribuiu para o desenvolvimento do Kosovo. - Os militares ajudam a fomentar a economia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não, porque não concordo com os motivos que conduziram a NATO ao Kosovo. - Sim, para sentir que o meu trabalho é valorizado. - Sim, pela necessidade de apoiar a população do Kosovo. - Sim, é uma mais-valia em termos profissionais. - Sim, é uma mais-valia em termos económicos. - Sim para ter estabilidade e qualidade de vida. - Sim para constatar a mudança operacionalizada. - Sim, para contribuir para a tolerância e paz.

Guião da entrevista

Esclarecer o entrevistado sobre os objetivos da entrevista.

Explicar como vai ser registada

Ressaltar a necessidade da colaboração

Garantir o acesso aos resultados

Motivar a/o entrevistado para a entrevista.

Assegurar confidencialidade e anonimato

Agradecer a colaboração

Questões:

1. Qual o motivo que o levou a participar como voluntário em missões de apoio à paz?
2. Na sua opinião, a presença dos militares no teatro de operações no Kosovo promove o sucesso das relações de convivência entre as diferentes etnias?
3. A forma como as forças estão implementadas no terreno corresponde às necessidades dos kosovares?
4. A presença dos militares é um instrumento facilitador de integração e estabilidade para o território do Kosovo?
5. Os kosovares ao aceitarem a presença dos militares no seu território tornam-se menos predispostos ao conflito entre etnias?
6. Quais são as suas percepções sobre o conflito do Kosovo?
7. Na sua opinião quais são os aspetos que podem contribuir para solidificar a paz no Kosovo?
8. Na sua opinião será viável a coexistência das três etnias (kosovares de origem albanesa, sérvia e cigana) no mesmo território sem conflitos?

9. Pensa que após a retirada das forças de manutenção de paz, os kosovares manterão a paz?
10. Na sua opinião, será necessária uma força de manutenção de paz permanente no território, de modo a garantir a estabilidade e paz no Kosovo?
11. Na sua opinião, a ação do contingente português corresponde às expectativas da população do Kosovo?
12. Considera que o trabalho realizado pelo contingente português tem respondido às necessidades da população? Que necessidades têm sido satisfeitas pela ação do contingente português?
13. Como avalia o trabalho desenvolvido em parceria, entre o contingente português e os outros contingentes presentes no Kosovo?
14. Na sua opinião, qual ou quais as áreas de trabalho que têm maior destaque na intervenção local pelo contingente português?
15. Dos diferentes projetos implementados pelo contingente português no Kosovo, qual ou quais destaca e porquê?
16. Quais têm sido os efeitos indiretos na comunidade, como resultado da intervenção do contingente português?
17. Na sua opinião, quais foram os aspetos positivos e os menos conseguidos a ressaltar dessa parceria para o desenvolvimento local?
18. Relativamente ao futuro, pensa participar em nova missão de apoio à paz no Kosovo? Se sim/não, porquê?

Agradecer a colaboração

INQUÉRITO ANÓNIMO

Não deverá escrever o seu nome em qualquer parte deste questionário.
Este questionário é para aferir a opinião dos militares sobre o papel das forças de operação de paz no conflito do Kosovo.
Bem-haja pela sinceridade e colaboração.

1. Idade _____
2. Sexo
 Feminino Masculino
3. Estado civil
 Solteiro Casado União de facto
 Divorciado Viúvo
4. Habilitações literárias
 1º Ciclo 2º Ciclo 3º Ciclo
 Secundário Bacharelato Licenciatura
 Mestrado Doutoramento
5. Indique a Unidade a que pertence _____
6. Qual a sua categoria profissional?
 Praça Sargento Oficial
7. Qual a sua forma de prestação de serviço?
 RV RC QP
8. Qual é o seu tempo de serviço no Exército?
_____ anos _____ meses
9. Qual o número de missões que já realizou?
 Uma Duas Três ou mais
10. Participou nessas missões como...
 Nomeação Voluntário Outra. Qual? _____

11. Porque participou em missões de apoio à paz?

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Compensação financeira.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realização pessoal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realização profissional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorização pessoal e profissional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Experiência pessoal e profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Servir o país.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contato com forças militares de outros países.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contato com outros povos e outras culturas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desafio profissional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros (as)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12. Na sua opinião, a presença dos militares no Kosovo promove o sucesso das relações entre as diferentes etnias?

Muito	Bastante	Nem muito nem pouco	Pouco	Nada
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13. Considera que a presença dos militares é um instrumento facilitador de integração e estabilidade para o território?

Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13.1. Porquê? _____

14. Na sua opinião, os kosovares ao aceitarem a presença dos militares, no seu território, tornam-se menos predispostos ao conflito entre etnias?

Sim	Não	Não sei / não respondo
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

15. Quais são as suas perceções sobre o conflito do Kosovo? (assinale com x as respostas em cada uma das linhas)

	Totalmente de acordo	De acordo	Nem de acordo nem desacordo	Em desacordo	Totalmente em desacordo
O Kosovo nunca deveria ter sido separado da Sérvia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Guerra de interesses entre diferentes poderes, nomeadamente os americanos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conflito entre poderes étnicos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Subjugação da população de origem sérvia sobre a de origem albanesa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conflito resultante da intolerância étnica, cultural e religiosa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conflito só resolvido com a aposta na educação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A população começa a ficar saturada com a presença dos militares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A força multinacional está colocada de acordo com a ameaça.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A saída da força multinacional pode desencadear noutro conflito.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Após a saída da força multinacional os conflitos vão continuar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existem aspetos que têm que ser melhorados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A força multinacional corresponde à densidade populacional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A força multinacional foi sendo adaptada ao longo dos anos tendo em conta as necessidades locais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros (as)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

16. Na sua opinião, quais são os aspetos que podem contribuir para solidificar a paz no Kosovo?

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Permanência da Força Multinacional no terreno.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Continuação da presença da polícia internacional no Kosovo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Limitar as fronteiras do Norte.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolvimento económico através de fatores de produção.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação cívica a todos os níveis da sociedade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criação de hábitos de paz na população.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros (as)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17. Partindo da sua experiência, após a retirada da força multinacional, os kosovares manterão a paz?

	Totalmente de acordo	De acordo	Nem de acordo nem desacordo	Em desacordo	Totalmente em desacordo
Apenas com a mudança de mentalidades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Talvez, com as novas gerações.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As pessoas estão fartas de conflitos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os conflitos serão inevitáveis.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A médio / longo prazo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se a comunidade internacional apoiar economicamente o país.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se o Kosovo aderir à EU.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros (as)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18. Na sua opinião, será necessário uma força multinacional permanente de modo a garantir estabilidade e paz no Kosovo?

Sim

 Não

 Não sei / não respondo

19. Na sua opinião, a ação do contingente português corresponde às expectativas da população do Kosovo?

Sim Não Não sei / não respondo

20. Considera que o trabalho realizado pelo contingente português corresponde às necessidades dos kosovares?

Sim Não Não sei / não respondo

20.1. Que importância atribui à satisfação de algumas dessas necessidades? (assinale com x as respostas em cada uma das linhas)

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
Restauração de escolas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoio às necessidades escolares, nomeadamente entrega de material.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação para a tolerância e cooperação entre etnias.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reconstrução de algumas infraestruturas de necessidades básicas da população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Distribuição de bens de 1. ^a necessidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Averiguação de indícios de conflitos de forma a antecipá-los.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manutenção da paz.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Liberdade de movimentos da população.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Segurança da população.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros (as)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

21. Na sua opinião, dos diferentes projetos implementados pelo contingente português no Kosovo, qual ou quais destaca? (assinale com x até 3 respostas)

Restauração de escolas.	<input type="checkbox"/>
Apoio às necessidades escolares, nomeadamente entrega de material.	<input type="checkbox"/>
Educação para a tolerância e cooperação entre etnias.	<input type="checkbox"/>
Reconstrução de algumas infraestruturas de necessidades básicas da população.	<input type="checkbox"/>
Distribuição de bens de 1. ^a necessidade.	<input type="checkbox"/>
Averiguação de indícios de conflitos de forma a antecipá-los.	<input type="checkbox"/>
Manutenção da paz.	<input type="checkbox"/>
Liberdade de movimentos da população.	<input type="checkbox"/>
Segurança da população.	<input type="checkbox"/>
Outros (as)	<input type="checkbox"/>

22. Como avalia o trabalho realizado em parceria, entre o contingente português e os outros contingentes presentes no Kosovo?

Muito bom

Bom

Razoável

Insuficiente

Mau

23. Na sua opinião, quais foram os aspetos positivos e os menos conseguidos a ressaltar dessa parceria para o desenvolvimento local? (assinale com x até 3 respostas)

- Benefícios diretos e indiretos para a população relativamente à segurança
- Falta de recursos para a execução dos projetos
- Maior tolerância cultural e religiosa
- A impossibilidade de se cortar o êxodo de grande parte da comunidade Sérvia
- Para além da presença militar o trabalho do contingente ficou aquém das expectativas.
- Facilitou as relações entre as pessoas
- A presença do contingente pouco ou nada contribuiu para o desenvolvimento do Kosovo.
- Os militares ajudam a fomentar a economia
- Outros (as)

24. Relativamente ao futuro, pensa participar em novas missões de apoio à paz no Kosovo?

Sim

Não

Não sei / não respondo

25. Se respondeu sim/não. Selecione 2 dos motivos apontados.

- Não concorda com os motivos que conduziram a NATO ao Kosovo
- Para sentir que o seu trabalho é valorizado
- Pela necessidade de apoiar a população do Kosovo.
- Mais-valia em termos profissionais
- Mais-valia em termos económicos
- Estabilidade e qualidade de vida
- Constatar a mudança operacionalizada
- Contribuir para a tolerância e paz

Obrigado pela sua colaboração!